



***Plano  
Diretor  
Municipal***

***Catanduvas - PR***  
***Volume 05/05***

***P05 - Plano de Ação e Investimentos***

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

ROBERTO REQUIÃO *Governador*

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO

LUIZ FORTE NETTO *Secretário*

WILSON BLEY LIPSKI *Diretor Geral*

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

LUIZ FORTE NETTO *Superintendente*

ANTONIO A. TOLEDO DA SILVA *Diretor de Administração e Finanças*

MIRYAN KRAVCHYCHYN *Diretora de Operação*

VIRGÍNIA THEREZA NALINI *Coordenadora de Projetos*

KAREN BARRETO CAMPÊLO *Coordenadora de Operações*

ALBARI ALVES DE MEDEIROS *Coordenador ER Maringá*

EDGARD VIRMOND ARRUDA FILHO *Coordenador ER Ponta Grossa*

GERALDO LUIZ FARIAS *Coordenador ER Região Metropolitana e Litoral*

HÉLIO SABINO DEITOS *Coordenador ER Cascavel*

UBIRAJARA CEBULSKI *Coordenador ER Guarapuava*

VALTER OGUIDO MORISHIGUE *Coordenador ER Londrina*

MUNICÍPIO DE

*Prefeito*

ALDOIR BERNART

SUPERVISÃO

Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Diretoria de Operações

Carlos Augusto Storer - Geógrafo - Analista de Desenvolvimento Municipal

Renata Helena da Silva - Arquiteta e Urbanista - Analista de Desenvolvimento Municipal



# ***Plano Diretor Municipal***

## ***Catanduvas Volume 05/05***

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 004/06

REF.: TOMADA DE PREÇOS Nº 004/06

Agosto/2007

# PLANO DIRETOR MUNICIPAL

## CATANDUVAS - PR

### P05- PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS



Açosto 2007



Município de  
**Catanduvas**  
Gestão 2005/2008



## **SUPERVISÃO/COORDENAÇÃO**

### **PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS**

Avenida dos Pioneiros, 900. Centro

CEP: 85.470-000 Catanduvas-PR

E-mail: [ctv.gabinete@olivatti.com.br](mailto:ctv.gabinete@olivatti.com.br)

CNPJ: 76.208.842/0001-03

**Prefeito Municipal – Aldoir Bernart**

### **Serviço Social Autônomo PARANACIDADE**

#### **Diretoria de Operações**

Carlos Storer                      Supervisor - Analista de Desenvolvimento Municipal/Sede – Geógrafo

Renata Helena da Silva      Supervisora - Analista de Desenvolvimento Municipal/ER Cascavel – Arquiteta

## Equipe Técnica Municipal do PDM

(Decreto Municipal nº 123/2006)

Coordenador Municipal.....Hélio João Bernartt  
Vice-coordenador Municipal..... Edílson Malavski

### Membros:

Secretaria ..... Técnico (Suplente)  
Sec. Municipal de Educação.....Terezinha Aparecida Oliveira (Claudete Maria Alves)  
Sec. Municipal de Trabalho e Ação Social.....Ivete Goreti de Carli Oliveira (Simone G. Yonekura)  
Sec. Municipal de Viação e Obras..... Ubiratã Dionísio Fortunato (Pedro Casemiro Bernalde)  
Sec. Municipal de Finanças..... Olandir Roque R. da Silva (Edilaine Blem da Silva Santos)  
Sec. Municipal de Agricultura ..... Décio Luis Poletto (Adriana Ramina Gava)  
Sec. Municipal de Saúde .....Noely Cavichon (Eloa de Araújo Pegoraro)  
Sec. Municipal de Administração..... Lourdes Mendes de Almeida (Simone Bernart)  
Departamento de Contabilidade .....Silvio Farias (Márcio José Carlos)  
Departamento de Recursos Humanos..... Vanda Ana Bendo (Demóstenes Valentini)  
Departamento de Cultura e Esporte .....Nadir Pandini (Eloah de Toledo Bozza Bernartt)

## Comissão de Acompanhamento de Elaboração do PDM

(Decreto Municipal nº 028/2007)

### Representantes do Poder Público

Secretaria Municipal de Administração..... Celso Thisen  
Municipal de Administração.....Alaor Carlos de Oliveira  
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.....Terezinha Thisen  
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.....Irene dos Santos Geronutti

### Representantes da Sociedade Civil Organizada

Representante da EMATER ..... Délcio Giuliani  
Representante da Associação Artística Cultural de Catanduvas..... Olimpio de Moura  
Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais ..... Valdenir A. Ribeiro  
Representante da CAVAPLAN ..... Vilson Cavagnoli  
Representante da Associação Agropecuária de Ibiracema ..... Celso Mognol  
Representante da Associação Agropecuária Linha Sanepar ..... Claudino Gemelli  
Representante da Associação de Produtores da Comunidade de Santa Cruz ..... Catarino Maziera  
Representante da Câmara de Vereadores – Santa Cruz ..... Gersindo de Oliveira  
Representante da Câmara de Vereadores – Santana ..... Sebastião Duffeck

## EXECUÇÃO

### ECOTÉCNICA – TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA.

Rua José Fabiano Barcik, 406. Bairro Cajuru.

CEP: 82.940-050 – Curitiba – Paraná

E-mail: [etc@ecotecnica.com.br](mailto:etc@ecotecnica.com.br)

Fone/fax: (0\*41) 3026-8639 / 3026-8641 / cel: 9934-3334

CNPJ: 02.610.553/0001-91

### Equipe Técnica

Coordenação Técnica	Arquiteta e Urbanista Esp. Vanessa Boscaro Fernandes	CREA-PR 70.332/D
Coordenação Adjunta	Arquiteto e Urbanista Msc. Patrícia Costa Pellizzaro	CREA-PR 33.061-D
Coordenação Adjunta	Arquiteta e Urbanista Dra. Letícia Peret Antunes Hardt	CREA-PR 6.193-D
Arquiteta e Urbanista Esp.	Sandra Mayumi Nakamura	CREA-PR 33.072/D
Arquiteto e Urbanista	Marlos Hardt	CREA-PR 74.601/D
Arquiteto e Urbanista	Ana Valéria Brugnolo dos Santos	CREA-PR 33.022/D
Contador	Anderson José Amâncio	CRC-PR 036.685/O-4
Economista	Elisabete Tiemi Arazaki	CORECON-PR 4963-8
Eng. Civil	Artur Teixeira Magalhães Neto	CREA-PR 20.511/D
Eng. Civil/Sanitarista	Nilo Aihara	CREA-PR 8.040/D
Eng. Florestal Dr.	André E.B. de Lacerda	CREA-PR 29.983/D
Eng. Agrônoma Msc.	Yumi Kajihara Hirono	CREA-SP 5.060.576.216/D
Eng. Agrônoma Msc.	Juliana V. Bittencourt	CREA-PR 64.253/D
Engenheira Ambiental	Lídia Sayoko Tanaka	CREA-PR 87.131/D
Engenheiro Ambiental	Juliano Zarnauskas Amaral	CREA-PR 87.132/D
Geólogo	Marcelus V. K. Borges	CREA-PR 32.742/D
Advogada Esp.	Lúcia B. de Camargo Blicharski	OAB-PR 37.951
Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo	Soraya Midori Bansho	
Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo	Thalita Sayuri Miura	

## APRESENTAÇÃO

Este documento refere-se ao **Produto 05 – Plano de Ação e Investimentos**, parte componente da elaboração do Plano Diretor Municipal - PDM - executado pela empresa ECOTÉCNICA Tecnologia e Consultoria Ltda., conforme contrato n.º 004/2006 firmado entre a Prefeitura Municipal de Catanduvas e a empresa citada, em conformidade com o Termo de Referência estabelecido pelo Serviço Social Autônomo PARANACIDADE.

A definição do Plano de Ação e Investimentos origina-se nas discussões de ações necessárias para a concretização das diretrizes deste PDM, registrado no documento intitulado Diretrizes e Proposições (Produto 03), e nas ações referentes à Gestão Municipal, componentes do documento intitulado. Processo de Planejamento e Gestão Municipal (Produto 04). Nestes, ações foram definidas e a elas atribuídos prazos para implementação, quais sejam: imediato, curto, médio e longo. Aquelas em que se objetiva a realização dentro de cinco anos, ou seja, de imediato (até 1 ano para o início); curto (1 a 3 anos) e médio prazo (3 a 5 anos), são as ações que compõem este Plano de Ação e Investimentos, e também constam as ações de longo prazo, porém sem os custos.

Cabe destacar que os prazos para implementação das ações terão início após a aprovação do Plano Diretor Municipal pela Câmara de Vereadores, a partir do ano de 2008.

Este documento foi objeto de debate da 3ª Audiência Pública do PDM de Catanduvas e 3ª Oficina, realizada na metade do mês de junho de 2007, e seu conteúdo, aberto à discussão, alterações e complementações necessárias.

## SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	VII
LISTA DE QUADROS	VII
1 INTRODUÇÃO	1
2 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	2
3 DETALHAMENTO DAS AÇÕES DOS EIXOS DE DESENVOLVIMENTO E DAS AÇÕES DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	5
3.1 AÇÕES REFERENTES AOS EIXOS DE DESENVOLVIMENTO	5
3.1.1 Ações Referentes ao Eixo 01 – Desenvolvimento Econômico da Área Rural	5
3.1.2 Ações Referentes ao Eixo 02 – Conservação Ambiental	17
3.1.3 Ações Referentes ao Eixo 03 – Organização Territorial	23
3.1.4 Ações Referentes ao Eixo 04 – Readequação da Infra-estrutura Urbana	28
3.1.5 Ações Referentes ao Eixo 05 – Garantia de Qualidade de Vida e Bem Estar	42
3.1.6 Ações Referentes ao Eixo 06 – Geração de Emprego e Renda	52
3.1.7 Ações Referentes ao Eixo 07 – Desenvolvimento Histórico-Cultural	56
3.1.8 Ações Referentes ao Eixo Gestão em Ações Internas	60
3.1.9 Ações Referentes ao Eixo Gestão Democrática Permanente	72
4 RESUMO FINANCEIRO DOS INVESTIMENTOS	76
5 ORIENTAÇÕES PARA IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS	83
5.1 COMPATIBILIZAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS COM O PLANO PLURIANUAL 2006-2009	83
5.2 FONTES DE RECURSOS	84
5.2.1 Fontes de Recursos a Fundo Perdido	85
5.2.2 Fonte de Recursos próprios	85
5.2.3 Fontes de Recursos de Empréstimos e Financiamentos	85
5.2.4 Parcerias com a iniciativa privada ou Intergovernamentais	86
5.3 DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADA	87
5.4 ANÁLISE GERAL DOS RECURSOS PRÓPRIOS NECESSÁRIOS	87
5.5 CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO E DE PAGAMENTO DE DÍVIDAS	88
5.5.1 Capacidade de Pagamento da Dívida Pública	89
5.5.2 Resultado Primário e Capacidade de Pagamento da Dívida Pública	90
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	91

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Formas de financiamento das ações do Plano de Ação e Investimentos (PAI).....	84
Tabela 2: Resumo do financiamento das ações do PAI através de fontes de recursos complementares.....	84
Tabela 3: Resumo do financiamento das ações do PAI através das Fontes de Recursos a Fundo Perdido .....	85
Tabela 4: Resumo do financiamento das ações do PAI através de recursos de empréstimos e financiamentos .	86
Tabela 5: Resumo do financiamento das ações do PAI através de parcerias.....	87
Tabela 6: Necessidades de Recursos próprios para implantação do PAI .....	88
Tabela 7: Capacidade de Endividamento para Contração de Novas Dívidas .....	88

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Ação – Criar mecanismos de incentivo à instalação de agroindústrias no município.....	5
Quadro 2: Ação – Capacitar os produtores para agregar valor aos produtos e implantar alternativas de cultura como a fruticultura, apicultura, piscicultura, produção de mamona (biodiesel).....	6
Quadro 3: Ação – Intensificar as atividades de inseminação artificial do gado leiteiro.....	7
Quadro 4: Ação – Promover a organização das associações rurais .....	8
Quadro 5: Ação – Promover e manter atualizado o cadastramento dos produtores rurais .....	9
Quadro 6: Ação – Promover exposições e feiras agropecuárias (hortifrutigranjeiros).....	10
Quadro 7: Ação – Reativar o abatedouro municipal.....	11
Quadro 8: Ação – Criar parceria com universidades e instituições de pesquisa com o objetivo de inserção no Programa de Biodiesel.....	12
Quadro 9: Ação – Adquirir veículos, equipamentos e maquinário para a área rural (apoio à patrulha mecanizada) .....	13
Quadro 10: Ação – Orientar e apoiar as famílias para obtenção de financiamento de micro-crédito agrícola .....	14
Quadro 11: Ação – Intensificar a produção de mudas no viveiro municipal para o reflorestamento e recuperação de mata ciliar.....	15
Quadro 12: Ação – Promover melhorias na fertilidade do solo.....	16
Quadro 13: Ação – Recuperar as matas ciliares .....	17
Quadro 14: Ação – Promover cursos e palestras voltados à educação ambiental.....	17
Quadro 15: Ação – Reativar o Bosque Municipal .....	18
Quadro 16: Ação – Preservar a bacia do rio Passo Liso (manancial de abastecimento público de água) .....	19
Quadro 17: Ação – Fiscalizar o uso abusivo de agroquímicos e o cumprimento quanto à preservação das matas ciliares.....	20
Quadro 18: Ação – Conscientizar os proprietários de terras quanto à importância das RPPNs .....	21

Quadro 19: Ação – Efetivar o novo perímetro urbano através da implantação dos marcos de concreto .....	23
Quadro 20: Ação – Regularizar a pedreira municipal .....	24
Quadro 21: Ação – Realizar a Regularização Fundiária.....	24
Quadro 22: Ação – Realocar famílias em áreas de preservação permanente (APP).....	26
Quadro 23: Ação – Promover fiscalização urbana.....	27
Quadro 24: Ação – Implantar sistema de coleta e tratamento coletivo de esgoto sanitário na sede urbana.....	28
Quadro 25: Ação – Elaborar e implementar Plano de Drenagem Urbana .....	29
Quadro 26: Ação – Ampliar rede de energia elétrica .....	30
Quadro 27: Ação – Realizar a padronização das calçadas para pedestres .....	31
Quadro 28: Ação – Elaborar e implementar Plano de Arborização Urbana e Paisagismo .....	32
Quadro 29: Ação – Recuperar e/ou pavimentar as vias urbanas .....	33
Quadro 30: Ação – Implantar alternativa de desvio de fluxo pesado da PR-471.....	33
Quadro 31: Ação – Promover a manutenção periódica das vias rurais.....	34
Quadro 32: Ação – Elaborar Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS) .....	35
Quadro 33: Ação – Implementar coleta seletiva de resíduos sólidos .....	36
Quadro 34: Ação – Operacionalizar de forma adequada o Aterro Sanitário Municipal.....	37
Quadro 35: Ação – Implantar sistema de transporte coletivo e abrigo em pontos de ônibus .....	38
Quadro 36: Ação – Adequar a numeração predial das edificações.....	39
Quadro 37: Ação – Ampliar o cemitério municipal e construir capela mortuária.....	40
Quadro 38: Ação – Implantar mini-posto de saúde na sede urbana.....	42
Quadro 39: Ação – Apoiar as famílias de baixa renda.....	42
Quadro 40: Ação – Aplicar Programas de Educação Alimentar .....	43
Quadro 41: Ação – Elaborar programa de redução do déficit habitacional no meio urbano e rural.....	44
Quadro 42: Ação – Construir a Casa-Lar para idosos.....	45
Quadro 43: Ação – Incentivar o Programa de Educação de Jovens e Adultos .....	46
Quadro 44: Ação – Fomentar a instalação de Escola Estadual (ensino fundamental) na sede urbana .....	47
Quadro 45: Ação – Construir Centro de Educação Infantil na sede urbana .....	48
Quadro 46: Ação – Construir cobertura para as quadras poliesportivas .....	48
Quadro 47: Ação – Construir Estádio Municipal e ginásio de esportes na sede urbana .....	49
Quadro 48: Ação – Implementar Plano Municipal de Defesa Civil .....	50
Quadro 49: Ação – Construir barracões comunitários e industrial.....	52
Quadro 50: Ação – Aplicar cursos profissionalizantes e de iniciação ao emprego.....	53
Quadro 51: Ação – Fomentar a instalação de Escola Técnica no município.....	54
Quadro 52: Ação – Firmar parcerias com a iniciativa privada para aquisição de produtos locais para merenda escolar .....	54
Quadro 53: Ação – Implementar o Plano de Desenvolvimento Turístico.....	56

Quadro 54: Ação – Incentivar proprietários de glebas com quedas d’água a abrir suas propriedades para o turismo rural .....	57
Quadro 55: Ação – Introduzir políticas de compensação para a preservação do patrimônio histórico-cultural .....	58
Quadro 56: Ação – Apoiar as festividades e tradições locais .....	58
Quadro 57: Ação – Implantar a Secretaria Geral .....	60
Quadro 58: Ação – Implantar Departamento de Patrimônio .....	61
Quadro 59: Ação – Criar Departamento de Habitação .....	61
Quadro 60: Ação – Implantar Departamento de Informática .....	62
Quadro 61: Ação – Implantar site oficial da prefeitura municipal .....	64
Quadro 62: Ação – Implantar sistema de Informação de Geoprocessamento .....	64
Quadro 63: Ação – Readequar o ambiente físico da sede da prefeitura .....	65
Quadro 64: Ação – Recuperar receitas próprias municipais .....	66
Quadro 65: Ação – Promover campanha para incentivo de emissão de notas fiscais .....	67
Quadro 66: Ação – Atualizar Planta Genérica de Valores .....	68
Quadro 67: Ação – Promover programa de capacitação dos servidores municipais .....	69
Quadro 68: Ação – Promover o mapeamento das competências dos servidores Municipais .....	70
Quadro 69: Ação – Promover articulação com atores municipais e esferas estaduais e federais .....	72
Quadro 70: Ação – Ampliar a participação dos conselhos municipais na gestão municipal .....	72
Quadro 71: Ação – Implantar o Conselho de desenvolvimento municipal (CDM) .....	74
Quadro 72: Ação – Implantar o Fórum de Desenvolvimento Local .....	74
Quadro 73: Prioridade de implantação das Ações dos eixos de desenvolvimento .....	76
Quadro 74: Prioridade de implantação das Ações referentes à gestão Administrativa .....	78
Quadro 75: Resumo dos investimentos por eixo de desenvolvimento e gestão administrativa .....	80

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APP	Área de Preservação Permanente
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CDM	Conselho de Desenvolvimento Municipal
CODAPAR	Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná
COHAPAR	Companhia de Habitação do Paraná
COMDEC	Comissão Municipal de Defesa Civil
COPEL	Companhia de Energia Elétrica do Paraná
CTG	Centro de Tradições Gaúchas
DER	Departamento de Estradas de Rodagem
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
EMATER	Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FUNASA	Fundo Nacional de Saúde
HA	Hectare
IAP	Instituto Ambiental do Paraná
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ISS	Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza
ITBI	Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis
KM	Quilômetro
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MINEROPAR	Minerais do Paraná S.A.
MMA	Ministério do Meio Ambiente
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAI	Plano de Ações e Investimentos
PCA	Plano de Controle Ambiental
PDM	Plano Diretor Municipal
PIB	Produto Interno Bruto
PGIRS	Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos
PNPB	Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel
PPA	Plano Plurianual
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RCL	Receita Corrente Líquida
RPPN	Reserva Particular de Patrimônio Natural
SANEPAR	Companhia de Saneamento do Paraná
SEAB	Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDU	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano
SEMA	Secretaria do Meio Ambiente do Estado
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI	Serviço Social da Indústria
SIG	Sistema de Informação de Geoprocessamento
SPU	Secretaria de Patrimônio da União
SISLEG	Sistema de Manutenção, Recuperação e Proteção da Reserva Florestal Legal e Áreas de Preservação Permanente
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SUS	Sistema Único de Saúde
SUDERHSA	Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental

## 1 INTRODUÇÃO

Conforme já explicitado pelo Governo do Estado do Paraná, através do Termo de Referência do PARANACIDADE, o Plano de Ação e Investimentos (PAI) é o elemento balizador para permitir aos municípios o atendimento à Lei Estadual n.º 15.229 de 25 de julho de 2006, que torna a existência de Plano Diretor pré-requisito para obtenção de recursos junto ao Governo do Estado.

Este Plano de Ação e Investimentos indica as ações prioritárias com seus respectivos custos (aquelas para início de realização em um prazo de 05 anos, as ações que excederem 05 anos, apenas apresentam suas atividades descritas, sem os custos)<sup>1</sup>, tendo em vista as temáticas primordiais já apresentadas pelos Eixos e Diretrizes de Desenvolvimento nos produtos anteriores, objetivando a efetivação deste Plano Diretor Municipal - PDM.

Enfatiza-se que os prazos têm início no ano de 2008 e há certa flexibilidade em relação às atividades e prazos, que dependem da captação de recursos, entre outros.

Também, constam as ações fundamentais definidas para readequação da estrutura administrativa para implantação do PDM, já referenciadas como *atividades-meio*.

---

<sup>1</sup> As ações caracterizadas como de prioridade de longo prazo nos Produtos 03 e 04, apenas terão suas atividades descritas neste documento, sem no entanto, os custos estarem computados neste volume.

## 2 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Fazendo um paralelo com os produtos já entregues: **P03 – Diretrizes e Proposições**, em que foram explicitadas as ações referentes a cada Eixo de Desenvolvimento e com o **P04-A – Processo de Planejamento e Gestão Municipal**, em que foram explicitadas as ações de Gestão Administrativa (internas e de articulação externa), segue, abaixo, o quadro resumo com as ações estabelecidas para a ordenação e desenvolvimento do município de Catanduvas.

AÇÕES DOS EIXOS DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL	
EIXOS DE DESENVOLVIMENTO	AÇÕES
<b>DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA ÁREA RURAL</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Criar mecanismos de incentivo à instalação de agroindústrias no município;</li> <li>▪ Capacitar os produtores para agregar valor aos produtos e implantar alternativas de cultura como a fruticultura, apicultura, piscicultura, produção de mamona (biodiesel);</li> <li>▪ Intensificar as atividades de inseminação artificial do gado leiteiro;</li> <li>▪ Promover a organização das associações rurais;</li> <li>▪ Promover e manter atualizado o cadastramento dos produtores rurais;</li> <li>▪ Promover exposições e feiras agropecuárias (hortifrutigranjeiros);</li> <li>▪ Reativar o abatedouro municipal;</li> <li>▪ Criar parceria com universidades e instituições de pesquisa com o objetivo de inserção no Programa de Biodiesel;</li> <li>▪ Adquirir veículos, equipamentos e maquinário para a área rural (apoio à patrulha mecanizada);</li> <li>▪ Orientar e apoiar as famílias para obtenção de financiamento de micro-crédito agrícola;</li> <li>▪ Intensificar a produção de mudas no viveiro municipal para o reflorestamento e recuperação de mata ciliar;</li> <li>▪ Promover melhorias na fertilidade do solo.</li> </ul>
<b>CONSERVAÇÃO AMBIENTAL</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Recuperar as matas ciliares;</li> <li>▪ Promover cursos e palestras voltados à educação ambiental;</li> <li>▪ Reativar o Bosque Municipal;</li> <li>▪ Preservar a bacia do rio Passo Liso (manancial de abastecimento público de água);</li> <li>▪ Fiscalizar o uso abusivo de agroquímicos e o cumprimento quanto à preservação das matas ciliares;</li> <li>▪ Conscientizar os proprietários de terras quanto à importância das RPPNs.</li> </ul>
<b>ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Efetivar o novo perímetro urbano através da implantação dos marcos de concreto;</li> <li>▪ Regularizar a pedreira municipal;</li> <li>▪ Realizar a Regularização Fundiária;</li> <li>▪ Realocar famílias em áreas de preservação permanente (APP);</li> <li>▪ Promover fiscalização urbana.</li> </ul>

<p><b>READEQUAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA URBANA</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Implementar sistema de coleta e tratamento coletivo de esgoto sanitário na sede urbana;</li> <li>▪ Elaborar e implementar Plano de Drenagem Urbana;</li> <li>▪ Ampliar rede de energia elétrica;</li> <li>▪ Realizar a padronização das calçadas para pedestres;</li> <li>▪ Elaborar e implementar Plano de Arborização Urbana e Paisagismo;</li> <li>▪ Recuperar e/ou pavimentar as vias urbanas;</li> <li>▪ Implantar alternativa de desvio de fluxo pesado da PR-471;</li> <li>▪ Promover a manutenção periódica das vias rurais;</li> <li>▪ Elaborar Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS);</li> <li>▪ Implementar coleta seletiva de resíduos sólidos;</li> <li>▪ Operacionalizar de forma adequada o Aterro Sanitário Municipal;</li> <li>▪ Implantar sistema de transporte coletivo e abrigo em pontos de ônibus;</li> <li>▪ Adequar a numeração predial das edificações;</li> <li>▪ Ampliar o cemitério municipal e construir capela mortuária.</li> </ul>
<p><b>GARANTIA DA QUALIDADE DE VIDA E BEM ESTAR</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Implantar mini-posto de saúde na sede urbana;</li> <li>▪ Apoiar as famílias de baixa renda;</li> <li>▪ Aplicar Programas de Educação Alimentar;</li> <li>▪ Elaborar programa de redução do déficit habitacional no meio urbano e rural;</li> <li>▪ Construir a Casa-Lar para idosos;</li> <li>▪ Incentivar o Programa de Educação de Jovens e Adultos;</li> <li>▪ Fomentar a instalação de Escola Estadual (ensino fundamental) na sede urbana;</li> <li>▪ Construir Centro de Educação Infantil na sede urbana;</li> <li>▪ Construir cobertura para as quadras poliesportivas;</li> <li>▪ Construir Estádio Municipal e ginásio de esportes na sede urbana;</li> <li>▪ Implementar Plano Municipal de Defesa Civil.</li> </ul>
<p><b>GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Construir barracões comunitários e industrial;</li> <li>▪ Aplicar cursos profissionalizantes e de iniciação ao emprego</li> <li>▪ Fomentar a instalação de Escola Técnica no município;</li> <li>▪ Firmar Parcerias com a iniciativa privada para aquisição de produtos locais para merenda escolar.</li> </ul>
<p><b>DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO-CULTURAL</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Implementar o Plano de Desenvolvimento Turístico;</li> <li>▪ Incentivar proprietários de glebas com quedas d'água a abrir suas propriedades para o turismo rural;</li> <li>▪ Introduzir políticas de compensação para a preservação do patrimônio histórico-cultural;</li> <li>▪ Apoiar às festividades e tradições locais.</li> </ul>

AÇÕES DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	
GESTÃO	AÇÕES
<b>AÇÕES INTERNAS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Implantar a Secretaria Geral;</li> <li>▪ Implantar Departamento de Patrimônio;</li> <li>▪ Criar Departamento de Habitação;</li> <li>▪ Implantar Departamento de Informática;</li> <li>▪ Implantar site oficial da Prefeitura Municipal;</li> <li>▪ Implantar Sistema de Informações de Geoprocessamento;</li> <li>▪ Readequar o ambiente físico da sede da Prefeitura;</li> <li>▪ Recuperar receitas próprias municipais;</li> <li>▪ Promover campanha para incentivo de emissão de notas fiscais;</li> <li>▪ Atualizar Planta Genérica de Valores;</li> <li>▪ Promover programa de capacitação dos servidores municipais;</li> <li>▪ Promover o mapeamento das competências dos servidores Municipais.</li> </ul>
<b>ARTICULAÇÃO EXTERNA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Promover articulação com atores municipais e esferas estaduais e federais;</li> <li>▪ Ampliar a participação dos conselhos municipais na gestão municipal;</li> <li>▪ Implantar o Conselho de Desenvolvimento Municipal;</li> <li>▪ Implantar o Fórum de Desenvolvimento Local.</li> </ul>

Cada ação acima citada é apresentada, a seguir, de forma detalhada, a partir de atividades previstas, de forma a possibilitar a composição dos custos totais e anuais para implementação do Plano de Ação e Investimentos.

Na seqüência, expõe-se um resumo financeiro dos custos estimados em relação aos Eixos de Desenvolvimento e Gestão Municipal, assim como em segmentação anual, de forma a melhor subsidiar o planejamento municipal em relação às finanças, além das áreas prioritárias para investimentos.

Por fim, dá-se orientações para implementação do Plano de Ações, com informações detalhadas acerca das várias tipologias de fontes de recursos, sugestões de procedimentos para a necessária compatibilização com o Plano Plurianual e, indicativos sobre a real capacidade de endividamento e pagamento do município de Catanduvas.

### 3 DETALHAMENTO DAS AÇÕES DOS EIXOS DE DESENVOLVIMENTO E DAS AÇÕES DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

De forma a orientar, da maneira mais explícita possível, a implementação do Plano de Ação e Investimentos, são descritas em cada ação: (i) questões que já constam nos Produtos 03 e 04 (Diretrizes e Proposições e Processo de Planejamento e Gestão Ambiental), dentre as quais: justificativa, objetivos gerais e específicos, prazo de implantação (a contar a partir do ano de 2007) e responsabilidade - de forma a contextualizar estas ações – e, (ii) complementações que representam o cerne do Plano de Ação e Investimentos, quais sejam: possíveis fontes de recursos; caráter da ação (pontual ou continuada, sendo que para esta última os custos não devem ser previstos somente para o ano de implementação da ação, mas de forma permanente); atividades necessárias para a concretização de cada ação; cronograma mensal de implementação das atividades, explicitando a seqüência e eventual sobreposição das atividades; custo estimado de cada atividade e o total para execução de cada ação.

Ressalta-se que para cada quadro que se segue, a última linha foi preenchida pela Prefeitura Municipal, referente à compatibilização das ações propostas com o Plano Plurianual (PPA), em que foram assinaladas as ações compatíveis ou não com o PPA ou apenas parcialmente compatíveis com o PPA.

#### 3.1 Ações referentes aos Eixos de Desenvolvimento

##### 3.1.1 Ações Referentes ao Eixo 01 – Desenvolvimento Econômico da Área Rural

QUADRO 1: AÇÃO – CRIAR MECANISMOS DE INCENTIVO À INSTALAÇÃO DE AGROINDÚSTRIAS NO MUNICÍPIO

CRIAR MECANISMOS DE INCENTIVO À INSTALAÇÃO DE AGROINDÚSTRIAS NO MUNICÍPIO	
Justificativa	<p>A instalação da agroindústria no município possibilita a geração de empregos e renda, e principalmente, oportunidades aos pequenos produtores rurais do município a agregar valor a matéria-prima produzida e a conseqüente valorização de seus produtos.</p> <p>Atualmente, o que se verifica é a grande concorrência com grandes mercados, como o de Cascavel, assim, é importante encontrar um nicho de mercado pouco explorado.</p> <p>O poder público deve criar mecanismos que incentivem a instalação desses empreendimentos, quer seja por isenção de impostos, realização de parcerias e aprovação da Lei de Uso e Ocupação do Solo Municipal, entre outros.</p>
Objetivo geral	Alavancar a produção agropecuária do município.
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Propiciar a geração de emprego e renda no município;</li><li>▪ Possibilitar o fortalecimento dos produtores rurais e valorização da matéria-prima local;</li><li>▪ Possibilitar a integração da agricultura familiar (subsistência) com a agroindústria;</li><li>▪ Estimular a integração das atividades alternativas (piscicultura, fruticultura, viticultura,</li></ul>

	entre outros) com a agroindústria.													
Prazo de Implantação	Curto prazo													
Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Secretaria Municipal de Agricultura e Expansão Industrial;</li> <li>▪ Secretaria Municipal de Administração;</li> <li>▪ EMATER.</li> </ul>													
Possível fonte de Recursos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano (SEDU);</li> <li>▪ Secretaria de Indústria e Comércio;</li> <li>▪ Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).</li> </ul>													
Caráter da Ação	Pontual													
Atividades	Meses*												valor (Reais)	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12		
Identificação dos mecanismos de incentivo														-
Elaboração de Leis e Diretrizes para elaboração do mecanismo de incentivo														-
Identificação das agroindústrias (vocação do município)														-
Implementação (barracão, terrenos)														300.000,00**
<b>TOTAL</b>													<b>300.000,00</b>	
Informação de responsabilidade da Prefeitura Municipal – compatibilização com PPA														
Ação compatível com PPA: ( ) NÃO (X) SIM ( ) PARCIAL Valor total estimado R\$														

\* Os meses demonstram apenas o tempo cronológico necessário para a execução das atividades

\*\* Custo estimado que pode variar em função da construção, aluguel, ou outro tipo de articulação do município para as agroindústrias. Estima-se que devam ser implementadas 04 unidades.

**QUADRO 2: AÇÃO – CAPACITAR OS PRODUTORES PARA AGREGAR VALOR AOS PRODUTOS E IMPLANTAR ALTERNATIVAS DE CULTURA COMO A FRUTICULTURA, APICULTURA, PISCICULTURA, PRODUÇÃO DE MAMONA (BODIESEL)**

**CAPACITAR OS PRODUTORES PARA AGREGAR VALOR AOS PRODUTOS E IMPLANTAR ALTERNATIVAS DE CULTURA COMO A FRUTICULTURA, APICULTURA, PISCICULTURA, PRODUÇÃO DE MAMONA (BODIESEL)**

Justificativa	A capacitação de profissionais pode levar informações importantes aos produtores rurais para a ampliação da sua renda, através de melhoria de tecnologia de produção, colheita e comercialização, tendo como objetivo ainda, o acesso a informações de atividades alternativas. Deve ser uma atividade constante no município, tendo como público alvo o produtor rural ou profissional de processamento ou beneficiamento dos produtos proveniente da atividade rural.
Objetivo geral	Oferecer aos produtores rurais a alternativa de renda e melhoria na qualidade dos produtos.
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Incentivar a implantação de tecnologias adequada e de novas tecnologias;</li> <li>▪ Capacitar os produtores rurais (por atividade) para o beneficiamento de seus produtos;</li> <li>▪ Minimizar perdas de produção na propriedade e no transporte dos produtos;</li> <li>▪ Ampliar a variedades de produtos do município e as possibilidades de renda;</li> <li>▪ Minimizar o êxodo rural.</li> </ul>

Prazo de Implantação	Curto prazo													
Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Secretaria Municipal de Agricultura e Expansão Industrial;</li> <li>▪ Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social;</li> <li>▪ Secretaria Municipal de Administração;</li> <li>▪ EMATER.</li> </ul>													
Possível fonte de Recursos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Recursos próprios;</li> <li>▪ PRONAF/MDA;</li> <li>▪ Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA);</li> <li>▪ Ministério de Minas e Energia.</li> </ul>													
Caráter da Ação	Continuada													
Atividades	Meses*												valor (Reais)	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12		
Identificação dos produtores rurais														**
Palestras e capacitação por tema (especialidade)														5.000,00/ano
Orientação Técnica (EMATER)														20.000,00/ano
Acompanhamento***														2.000,00/ano
<b>TOTAL</b>													<b>27.000,00/ano</b>	
Informação de responsabilidade da Prefeitura Municipal – compatibilização com PPA														
Ação compatível com PPA: ( ) NÃO    (X) SIM    ( ) PARCIAL    Valor total estimado R\$														

\* Os meses demonstram apenas o tempo cronológico necessário para a execução das atividades  
 \*\* Utilizar-se-á o cadastro atualizado dos produtores rurais (ação constante do Quadro 5, a seguir).  
 \*\*\* Ocorrerá no ano seguinte.

**QUADRO 3: AÇÃO – INTENSIFICAR AS ATIVIDADES DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL DO GADO LEITEIRO**

<b>INTENSIFICAR AS ATIVIDADES DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL DO GADO LEITEIRO</b>	
Justificativa	O município está inserido em região de bacia leiteira do Estado do Paraná e se destaca por tal atividade. A inseminação artificial pode proporcionar a melhor qualidade do rebanho leiteiro e conseqüentemente maior produtividade.
Objetivo geral	Melhorar a qualidade e quantidade da produção da bacia leiteira do município.
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Melhorar a qualidade do rebanho leiteiro do município;</li> <li>▪ Aumentar a produtividade de leite;</li> <li>▪ Gerar maior renda para o produtor rural, principalmente aos pequenos produtores rurais.</li> </ul>
Prazo de Implantação	Curto prazo
Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Secretaria Municipal de Agricultura e Expansão Industrial;</li> <li>▪ Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná (SEAB);</li> <li>▪ EMATER;</li> <li>▪ Associação dos produtores de leite do município.</li> </ul>
Possível fonte de Recursos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Recursos próprios;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná (SEAB);</li> <li>▪ Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI).</li> </ul>													
Caráter da Ação	Continuada													
Atividades	Meses*												valor (Reais)	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12		
Identificação das cooperativas e associações do município	■	■												-
Identificação do mercado para o comércio	■	■												-
Palestras de esclarecimento			■			■			■				■	2.000,00/ano
Aquisição de sêmen e distribuição**						■	■	■	■	■	■	■	■	500.000,00/ano**
Reuniões quinzenais para estudo, análise e direcionamento das ações	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	-
Acompanhamento***						■	■	■	■	■	■	■	■	2.000,00/ano
<b>TOTAL</b>													<b>504.000,00/ano</b>	
Informação de responsabilidade da Prefeitura Municipal – compatibilização com PPA														
Ação compatível com PPA: ( X ) NÃO ( ) SIM ( ) PARCIAL Valor total estimado R\$														

\* Os meses demonstram apenas o tempo cronológico necessário para a execução das atividades.

\*\* Custo estimado que varia em função da quantidade de material adquirido, dos recursos captados e da articulação da Prefeitura com os produtores rurais.

\*\*\* Ocorrerá no ano seguinte.

#### QUADRO 4: AÇÃO – PROMOVER A ORGANIZAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS

PROMOVER A ORGANIZAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS	
Justificativa	<p>Os agricultores de Catanduvas deveriam estar mais organizados por entidades representativas como as cooperativas, de modo formalizado, pois dessa forma é possível a ampliação das ações de intercâmbio entre os produtores e novas oportunidades, tanto para a aquisição de equipamentos, implementos e insumos quanto para realização de novos investimentos e comercialização de seus produtos.</p> <p>Além disso, Catanduvas insere-se na região de atuação da Associação dos Municípios do Cantuquiriguaçu (que trabalham para o desenvolvimento dos produtores rurais), devendo, pois, ampliar sua participação e buscar inserir o município na economia regional.</p>
Objetivo geral	Fortalecer a categoria dos produtores rurais
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Organizar as associações de classe de acordo com seus interesses;</li> <li>▪ Organizar em forma de cooperativas;</li> <li>▪ Fortalecer a economia local e regional;</li> <li>▪ Realizar a captação de novos mercados para a comercialização de seus produtos;</li> <li>▪ Viabilizar financiamentos e investimentos a fundo perdido;</li> <li>▪ Viabilizar a formalização dos grupos informais.</li> </ul>

Prazo de Implantação	Médio prazo													
Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Secretaria Municipal de Agricultura e Expansão Industrial;</li> <li>▪ Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social;</li> <li>▪ Secretaria Municipal de Administração;</li> <li>▪ EMATER;</li> <li>▪ SEAB;</li> <li>▪ SEBRAE.</li> </ul>													
Possível fonte de Recursos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Recursos próprios;</li> <li>▪ MDA.</li> </ul>													
Caráter da Ação	Pontual													
Atividades	Meses*												valor (Reais)	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12		
Identificação das associações de classe existentes														-
Palestras de esclarecimento e identificação de necessidades														5.000,00
Formalização das associações em forma de cooperativas														3.000,00**
Acompanhamento***														-
<b>TOTAL</b>														<b>8.000,00</b>
Informação de responsabilidade da Prefeitura Municipal – compatibilização com PPA														
Ação compatível com PPA: ( X ) NÃO ( ) SIM ( ) PARCIAL Valor total estimado R\$														

\* Os meses demonstram apenas o tempo cronológico necessário para a execução das atividades

\*\* Custo estimado e também no sentido de auxiliar e promover a formalização das associações.

\*\*\* Ocorrerá no ano seguinte.

#### QUADRO 5: AÇÃO – PROMOVER E MANTER ATUALIZADO O CADASTRAMENTO DOS PRODUTORES RURAIS

##### PROMOVER E MANTER ATUALIZADO O CADASTRAMENTO DOS PRODUTORES RURAIS

Justificativa	A identificação dos produtores rurais de Catanduvas, por meio de cadastro atualizado, justifica-se no sentido de reconhecer o quantitativo de produtores, área efetiva de produção, tipologia de atividades desenvolvidas, para assim, direcionar programas e ações voltados a essa categoria. A EMATER disponibiliza de diversas informações e de um levantamento das propriedades, que pode embasar o cadastro propriamente dito.
Objetivo geral	Identificar os produtores rurais do município de Catanduvas
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Reconhecer a atual situação dos produtores rurais no município;</li> <li>▪ Identificar as potencialidades dos produtores rurais e do município;</li> <li>▪ Identificar as problemáticas da categoria;</li> <li>▪ Facilitar a elaboração de ações e programas direcionados a este público.</li> </ul>
Prazo de Implantação	Imediato



Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Secretaria Municipal de Agricultura e Expansão Industrial;</li> <li>▪ EMATER;</li> <li>▪ Associação de Produtores Rurais.</li> </ul>													
Possível fonte de Recursos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Recursos próprios.</li> </ul>													
Caráter da Ação	Continuada													
Atividades	Meses*												valor (Reais)	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12		
Levantamento da atual situação do cadastro de produtores **														3.000,00
Atualização do cadastro dos produtores rurais														6.000,00
Abertura permanente para cadastramento de novos produtores e/ou alteração do cadastro														1.500,00/ano
<b>TOTAL</b>													<b>10.500,00</b>	
Informação de responsabilidade da Prefeitura Municipal – compatibilização com PPA														
Ação compatível com PPA: ( ) NÃO ( ) SIM ( X ) PARCIAL Valor total estimado R\$														

\* Os meses demonstram apenas o tempo cronológico necessário para a execução das atividades

\*\* Utilizar como base o levantamento da EMATER.

**QUADRO 6: AÇÃO – PROMOVER EXPOSIÇÕES E FEIRAS AGROPECUÁRIAS (HORTIFRUTIGRANJEIROS)**  
**PROMOVER EXPOSIÇÕES E FEIRAS AGROPECUÁRIAS (HORTIFRUTIGRANJEIROS)**

Justificativa	Através de exposições agropecuárias, os produtores rurais e profissionais do ramo têm a oportunidade de levar à população o conhecimento da atividade agrícola e especificamente da atividade local. Ainda, por meio das feiras agropecuárias a população local tem acesso aos produtos do próprio município e região, possibilitando a formação de uma cultura que evidencie os produtos locais.
Objetivo geral	Difundir a atividade agropecuária local para a população e região
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Estimular a geração de emprego e renda;</li> <li>▪ Levar à população os conhecimentos da atividade rural;</li> <li>▪ Possibilitar a difusão de novas tecnologias rurais;</li> <li>▪ Estimular novas oportunidades de comercialização dos produtos, sejam elas de implementos agrícolas ou de produtos provenientes da propriedade rural;</li> <li>▪ Estreitar os laços entre o consumidor e produtor.</li> </ul>
Prazo de Implantação	Curto prazo
Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Secretaria Municipal de Agricultura e Expansão Industrial;</li> <li>▪ Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social;</li> <li>▪ Secretaria Municipal de Saúde;</li> <li>▪ Associação Comercial local;</li> <li>▪ Cooperativas e associações de classe.</li> </ul>

Possível fonte de Recursos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Recursos próprios;</li> <li>▪ PRONAF/MDA.</li> </ul>													
Caráter da Ação	Continuada													
Atividades	Meses*												valor (Reais)	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12		
Busca pelo local para a realização das feiras**														**
Organização do local e manutenção (limpeza, iluminação, etc) **														2.000,00/ano
Realização de divulgação por meio de folders e propaganda, cartazes, rádio, etc**														5.000,00/ano
Busca de parcerias e patrocinadores														-
Realização das exposições e feiras**														5.000,00/ano
<b>TOTAL</b>													<b>12.000,00/ano</b>	
Informação de responsabilidade da Prefeitura Municipal – compatibilização com PPA														
Ação compatível com PPA: ( X ) NÃO ( ) SIM ( ) PARCIAL Valor total estimado R\$														

\* Os meses demonstram apenas o tempo cronológico necessário para a execução das atividades

\*\* Sempre que necessário e for ocorrer o evento.

#### QUADRO 7: AÇÃO – REATIVAR O ABATEDOURO MUNICIPAL

REATIVAR O ABATEDOURO MUNICIPAL	
Justificativa	O abate da produção animal em abatedouro municipal reduz os custos no processo de destinação final ao produtor e garante produtos de origem idônea com melhor qualidade e preço. Evita os riscos do abate clandestino.
Objetivo geral	Melhorar a qualidade dos produtos de origem animal
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Reduzir o custo de produção;</li> <li>▪ Melhorar as condições de comercialização para os produtores rurais;</li> <li>▪ Evitar os abates a céu aberto;</li> <li>▪ Proporcionar ao município maior controle sobre a atividade de abate no município;</li> <li>▪ Incrementar divisas ao município.</li> </ul>
Prazo de Implantação	Imediato
Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Secretaria Municipal de Agricultura e Expansão Industrial;</li> <li>▪ SEAB;</li> <li>▪ EMATER;</li> <li>▪ IAP;</li> <li>▪ Vigilância Sanitária;</li> <li>▪ Associação Comercial Local.</li> </ul>
Possível fonte de Recursos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Recursos próprios;</li> <li>▪ Parceria com a iniciativa privada.</li> </ul>

Caráter da Ação	Pontual													
Atividades	Meses*												valor (Reais)	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12		
Obtenção das licenças pertinentes para a operação do abatedouro	■	■	■	■	■	■								1.000,00
Manutenção do abatedouro**							■	■	■	■	■	■		10.000,00/ano
<b>TOTAL</b>													<b>11.000,00</b>	
Informação de responsabilidade da Prefeitura Municipal – compatibilização com PPA														
Ação compatível com PPA: (X) NÃO ( ) SIM ( ) PARCIAL Valor total estimado R\$														

\* Os meses demonstram apenas o tempo cronológico necessário para a execução das atividades

\*\* O abatedouro já foi reativado (quando da execução deste produto). Assim, os custos referem-se a sua manutenção.

#### QUADRO 8: AÇÃO – CRIAR PARCERIA COM UNIVERSIDADES E INSTITUIÇÕES DE PESQUISA COM O OBJETIVO DE INSERÇÃO NO PROGRAMA DE BIODIESEL

CRIAR PARCERIA COM UNIVERSIDADES E INSTITUIÇÕES DE PESQUISA COM O OBJETIVO DE INSERÇÃO NO PROGRAMA DE BIODIESEL	
Justificativa	<p>O Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) é um programa interministerial do Governo Federal que objetiva a implementação de forma sustentável, tanto técnica, como econômica da produção e uso do Biodiesel. O programa tem um enfoque na inclusão social e no desenvolvimento regional, com a geração de emprego e renda. O biodiesel é uma fonte renovável que, além de trazer benefícios ambientais, também possibilita a geração de empregos, tanto na fase de coleta como de processamento.</p> <p>A parceria com universidades e instituições de pesquisa poderá possibilitar a implementação da cultura da mamona na propriedade rural municipal abrindo oportunidade para a inserção de Catanduvas no mercado dos biocombustíveis.</p>
Objetivo geral	Inserir o município de Catanduvas no Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel.
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Possibilitar alternativa de renda para os produtores rurais;</li> <li>▪ Promover a inclusão social dos pequenos produtores rurais;</li> <li>▪ Minimizar o êxodo rural;</li> <li>▪ Alavancar o município em um novo nicho de mercado;</li> <li>▪ Implementar novas tecnologias no município possibilitando vantagem competitiva em relação a outros mercados.</li> </ul>
Prazo de Implantação	Curto prazo (retorno a longo prazo)
Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Secretaria Municipal de Agricultura e Expansão Industrial;</li> <li>▪ Secretaria Municipal de Administração;</li> <li>▪ EMATER;</li> <li>▪ Iniciativa privada (produtores rurais).</li> </ul>
Possível fonte de Recursos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Recursos próprios;</li> <li>▪ PRONAF/MDA;</li> <li>▪ Empresas privadas.</li> </ul>

Caráter da Ação	Continuada.													
Atividades	Meses*												valor (Reais)	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12		
Criação de grupo de estudo para o Programa BioDiesel	■	■												-
Realização de reuniões			■			■			■			■		1.000,00/ano
Elaboração de propostas				■	■	■	■	■						1.000,00/ano
Busca de parcerias							■	■	■	■				-
<b>TOTAL</b>													<b>2.000,00/ano</b>	
Informação de responsabilidade da Prefeitura Municipal – compatibilização com PPA														
Ação compatível com PPA: ( X ) NÃO ( ) SIM ( ) PARCIAL													Valor total estimado R\$	

\* Os meses demonstram apenas o tempo cronológico necessário para a execução das atividades

\*\* Adquirir ao longo do tempo.

#### QUADRO 9: AÇÃO – ADQUIRIR VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS E MAQUINÁRIO PARA A ÁREA RURAL (APOIO À PATRULHA MECANIZADA)

ADQUIRIR VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS E MAQUINÁRIO PARA A ÁREA RURAL (APOIO À PATRULHA MECANIZADA)													
Justificativa	<p>A área rural de Catanduvas é bastante extensa, com localidades situadas em áreas a mais de 36 km de distância da sede urbana. Desta forma torna-se necessária a aquisição de veículos para o deslocamento de técnicos para assistência aos produtores rurais, assim como fornecer condições para que estes produtores possam transportar seus produtos para a comercialização.</p> <p>A aquisição de novos equipamentos e implementos agrícolas possibilitará a assistência técnica mecanizada para os pequenos produtores rurais que muitas vezes não possuem estes equipamentos em sua propriedade.</p>												
Objetivo geral	Melhorar a assistência técnica aos produtores rurais.												
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Estimular e aumentar o acesso à mecanização agrícola das pequenas propriedades rurais;</li> <li>▪ Dinamizar a produção e o escoamento da mesma;</li> <li>▪ Minimizar perdas decorrentes da falta de assistência rural.</li> </ul>												
Prazo de Implantação	Curto prazo												
Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Secretaria Municipal de Agricultura e Expansão Industrial;</li> <li>▪ Secretaria Municipal de Administração.</li> </ul>												
Possível fonte de Recursos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Recursos próprios;</li> <li>▪ CODAPAR;</li> <li>▪ MDA;</li> <li>▪ Secretaria de Abastecimento e Agricultura.</li> </ul>												
Caráter da Ação	Pontual												
Atividades	Meses*												valor (Reais)
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	

Identificação dos equipamentos necessários													-
Processo de recrutamento de empresas fornecedoras - licitação													800,00
Aquisição dos equipamentos**													300.000,00**
<b>TOTAL</b>													<b>300.800,00</b>
Informação de responsabilidade da Prefeitura Municipal – compatibilização com PPA													
Ação compatível com PPA: ( ) NÃO ( X ) SIM ( ) PARCIAL Valor total estimado R\$													

\* Os meses demonstram apenas o tempo cronológico necessário para a execução das atividades

\*\* Custo estimado para aquisição de 02 tratores com três implementos.

QUADRO 10: AÇÃO – ORIENTAR E APOIAR AS FAMÍLIAS PARA OBTENÇÃO DE FINANCIAMENTO DE MICRO-CRÉDITO AGRÍCOLA

ORIENTAR E APOIAR AS FAMÍLIAS PARA OBTENÇÃO DE FINANCIAMENTO DE MICRO-CRÉDITO AGRÍCOLA													
Justificativa	O micro-crédito agrícola pode dar subsídios ao início do desenvolvimento de uma certa atividade para proprietários rurais que não possuem o capital inicial, uma vez que existem créditos para as diferentes categorias de produtores.  Assim, cabe ao município prestar orientação às famílias quanto às linhas de crédito disponíveis, sendo uma delas o PRONAF que possui financiamento de diferentes categorias.												
Objetivo geral	Incentivar os proprietários rurais no desenvolvimento da atividade agrícola.												
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Evitar o êxodo rural, visando manter o homem no campo;</li> <li>▪ Incentivar a formação de novos empresários rurais ou administradores rurais;</li> <li>▪ Estimular a inclusão social com alternativas de emprego.</li> </ul>												
Prazo de Implantação	Curto prazo												
Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Secretaria Municipal de Agricultura e Expansão Industrial;</li> <li>▪ EMATER.</li> </ul>												
Possível fonte de Recursos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Recursos próprios</li> </ul>												
Caráter da Ação	Continuada												
Atividades	Meses*												valor (Reais)
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	
Identificação dos produtores rurais e categoria de micro crédito compatível													**
Palestra de orientação ao micro crédito													1.000,00/ano
Elaboração de projetos e encaminhamento***													6.000,00/ano
Palestra de orientação administrativa													2.000,00/ano

Acompanhamento nas propriedades rurais (EMATER)***													4.000,00/ano****
<b>TOTAL</b>													<b>13.000,00/ano</b>
Informação de responsabilidade da Prefeitura Municipal – compatibilização com PPA													
Ação compatível com PPA: ( ) NÃO (X) SIM ( ) PARCIAL Valor total estimado R\$													

\* Os meses demonstram apenas o tempo cronológico necessário para a execução das atividades

\*\* Caso não tenha realizado a atualização do cadastro, haverá um acréscimo no custo.

\*\*\* Já realizado pela EMATER atualmente.

\*\*\*\* Custo estimado referente ao acompanhamento, que deve acontecer até o período de devolução do crédito.

**QUADRO 11: AÇÃO – INTENSIFICAR A PRODUÇÃO DE MUDAS NO VIVEIRO MUNICIPAL PARA O REFLORESTAMENTO E RECUPERAÇÃO DE MATA CILIAR**

**INTENSIFICAR A PRODUÇÃO DE MUDAS NO VIVEIRO MUNICIPAL PARA O REFLORESTAMENTO E RECUPERAÇÃO DE MATA CILIAR**

Justificativa	Catanduvas possui um Viveiro localizado na sede urbana, inserido no Bosque Municipal (que precisa ser reativado), com grande capacidade para produção de mudas. Ainda, tem potencial para intensificar a produção de mudas para o incentivo no desenvolvimento de plantas nativas para recuperação da mata ciliar, reflorestamento, plantas ornamentais e fruticultura.												
Objetivo geral	Promover melhorias ambientais no município por meio da produção e plantio de mudas vegetais												
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Incentivar os proprietários rurais na recuperação da mata ciliar;</li> <li>▪ Incentivar o reflorestamento nas propriedades rurais;</li> <li>▪ Minimizar a supressão de vegetação em áreas de preservação permanente;</li> <li>▪ Incentivar a fruticultura no município como alternativa de renda;</li> <li>▪ Fazer uso das mudas produzidas no viveiro para a arborização e paisagismo urbano.</li> </ul>												
Prazo de Implantação	Curto prazo												
Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Secretaria Municipal Agricultura;</li> <li>▪ EMATER.</li> </ul>												
Possível fonte de Recursos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Recursos próprios;</li> <li>▪ PRONAF/MDA;</li> <li>▪ MMA;</li> <li>▪ SEMA.</li> </ul>												
Caráter da Ação	Continuada												
Atividades	Meses*												valor (Reais)
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	
Ampliação das estufas e dos canteiros													6.000,00
Contratação de mão-de-obra**													**
Aquisição de sementes, matriz e insumos (adubos, substratos, embalagens, estacas)													5.000,00/ano
Produção e manutenção													4.000,00/ano**



### 3.1.2 Ações Referentes ao Eixo 02 – Conservação Ambiental

QUADRO 13: AÇÃO – RECUPERAR AS MATAS CILIARES

RECUPERAR AS MATAS CILIARES													
Justificativa	As matas ciliares, também denominadas de Áreas de Preservação Permanente – APP – são exigidas legalmente (Código Florestal - Lei Federal nº 4.771/65 e SISLEG) e têm o objetivo de auxiliar na conservação da biodiversidade contribuindo para a garantia da qualidade hídrica e do solo.  A maioria dos rios, córregos ou nascentes do território municipal encontram-se desprovidos de mata ciliar, portanto, sua recuperação é imprescindível e necessária.												
Objetivo geral	Garantir a qualidade ambiental do município (em especial hídrica e do solo).												
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Evitar a erosão do solo e assoreamento do leito dos rios;</li> <li>▪ Recuperar rios e nascentes;</li> <li>▪ Cumprir a lei federal e estadual;</li> <li>▪ Utilizar as mudas nativas produzidas no viveiro municipal;</li> <li>▪ Promover a consciência da importância da mata nativa à população local.</li> </ul>												
Prazo de Implantação	Imediato												
Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Secretaria Municipal de Agricultura e Expansão Industrial.</li> </ul>												
Possível fonte de Recursos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Recursos próprios;</li> <li>▪ Governo Estadual.</li> </ul>												
Caráter da Ação	Pontual												
Atividades	Meses*												valor (Reais)
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	
Elaborar Plano de Recuperação contendo as estratégias e diretrizes para a recuperação													15.000,00
Implementação do Plano (plantio das mudas nativas)													20.000,00**
Manutenção													10.000,00/ano
<b>TOTAL</b>													<b>45.000,00</b>
Informação de responsabilidade da Prefeitura Municipal – compatibilização com PPA													
Ação compatível com PPA: ( ) NÃO ( <b>X</b> ) SIM ( ) PARCIAL Valor total estimado R\$													

\* Os meses demonstram apenas o tempo cronológico necessário para a execução das atividades

\*\* O viveiro municipal deve estar dimensionado de tal modo que atenda (ainda que parcialmente) a demanda de mudas

QUADRO 14: AÇÃO – PROMOVER CURSOS E PALESTRAS VOLTADOS À EDUCAÇÃO AMBIENTAL

PROMOVER CURSOS E PALESTRAS VOLTADOS À EDUCAÇÃO AMBIENTAL	
Justificativa	Para se criar a consciência de preservação e conservação do meio ambiente (quer seja do solo, água e matas) é necessária a informação. Dessa forma, é imprescindível que o poder público promova cursos e palestras voltados à educação ambiental, tanto nas escolas (para orientar

	crianças e adolescentes), como nas associações de produtores rurais, comércio e indústria. Só cidadãos conscientes podem melhorar as condições do meio ambiente e utilizá-lo de forma sustentável.												
Objetivo geral	Orientar a população quanto à importância da preservação do meio ambiente.												
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Ensinar à comunidade quanto às práticas sustentáveis para proteger e conservar o meio ambiente;</li> <li>▪ Garantir que desde cedo as crianças já criem a consciência do desenvolvimento sustentável;</li> <li>▪ Possibilitar a reativação do Bosque Municipal, voltado à educação ambiental.</li> </ul>												
Prazo de Implantação	Curto prazo												
Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Secretaria Municipal de Agricultura e Expansão Industrial;</li> <li>▪ Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.</li> <li>▪ Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social.</li> </ul>												
Possível fonte de Recursos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Ministério do Meio Ambiente (MMA);</li> <li>▪ Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA);</li> <li>▪ Recursos próprios;</li> <li>▪ Parcerias com a iniciativa privada.</li> </ul>												
Caráter da Ação	Continuada												
Atividades	Meses*												valor (Reais)
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	
Definição e adequação de local para a promoção dos cursos e palestras													5.000,00
Aquisição de materiais multimídia													15.000,00
Confecção de apostilas, folders, cartilhas e panfletos													5.000,00/ano
Realização dos cursos e palestras													10.000,00/ano**
<b>TOTAL</b>													<b>35.000,00</b>
Informação de responsabilidade da Prefeitura Municipal – compatibilização com PPA													
Ação compatível com PPA: ( X ) NÃO ( ) SIM ( ) PARCIAL Valor total estimado R\$													

\* Os meses demonstram apenas o tempo cronológico necessário para a execução das atividades

\*\* Custo que pode variar em função do profissional, materiais utilizados e frequência dos cursos e palestras durante o ano

#### QUADRO 15: AÇÃO – REATIVAR O BOSQUE MUNICIPAL

<b>REATIVAR O BOSQUE MUNICIPAL</b>	
Justificativa	<p>O Bosque Municipal encontra-se na porção nordeste da sede urbana (delimitado pelo arroio Catanduvas), utilizado no passado para a realização da festa da uva. Porém, atualmente está desativado, funcionando apenas o viveiro municipal.</p> <p>A reativação do bosque e realização de melhorias em sua infra-estrutura trará vários benefícios à</p>

	população que poderá contar com trilhas para caminhadas, visitas educativas com placas sinalizando as espécies vegetais e possivelmente um museu da história e cultura de Catanduvas.												
Objetivo geral	Promover um espaço de lazer e educação ambiental à comunidade.												
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Proporcionar à população um local de lazer e bem estar;</li> <li>▪ Promover a educação ambiental de forma prática e visual no Bosque;</li> <li>▪ Resgatar a história e cultura de Catanduvas com a construção do museu.</li> </ul>												
Prazo de Implantação	Médio prazo												
Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Secretaria Municipal de Agricultura e Expansão Industrial;</li> <li>▪ Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.</li> </ul>												
Possível fonte de Recursos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Ministério do Meio Ambiente (MMA);</li> <li>▪ Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA);</li> <li>▪ Recursos próprios.</li> </ul>												
Caráter da Ação	Pontual												
Atividades	Meses*												valor (Reais)
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	
Elaboração do Plano de Revitalização do Bosque Municipal													15.000,00
Implementação do Plano, (limpeza do terreno, trilhas, instalação de placas sinalizadoras nas trilhas e das espécies florestais, aquisição de mobiliário)													50.000,00**
Elaboração de material voltado à educação ambiental (folders, cartilhas, panfletos, etc) e de divulgação do Bosque													5.000,00
<b>TOTAL</b>													<b>70.000,00</b>
Informação de responsabilidade da Prefeitura Municipal – compatibilização com PPA													
Ação compatível com PPA: ( X ) NÃO ( ) SIM ( ) PARCIAL Valor total estimado R\$													

\* Os meses demonstram apenas o tempo cronológico necessário para a execução das atividades

\*\* Custo estimado que depende das obras realizadas no bosque e aquisição de mobiliário como bancos, elementos de iluminação, placas sinalizadoras, dentre outros.

**QUADRO 16: AÇÃO – PRESERVAR A BACIA DO RIO PASSO LISO (MANANCIAL DE ABASTECIMENTO PÚBLICO DE ÁGUA)**  
**PRESERVAR A BACIA DO RIO PASSO LISO (MANANCIAL DE ABASTECIMENTO PÚBLICO DE ÁGUA)**

Justificativa	<p>A captação de água potável para abastecimento público da sede urbana se dá através do rio Passo Liso, realizada pela SANEPAR.</p> <p>Toda a bacia deste manancial deve ser preservada (constando em forma de lei – macrozoneamento municipal) e posteriormente ser elaborado um Plano de Manejo<sup>2</sup>, que contemple entre outros programas o monitoramento contínuo da qualidade hídrica da bacia e</p>
---------------	---

<sup>2</sup> Entende-se por manejo todo e qualquer procedimento que vise assegurar a conservação da diversidade biológica e dos ecossistemas.

	também de educação ambiental, além de se buscar linhas de financiamento para a implementação do Plano.												
Objetivo geral	Garantir a qualidade ambiental do manancial de abastecimento público de água.												
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Assegurar a qualidade hídrica e do solo;</li> <li>▪ Estimular a consciência ambiental quanto à preservação dos mananciais;</li> <li>▪ Promover a elaboração de um Plano de Manejo para a bacia do manancial;</li> <li>▪ Assegurar pro lei (uso e ocupação do solo municipal) os usos possíveis e permitidos para a Bacia do rio Passo Liso (manancial).</li> </ul>												
Prazo de Implantação	Imediato. Plano de Manejo (médio prazo).												
Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ SANEPAR;</li> <li>▪ Iniciativa privada.</li> </ul>												
Possível fonte de Recursos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ SANEPAR;</li> <li>▪ Ministério do Meio Ambiente (MMA);</li> <li>▪ Instituto Ambiental do Paraná (IAP);</li> <li>▪ Recursos próprios.</li> </ul>												
Caráter da Ação	Continuada												
Atividades	Meses*												valor (Reais)
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	
Elaboração de Programa Ambiental para a Bacia com a proposição de medidas mitigadoras e de controle ambiental													15.000,00
Implementação do Programa e das medidas													30.000,00**
Monitoramento trimestral													10.000,00/ano
<b>TOTAL</b>													<b>55.000,00</b>
Informação de responsabilidade da Prefeitura Municipal – compatibilização com PPA													
Ação compatível com PPA: ( ) NÃO ( ) SIM (X) PARCIAL Valor total estimado R\$													

\* Os meses demonstram apenas o tempo cronológico necessário para a execução das atividades

\*\* Custo estimado que depende das medidas a serem implementadas.

#### QUADRO 17: AÇÃO – FISCALIZAR O USO ABUSIVO DE AGROQUÍMICOS E O CUMPRIMENTO QUANTO À PRESERVAÇÃO DAS MATAS CILIARES

##### FISCALIZAR O USO ABUSIVO DE AGROQUÍMICOS E O CUMPRIMENTO QUANTO À PRESERVAÇÃO DAS MATAS CILIARES

Justificativa	<p>A fiscalização do uso de agroquímico e do cumprimento da legislação vigente acerca desse assunto beneficiará o município nas questões ambientais e sociais no que diz respeito à saúde do trabalhador rural e da população.</p> <p>Ainda, no que se refere à legislação ambiental, a fiscalização do cumprimento ao Código Florestal (Lei Federal nº 4.771/65), referente à área de preservação permanente, terá como resultado a conservação hídrica e do solo, e um meio ambiente saudável aos seres humanos e a fauna e flora.</p>
---------------	--

Objetivo geral	Promover a preservação e conservação ambiental.													
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Possibilitar a criação de legislação municipal, regulamentando o uso do agroquímico;</li> <li>▪ Conservar as matas ciliares e melhorar a qualidade ambiental.</li> </ul>													
Prazo de Implantação	Curto prazo													
Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Secretaria Municipal de Agricultura e Expansão Industrial;</li> <li>▪ Conselho de Desenvolvimento Municipal</li> </ul>													
Possível fonte de Recursos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Ministério do Meio Ambiente;</li> <li>▪ EMATER;</li> <li>▪ Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná (SEAB);</li> <li>▪ Recursos próprios.</li> </ul>													
Caráter da Ação	Continuada													
Atividades	Meses*												valor (Reais)	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12		
Realização de palestras de conscientização e orientação														5.000,00/ano
Contratação de pessoal e aquisição de veículos para fiscalização**														20.000,00/ano
<b>TOTAL</b>													<b>25.000,00/ano</b>	
Informação de responsabilidade da Prefeitura Municipal – compatibilização com PPA														
Ação compatível com PPA: ( ) NÃO      ( ) SIM      ( X ) PARCIAL      Valor total estimado R\$														

\* Os meses demonstram apenas o tempo cronológico necessário para a execução das atividades

\*\* Ocorrerá nos anos seguintes.

#### QUADRO 18: AÇÃO – CONSCIENTIZAR OS PROPRIETÁRIOS DE TERRAS QUANTO À IMPORTÂNCIA DAS RPPNS

##### CONSCIENTIZAR OS PROPRIETÁRIOS DE TERRAS QUANTO À IMPORTÂNCIA DAS RPPNS

Justificativa	<p>As Reservas Particulares de Patrimônio Natural (RPPNs) são Unidades de Conservação (UC) particulares que possui como princípio legal de manejo, a proteção integral e o uso indireto dos recursos naturais.</p> <p>Qualquer proprietário de imóvel, rural ou urbano, poderá pleitear, voluntariamente, o reconhecimento de sua área, total ou parcial, como RPPN, cabendo ao órgão ambiental competente verificar a existência de interesse público na conservação da biodiversidade da área indicada e, uma vez instituída deve ser de proteção integral e averbada na matrícula do imóvel, em caráter perpétuo. Em contrapartida o proprietário terá isenção de impostos, em especial ITR e IPTU, bem como a possível redução de impostos para o restante do imóvel onde se situar a UC. O município também se beneficia pois receberá o ICMS ecológico sobre as RPPNs existentes no município.</p>
Objetivo geral	Promover a conservação da biodiversidade de áreas do município.
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Fazer com que os proprietários de terras desenvolvam a consciência da proteção e preservação ambiental;</li> <li>▪ Garantir que o município tenha áreas protegidas por particulares em troca de alguns</li> </ul>

	benefícios;													
	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Beneficiar o município com o aporte de recursos decorrentes da Lei nº 59/91 (Lei do ICMS Ecológico).</li> </ul>													
Prazo de Implantação	Médio prazo													
Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Secretaria Municipal de Agricultura e Expansão Industrial.</li> </ul>													
Possível fonte de Recursos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Ministério do Meio Ambiente;</li> <li>▪ Instituto Ambiental do Paraná (IAP);</li> <li>▪ Recursos próprios;</li> <li>▪ Parcerias com a iniciativa privada.</li> </ul>													
Caráter da Ação	Continuada													
Atividades	Meses*												valor (Reais)	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12		
Realização de palestras de orientação e explicação sobre a importância e benefícios das RPPNs														5.000,00/ano**
Elaboração de material informativo (folders, panfletos, cartilhas, comunicação em rádio local)														5.000,00/ano
<b>TOTAL</b>													<b>10.000,00/ano</b>	
Informação de responsabilidade da Prefeitura Municipal – compatibilização com PPA														
Ação compatível com PPA: ( ) NÃO ( ) SIM (X) PARCIAL Valor total estimado R\$														

\* Os meses demonstram apenas o tempo cronológico necessário para a execução das atividades

\* Custo estimado para palestras trimestrais. A periodicidade pode ser alterada.

### 3.1.3 Ações Referentes ao Eixo 03 – Organização Territorial

**QUADRO 19: AÇÃO – EFETIVAR O NOVO PERÍMETRO URBANO ATRAVÉS DA IMPLANTAÇÃO DOS MARCOS DE CONCRETO**  
**EFETIVAR O NOVO PERÍMETRO URBANO ATRAVÉS DA IMPLANTAÇÃO DOS MARCOS DE CONCRETO**

Justificativa	Com a elaboração do Plano Diretor e seu arcabouço de leis, haverá uma nova lei de Perímetro Urbano para a sede municipal de Catanduvas e Distrito de Ibiracema, necessária em função das configurações de ocupação atual. A nova lei de perímetro urbana estará englobando também áreas para expansão. Assim, faz-se necessária a efetivação física do perímetro, por meio da implantação de marcos de concreto, nos pontos de intersecção, conforme o indicado na Lei de Perímetro Urbano.													
Objetivo geral	Definir o espaço de abrangência da sede urbana													
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Evidenciar os usos e funções da cidade em espaço urbano e espaço rural;</li> <li>▪ Delimitar a sede urbana organizando o espaço urbano e municipal de forma que ocorram atividades compatíveis com as respectivas vocações;</li> <li>▪ Diferenciar a cobrança de impostos ou tributos em função da inserção na área urbana ou rural.</li> </ul>													
Prazo de Implantação	A partir da aprovação da Lei de Perímetro Urbano													
Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Secretaria Municipal de Viação e Obras;</li> <li>▪ Conselho de Desenvolvimento Municipal.</li> </ul>													
Possível fonte de Recursos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Recursos próprios.</li> </ul>													
Caráter da Ação	Pontual													
Atividades	Meses*												valor (Reais)	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12		
Divulgação e interação da Lei do Perímetro Urbano pelo CDM e Secretaria Municipal de Viação e Obras														-
Disponibilização de material impresso e digital para Secretaria Municipal de Viação e Obras														500,00
Construção e fixação de piquetes de concreto nos pontos de amarração que delimitam a sede urbana														25.000,00**
<b>TOTAL</b>													<b>25.500,00</b>	
Informação de responsabilidade da Prefeitura Municipal – compatibilização com PPA														
Ação compatível com PPA: ( X ) NÃO ( ) SIM ( ) PARCIAL Valor total estimado R\$														

\* Os meses demonstram apenas o tempo cronológico necessário para a execução das atividades

\*\* Custo que varia em função da contratação do serviço (mão-de-obra). Considerou-se o custo unitário de R\$ 1.200,00. São cerca de 23 marcos considerando-se a sede urbana e o Distrito de Ibiracema.

**QUADRO 20: AÇÃO – REGULARIZAR A PEDREIRA MUNICIPAL**

<b>REGULARIZAR A PEDREIRA MUNICIPAL</b>														
Justificativa	Na porção leste da sede urbana, próximo ao rio Catanduvas, há a pedreira municipal, bastante utilizada no passado para retirada de pedras irregulares para a pavimentação urbana. Atualmente, não está mais sendo utilizada em função de irregularidades junto aos órgãos competentes, como inexistência de licenciamento junto ao IAP e regularizações junto ao DNPM.													
Objetivo geral	Aproveitar a matéria-prima local (pedras irregulares)													
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Minimizar custos municipais com pavimentação;</li> <li>▪ Empregar material com baixo custo em relação a outras fontes de calçamento, como blocos de concreto;</li> <li>▪ Gerar empregos e renda aos cortadores de pedras.</li> </ul>													
Prazo de Implantação	Médio prazo													
Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Secretaria Municipal de Viação e Obras;</li> <li>▪ Iniciativa privada.</li> </ul>													
Possível fonte de Recursos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM);</li> <li>▪ MINEROPAR.</li> </ul>													
Caráter da Ação	Pontual													
Atividades	Meses*												valor (Reais)	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12		
Elaboração de estudos ambientais necessários para o processo de licenciamento ambiental junto ao IAP														12.000,00**
Dar entrada no pedido de requerimento de pesquisa junto ao DNPM para regularização da lavra														3.000,00***
<b>TOTAL</b>													<b>15.000,00</b>	
Informação de responsabilidade da Prefeitura Municipal – compatibilização com PPA														
Ação compatível com PPA: ( X ) NÃO ( ) SIM ( ) PARCIAL Valor total estimado R\$														

\* Os meses demonstram apenas o tempo cronológico necessário para a execução das atividades

\*\* Custo estimado, pois varia em função do tipo de estudo exigido pelo IAP.

\*\*\* Custo estimado que vai evoluindo à medida que se avança no processo do DNPM.

**QUADRO 21: AÇÃO – REALIZAR A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**

<b>REALIZAR A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA</b>	
Justificativa	Na porção sul da sede urbana, mais especificamente no Loteamento Jardim Catanduvas há um elevado índice de ocupações irregulares, quer seja por imóveis adquiridos pelos residentes, porém sem aprovação legal pela Prefeitura e registros em cartório, quer seja por inadequações nos tamanhos de lotes (menores que o mínimo determinado por lei), vias abertas inadequadamente e infra-estrutura deficiente, ocasionando sérios problemas para a Prefeitura, uma vez que sem a regularização fundiária dessa área, há impossibilidade de cobrança efetiva de tributos municipais como o IPTU.

	<p>Da mesma forma, há problemas fundiários na área rural, como o desrespeito ao módulo do INCRA (20 ha), em que as ocupações se encontram com dimensões bem menores que o permitido pelo INCRA.</p> <p>Assim, o município necessita realizar a Regularização Fundiária tanto na área urbana quanto na área rural, mediante a elaboração de um Plano detalhado, contemplando os parâmetros estabelecidos na Lei de Uso e Ocupação do Solo proposta.</p>													
Objetivo geral	Regularizar e readequar as questões fundiárias do município													
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Regularizar as ocupações irregulares do Loteamento Jardim Catanduvas (sede urbana);</li> <li>▪ Regularizar as ocupações com módulos menores que o permitido pelo INCRA no meio rural;</li> <li>▪ Promover a regularização fundiária de forma compatível com a proposta de uso e ocupação do solo urbano e municipal;</li> <li>▪ Fazer com que a instalação de novas ocupações se dê de forma correta;</li> <li>▪ Minimizar futuros gastos públicos com novas regularizações e readequações.</li> </ul>													
Prazo de Implantação	Curto prazo													
Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Secretaria Municipal de Viação e Obras;</li> <li>▪ Secretaria Municipal de Finanças;</li> <li>▪ INCRA.</li> </ul>													
Possível fonte de Recursos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Ministério Público;</li> <li>▪ Ministério das Cidades;</li> <li>▪ COHAPAR.</li> <li>▪ Empreendedor/loteador;</li> <li>▪ Recursos próprios</li> </ul>													
Caráter da Ação	Pontual													
Atividades	Meses*												valor (Reais)	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12		
Criação de Conselho formado por representantes do governo e comunidade														-
Elaboração do Plano de regularização fundiária**														30.000,00
Realização da regularização da área e lotes (parceria entre moradores, poder público municipal e estadual (como COHAPAR, INCRA) e cartórios)														100.000,00****
Implementação do Plano de Regularização incluindo melhorias necessárias na infraestrutura e realocações identificadas														350.000,00***
<b>TOTAL</b>													<b>480.000,00</b>	

Informação de responsabilidade da Prefeitura Municipal – compatibilização com PPA	
Ação compatível com PPA: ( X ) NÃO ( ) SIM ( ) PARCIAL	Valor total estimado R\$

\* Os meses demonstram apenas o tempo cronológico necessário para a execução das atividades

\*\* O Plano de Regularização Fundiária deverá ser realizado por profissional ou empresa especializada e contemplar levantamento e propostas para a situação sócio-ambiental, física e jurídica das áreas.

\*\*\* O valor apontado é estimado. O Plano definirá o valor exato. Também há recursos a Fundo Perdido.

## QUADRO 22: AÇÃO – REALOCAR FAMÍLIAS EM ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP)

REALOCAR FAMÍLIAS EM ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE														
Justificativa	Verifica-se na sede urbana algumas ocupações em locais inadequados ambientalmente como em Áreas de Preservação Permanente, em especial do arroio Catanduvas. Dessa forma, é necessária a realização de estudos detalhados para a identificação das famílias sobre APP, os procedimentos a serem tomados e locais para estas serem realocadas. Como é um número pequeno de famílias nessa situação é necessária uma ação rápida e efetiva para que não ocorram outros casos.													
Objetivo geral	Garantir a preservação das matas ciliares, em cumprimento a legislação federal													
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Garantir a integração destas famílias à dinâmica urbana, infra-estrutura e serviços urbanos;</li> <li>▪ Evitar problemas ambientais como assoreamento do leito do rio, inundações, dentre outros;</li> <li>▪ Evitar que o poder público sofra processos e multas de órgãos ambientais e ministério público.</li> </ul>													
Prazo de Implantação	Curto prazo													
Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Secretaria Municipal de Viação e Obras;</li> <li>▪ Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social.</li> </ul>													
Possível fonte de Recursos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Ministério das Cidades</li> <li>▪ Habitar-Brasil/BID;</li> <li>▪ COHAPAR;</li> <li>▪ Empréstimos do FGTS e FAT;</li> <li>▪ Doações de agências bilaterais e multilaterais de cooperação.</li> </ul>													
Caráter da Ação	Pontual													
Atividades	Meses*												valor (Reais)	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12		
Criação de Conselho formado pelo governo municipal e representantes da comunidade atingida														-
Elaboração de Programa de Realocação das edificações em área de risco**														20.000,00
Realização de parcerias para captação de recursos														-

Aquisição de terrenos para realocações													100.000,00
Realização de mutirões com a própria comunidade para a construção das novas edificações													100.000,00***
<b>TOTAL</b>													<b>220.000,00</b>
Informação de responsabilidade da Prefeitura Municipal – compatibilização com PPA													
Ação compatível com PPA: ( X ) NÃO ( ) SIM ( ) PARCIAL													Valor total estimado R\$

\* Os meses demonstram apenas o tempo cronológico necessário para a execução das atividades

\*\* O Programa de Realocação, deverá ser realizado por profissional ou empresa especializada (inclusive em meio digital georreferenciado) e conter identificação da situação sócio-ambiental, física e jurídica, e alternativa locacional para realocação. Deverá também prever financiamento de parte do valor a ser pago pelos moradores.

\*\*\* O valor apontado é estimado. O Programa definirá o valor exato.

### QUADRO 23: AÇÃO – PROMOVER FISCALIZAÇÃO URBANA

PROMOVER FISCALIZAÇÃO URBANA													
Justificativa	A fim de que todas as ações propostas, tanto relacionadas à elaboração de estudos e programas, implantação de infra-estrutura, serviços e equipamentos públicos, regularizações, readequações, dentre outros, é imprescindível que seja realizada a fiscalização urbana para averiguação da realização e efetivação das ações propostas e nos prazos indicados. Sendo assim, cabe a Prefeitura ter um setor específico responsável pela fiscalização geral da sede urbana, que atue concomitantemente com o Conselho de Desenvolvimento Municipal.												
Objetivo geral	Garantir que as ações propostas para a sede urbana sejam realizadas												
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Evitar que algumas ações deixem de ser cumpridas;</li> <li>▪ Promover a verificação das ações efetivas, se estão de acordo com o desejável.</li> </ul>												
Prazo de Implantação	Imediato												
Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Secretaria Municipal de Viação e Obras;</li> <li>▪ Conselho de Desenvolvimento Municipal.</li> </ul>												
Possível fonte de Recursos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Recursos próprios.</li> </ul>												
Caráter da Ação	Continuada												
Atividades	Meses*												valor (Reais)
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	
Composição de equipe e aquisição de materiais e equipamentos													10.000,00**
Realização de fiscalizações quinzenalmente													5.000,00/ano***
<b>TOTAL</b>													<b>15.000,00</b>
Informação de responsabilidade da Prefeitura Municipal – compatibilização com PPA													
Ação compatível com PPA: ( ) NÃO ( ) SIM ( X ) PARCIAL													Valor total estimado R\$

\* Os meses demonstram apenas o tempo cronológico necessário para a execução das atividades

\*\* Custo estimado que se refere à aquisição de materiais e equipamentos. Não está computado o custo de veículo.

\*\*\* Custo estimado em que está computada a manutenção dos equipamentos para as fiscalizações.

### 3.1.4 Ações Referentes ao Eixo 04 – Readequação da Infra-estrutura Urbana

QUADRO 24: AÇÃO – IMPLANTAR SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO COLETIVO DE ESGOTO SANITÁRIO NA SEDE URBANA.

IMPLANTAR SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO COLETIVO DE ESGOTO SANITÁRIO NA SEDE URBANA														
Justificativa	<p>A sede urbana de Catanduvas não possui sistema coletivo de coleta e tratamento de esgoto sanitário (rede). O que se verificam em algumas residências, são sistemas mais rudimentares como fossas sépticas, as quais para uma ação mais efetiva deveriam receber manutenção e limpeza periódica, fato este que não ocorre. Contudo, há residências sem qualquer tratamento de efluentes, os quais são lançados diretamente nos corpos d'água.</p> <p>Com o crescimento e desenvolvimento municipal e para evitar contaminações e poluição ambiental, torna-se imprescindível a instalação de sistema coletivo de esgotamento sanitário.</p>													
Objetivo geral	Proporcionar condições adequadas de saneamento aos habitantes de Catanduvas													
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Evitar maus odores pela falta de manutenção das fossas sépticas existentes;</li> <li>▪ Minimizar a poluição e contaminação do solo e da água decorrentes do lançamento de dejetos sem tratamento, nos cursos d'água;</li> <li>▪ Melhorar as condições de saúde da população, evitando doenças de veiculação hídrica.</li> </ul>													
Prazo de Implantação	Médio prazo													
Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Secretaria Municipal de Viação e Obras;</li> <li>▪ SANEPAR.</li> </ul>													
Possível fonte de Recursos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Governo Federal (PAC – Programa de Aceleração do Crescimento);</li> <li>▪ Governo Estadual;</li> <li>▪ Ministério da Saúde (FUNASA – Fundo Nacional de Saúde);</li> <li>▪ SANEPAR.</li> </ul>													
Caráter da Ação	Pontual													
Atividades	Meses*												valor (Reais)	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12		
Captação de recursos para a implantação da rede de esgotamento sanitário / formalização de convênios	■	■	■	■										–
Desenvolvimento de projetos		■	■	■	■	■	■							200.000,00**
Execução de rede de coleta de esgoto sanitário								■	■	■	■	■		2.000.000,00***
Implantação de estação de tratamento e efluentes								■	■	■	■	■		3.000.000,00***
Conscientização da população quanto aos benefícios da coleta e tratamento de esgoto, justificando o aumento de tarifas com a inclusão nas cobranças da SANEPAR dos serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário.											■	■	■	1.000,00

<b>TOTAL</b>	<b>5.201.000,00</b>
Informação de responsabilidade da Prefeitura Municipal – compatibilização com PPA	
Ação compatível com PPA: ( ) NÃO ( ) SIM ( X ) PARCIAL Valor total estimado R\$	

\* Os meses demonstram apenas o tempo cronológico necessário para a execução das atividades.

\*\* Geralmente considera-se para a elaboração do projeto 10% do valor da obra.

\*\*\* Custo estimado que varia em função da extensão da rede e dos recursos captados. Considerou-se R\$ 150,00 por metro de rede de esgoto implantada.

#### QUADRO 25: AÇÃO – ELABORAR E IMPLEMENTAR PLANO DE DRENAGEM URBANA

##### ELABORAR E IMPLEMENTAR PLANO DE DRENAGEM URBANA

Justificativa	<p>O sistema de drenagem existente na malha urbana de Catanduvas não é muito abrangente, sendo que as galerias pluviais existentes necessitam de melhorias e readequações, além de sua ampliação para toda a malha urbana, que se dará de forma adequada mediante a elaboração de um Plano de Drenagem. Inicialmente a prioridade é o Bairro Alto Alegre e o norte do Loteamento Menino Deus.</p> <p>Ainda, os bueiros também devem ser acrescentados em maior número e, os existentes receber reparos periódicos, pois alguns estão danificando os passeios e meio-fio e, a própria pavimentação da via, comprometendo o escoamento das águas superficiais.</p> <p>A implementação de um sistema de drenagem adequado irá contribuir para minimizar problemas de erosão, desestabilização de taludes e enchentes.</p>													
Objetivo geral	Promover o adequado escoamento das águas superficiais													
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Evitar erosão das vias não pavimentadas e o carreamento de terra inadequado;</li> <li>▪ Proteger o patrimônio público e privado.</li> <li>▪ Conservar a pavimentação existente das vias por meio do escoamento direcionado das águas pluviais;</li> <li>▪ Minimizar a possibilidade de enchentes.</li> </ul>													
Prazo de Implantação	Curto prazo													
Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Secretaria Municipal de Viação e Obras;</li> <li>▪ SUDERHSA.</li> </ul>													
Possível fonte de Recursos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Governo Federal (PAC – Programa de Aceleração do Crescimento);</li> <li>▪ PARANACIDADE;</li> <li>▪ Ministério das Cidades.</li> </ul>													
Caráter da Ação	Pontual													
Atividades	Meses*												valor (Reais)	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12		
Determinação dos pontos de caráter prioritário	■	■	■											2.000,00
Desenvolvimento de projetos		■	■	■	■	■	■							30.000,00**
Captação de recursos para a implantação da rede de drenagem municipal			■	■	■	■	■							.
Execução das obras***							■	■	■	■	■	■	■	1.500.000,00****

<b>TOTAL</b>	<b>1.532.000,00</b>
Informação de responsabilidade da Prefeitura Municipal – compatibilização com PPA	
Ação compatível com PPA: ( ) NÃO ( ) SIM (X) PARCIAL	Valor total estimado R\$

\* Os meses demonstram apenas o tempo cronológico necessário para a execução das atividades

\*\* Geralmente considera-se para a elaboração do projeto 2% do valor da obra.

\*\*\* Ao longo de 03 anos.

\*\*\*\* Custo estimado que varia em função da extensão da rede de drenagem e dos recursos captados. Considerou-se R\$ 150,00 por metro de galeria implantada.

#### QUADRO 26: AÇÃO – AMPLIAR REDE DE ENERGIA ELÉTRICA

AMPLIAR REDE DE ENERGIA ELÉTRICA														
Justificativa	Um município deve ser provido rede de energia elétrica (iluminação) adequada e que atenda a toda sua população, visto que é uma ferramenta aliada da segurança. Em Catanduvas a rede de energia elétrica deverá ser ampliada, atingindo principalmente o meio rural, de modo a atender a todas às comunidades, em especial a localidade de Alto Alegre.													
Objetivo geral	Proporcionar melhores condições de vida à população, principalmente com relação à segurança													
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Proporcionar melhor orientação para o tráfego de pedestres e veículos na sede urbana;</li> <li>▪ Prevenção da criminalidade;</li> <li>▪ Melhorar o bem-estar das comunidades rurais.</li> </ul>													
Prazo de Implantação	Curto prazo													
Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Secretaria Municipal de Viação e Obras;</li> <li>▪ COPEL;</li> <li>▪ Governo Federal (Programa Luz para Todos).</li> </ul>													
Possível fonte de Recursos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Recursos próprios;</li> <li>▪ Ministério das Cidades.</li> <li>▪ Governo Federal (Programa Luz para Todos).</li> </ul>													
Caráter da Ação	Pontual													
Atividades	Meses*												valor (Reais)	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12		
Definição das áreas em que deverá ser implantada nova rede de iluminação pública														-
Elaboração dos projetos														-
Implantação da rede de iluminação pública**														330.000,00
Programa de manutenção preventiva e corretiva														20.000,00/ano
<b>TOTAL</b>													<b>350.000,00</b>	
Informação de responsabilidade da Prefeitura Municipal – compatibilização com PPA														
Ação compatível com PPA: ( ) NÃO (X) SIM ( ) PARCIAL														
													Valor total estimado R\$	

\* Os meses demonstram apenas o tempo cronológico necessário para a execução das atividades

\*\* Pode variar de acordo com a extensão. Ao longo de 02 anos.



**QUADRO 27: AÇÃO – REALIZAR A PADRONIZAÇÃO DAS CALÇADAS PARA PEDESTRES**

<b>REALIZAR A PADRONIZAÇÃO DAS CALÇADAS PARA PEDESTRES</b>														
Justificativa	<p>Grande parte das calçadas para pedestres da sede urbana do município não possui uma padronização, ou seja, um tipo específico de material.</p> <p>Em alguns casos são inadequadas com revestimentos não próprios para circulação de pessoas (pisos escorregadios), ou mesmo, em mal estado de conservação (desníveis, buracos e falta de revestimento). À medida que se afasta da área central, a maior parte dos passeios não possui revestimento adequado e muitas vezes sem revestimento algum. Assim, é imprescindível à elaboração de estudo de padronização das calçadas, que contemple também adequações de pisos para pessoas portadores de necessidades especiais.</p>													
Objetivo geral	Proporcionar melhores condições à circulação de pedestres													
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Melhor qualidade da paisagem e plástica da malha urbana;</li> <li>▪ Promover que as calçadas da sede tenham uma mesma identidade (padrão) e sejam adequadas aos pedestres;</li> <li>▪ Proporcionar acessibilidade a idosos e pessoas portadoras de necessidades especiais.</li> </ul>													
Prazo de Implantação	Médio prazo													
Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Secretaria Municipal de Viação e Obras;</li> <li>▪ Proprietários.</li> </ul>													
Possível fonte de Recursos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Recursos próprios;</li> <li>▪ Proprietários.</li> </ul>													
Caráter da Ação	Pontual													
Atividades	Meses*												valor (Reais)	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12		
Elaboração de diagnóstico da situação atual das calçadas	■	■	■	■										15.000,00
Determinação das áreas prioritárias para intervenções				■										-
Definição do padrão a ser adotado				■	■	■								2.000,00
Contato/parceria com os proprietários pra a implementação do novo padrão						■	■	■						3.000,00
Fiscalização da implementação - conforme padrão estabelecido	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	5.000,00/ano
<b>TOTAL</b>													<b>25.000,00</b>	
Informação de responsabilidade da Prefeitura Municipal – compatibilização com PPA														
Ação compatível com PPA: (X) NÃO ( ) SIM ( ) PARCIAL Valor total estimado R\$														

\* Os meses demonstram apenas o tempo cronológico necessário para a execução das atividades

QUADRO 28: AÇÃO – ELABORAR E IMPLEMENTAR PLANO DE ARBORIZAÇÃO URBANA E PAISAGISMO

ELABORAR E IMPLEMENTAR PLANO DE ARBORIZAÇÃO URBANA E PAISAGISMO													
Justificativa	<p>No município não há estabelecido um sistema de arborização urbana formal desta forma não há uma seleção de espécies adequadas para a arborização urbana, assim como um planejamento que defina os padrões de arborização para os diferentes setores e vias.</p> <p>Contudo, há a iniciativa da Secretaria Municipal de Agricultura e Expansão Industrial em manter o viveiro municipal e realizar plantios periódicos. Assim, é importante um Plano de Arborização para o plantio ordenado de árvores com espécies adequadas e padronizadas. Outro ponto a ser contemplado no Plano é a seleção de áreas para a implementação de parques e praças municipais.</p> <p>Com isso, haverá melhorias tanto em termos visuais como de estruturação viária e qualidade de vida de forma geral para os pedestres da sede urbana.</p>												
Objetivo geral	Melhorar a qualidade paisagística da sede urbana com espécies florestais adequadas e padronizadas												
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Propiciar conforto ambiental aos usuários do sistema viário urbano;</li> <li>▪ Ampliar áreas de permeabilidade urbana;</li> <li>▪ Promover a utilização de espécies adequadas e nativas da região, provenientes do viveiro municipal;</li> <li>▪ Minimizar a velocidade do escoamento das águas pluviais para as galerias.</li> </ul>												
Prazo de Implantação	Curto prazo												
Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Secretaria Municipal de Viação e Obras;</li> <li>▪ Secretaria Municipal de Agricultura e Expansão Industrial.</li> </ul>												
Possível fonte de Recursos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Ministério das Cidades;</li> <li>▪ Recursos próprios.</li> </ul>												
Caráter da Ação	Pontual												
Atividades	Meses*												valor (Reais)
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	
Elaborar o Plano de Arborização Urbana e Paisagismo utilizando espécies nativas produzidas no viveiro municipal	■	■	■	■									20.000,00
Retirada de espécies exóticas ou das que serão substituídas			■	■	■								15.000,00
Implementar o Plano (plantio das mudas e reparos nos calçamentos)					■	■	■	■	■				25.000,00
Manutenção periódica das espécies (poda, replantio, etc)	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	5.000,00/ano
<b>TOTAL</b>													<b>65.000,00</b>
Informação de responsabilidade da Prefeitura Municipal – compatibilização com PPA													

Ação compatível com PPA: ( X ) NÃO ( ) SIM ( ) PARCIAL Valor total estimado R\$

\* Os meses demonstram apenas o tempo cronológico necessário para a execução das atividades

**QUADRO 29: AÇÃO – RECUPERAR E/OU PAVIMENTAR AS VIAS URBANAS**

<b>RECUPERAR E/OU PAVIMENTAR AS VIAS URBANAS</b>														
Justificativa	As vias da sede urbana de Catanduvas, em sua maioria, recebem pavimentação em pedras irregulares, porém existem vias (mesmo as com pavimentação asfáltica) em que a pavimentação encontra-se danificada ou mal conservada, e ainda, em leito natural, devendo ser efetivada a ação de recuperação e/ou pavimentação das vias urbanas nessas condições.													
Objetivo geral	Melhorar a infra-estrutura viária da sede urbana.													
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Melhorar a circulação local;</li> <li>▪ Conservar as estruturas viárias existentes como meio-fio, calçadas para pedestres, dentre outros.</li> </ul>													
Prazo de Implantação	Curto prazo													
Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Secretaria Municipal de Viação e Obras.</li> </ul>													
Possível fonte de Recursos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ SEDU – PARANACIDADE;</li> <li>▪ DER/PR;</li> <li>▪ Recursos próprios.</li> </ul>													
Caráter da Ação	Pontual													
Atividades	Meses*												valor (Reais)	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12		
Definição das vias que necessitam de readequação imediata														-
Aquisição de 2 caminhões basculantes e 1 retro-escavadeira hidráulica														780.000,00**
Execução das obras, utilizando pedras irregulares***														250.000,00
Manutenção periódica														50.000,00/ano****
<b>TOTAL</b>													<b>1.080.000,00</b>	
Informação de responsabilidade da Prefeitura Municipal – compatibilização com PPA														
Ação compatível com PPA: ( ) NÃO ( X ) SIM ( ) PARCIAL Valor total estimado R\$														

\* Os meses demonstram apenas o tempo cronológico necessário para a execução das atividades

\*\* A aquisição desses equipamentos (caminhões basculantes e retro-escavadeira) também serão empregados na manutenção das vias rurais

\*\*\* Primar pela utilização de matéria-prima local (pedras irregulares)

\*\*\*\* Custo estimado que varia em função da manutenção.

**QUADRO 30: AÇÃO – IMPLANTAR ALTERNATIVA DE DESVIO DE FLUXO PESADO DA PR-471**

<b>IMPLANTAR ALTERNATIVA DE DESVIO DE FLUXO PESADO DA PR-471</b>	
Justificativa	Atualmente há passagem intensa de veículos pesados (principalmente caminhões) pelo PR-471, que no perímetro urbano, passa a se denominar de Avenida Brasil e Avenida Augusto Gomes de

	<p>Oliveira.</p> <p>Como previsto no Plano Diretor, há a intenção de urbanizar os trechos citados (com ciclovias, estacionamentos e sinalização adequada, dentre outros) e não característica de rodovia (como acontece hoje), mesmo porque é de domínio do DER. Dessa forma, cabe ao poder público fazer articulações junto ao DER para ver a necessidade de doação do trecho do DER para o município (porém, nesse caso os custos de manutenção passariam ao município) ou ainda firmar uma parceria para divisão dos gastos.</p> <p>Dessa forma, faz-se necessária a elaboração de estudos para a definição do traçado geométrico do desvio da atual rodovia para a porção oeste do perímetro, conforme esboço constante da Lei de Mobilidade.</p>												
Objetivo geral	Evitar que o fluxo pesado intercepte a malha urbana												
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Transferir para fora da malha urbana interferências como trepidação, poluição sonora e atmosférica;</li> <li>▪ Evitar riscos de acidentes pelo tráfego intenso de veículos pesados.</li> </ul>												
Prazo de Implantação	Longo prazo												
Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Secretaria Municipal de Viação e Obras;</li> <li>▪ DER.</li> </ul>												
Possível fonte de Recursos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ DER,</li> <li>▪ Recursos próprios.</li> </ul>												
Caráter da Ação	Pontual												
Atividades	Meses*												valor (Reais)
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	
Elaboração de estudo para Alternativa de Desvio	■	■	■	■	■	■							**
Captação de recursos				■	■	■	■						-
Aprovação do desvio e execução da obras.							■	■	■	■	■	■	**
<b>TOTAL</b>													<b>**</b>
Informação de responsabilidade da Prefeitura Municipal – compatibilização com PPA													
Ação compatível com PPA: ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO      ( <input type="checkbox"/> ) SIM      ( <input type="checkbox"/> ) PARCIAL      Valor total estimado R\$													

\* Os meses demonstram apenas o tempo cronológico necessário para a execução das atividades

\*\* Os custos de longo prazo não serão computados neste trabalho.

#### QUADRO 31: AÇÃO – PROMOVER A MANUTENÇÃO PERIÓDICA DAS VIAS RURAIS

##### PROMOVER A MANUTENÇÃO PERIÓDICA DAS VIAS RURAIS

Justificativa	<p>Muitas vias rurais no município não apresentam adequado estado de conservação, dificultando o acesso da população rural à sede municipal. Outro fator ligado à falta de manutenção das estradas rurais é a dificuldade de escoamento da produção agropecuária.</p> <p>Portanto, a adequada manutenção das vias municipais proporciona melhor acessibilidade e facilidade de deslocamento da população rural para os serviços prestados na sede, assim como</p>
---------------	---

	melhorias no setor socioeconômico através de condições melhores no escoamento da produção agrícola.													
Objetivo geral	Melhorar o deslocamento da população rural e facilidades de escoamento da produção													
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Propiciar acesso mais rápido da população da área rural aos serviços da sede urbana;</li> <li>▪ Equipar adequadamente a patrulha rural;</li> <li>▪ Minimizar gastos com manutenção de estragos maiores das vias rurais (quando não há periodicidade na ação);</li> <li>▪ Evitar perdas de grãos com o transporte.</li> </ul>													
Prazo de Implantação	Imediato													
Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Secretaria Municipal de Viação e Obras.</li> </ul>													
Possível fonte de Recursos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Recursos próprios</li> </ul>													
Caráter da Ação	Continuada													
Atividades	Meses*												valor (Reais)	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12		
Definição das vias que necessitam de readequação imediata														-
Execução das obras														700.000,00/ano**
<b>TOTAL</b>														
Informação de responsabilidade da Prefeitura Municipal – compatibilização com PPA														
Ação compatível com PPA: ( ) NÃO ( ) SIM (X) PARCIAL Valor total estimado R\$														

\* Os meses demonstram apenas o tempo cronológico necessário para a execução das atividades

\*\* Custo estimado que varia em função da manutenção periódica.

#### QUADRO 32: AÇÃO – ELABORAR PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS (PGIRS) ELABORAR PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS (PGIRS)

Justificativa	Levando em conta a quantidade e a qualidade dos resíduos gerados no município, torna-se necessário caracterizar a situação atual do sistema de limpeza desde a sua geração até o seu destino final, permitindo o gerenciamento adequado dos resíduos de forma integrada abrangendo um sistema de coleta, segregação, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos.
Objetivo geral	Gerenciar de forma integrada os resíduos sólidos gerados no município.
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Promover o correto manejo de cada tipo de resíduo gerado no município;</li> <li>▪ Promover a sustentabilidade econômica das operações referente aos resíduos;</li> <li>▪ Preservar o meio ambiente e a qualidade de vida da população;</li> <li>▪ Minimizar a geração de resíduos;</li> <li>▪ Otimizar a reutilização e a reciclagem dos resíduos;</li> <li>▪ Estimular inclusão social e parcerias (catadores, empresas, associações, ecológicas, escolas, sucateiros, dentre outros).</li> </ul>
Prazo de Implantação	Curto prazo
Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Secretaria Municipal de Agricultura e Expansão Industrial;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Iniciativa Privada.</li> </ul>													
Possível fonte de Recursos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Ministério do Meio Ambiente;</li> <li>▪ Ministério das Cidades;</li> <li>▪ SUDERHSA;</li> <li>▪ Recursos próprios.</li> </ul>													
Caráter da Ação	Pontual													
Atividades	Meses*												valor (Reais)	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12		
Contratação da empresa e elaboração do PGIRS	■	■	■	■	■	■	■							25.000,00
Implementação do PGIRS								■	■	■	■	■		15.000,00**
Monitoramento***	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	5.000,00/ano
<b>TOTAL</b>														<b>45.000,00</b>
Informação de responsabilidade da Prefeitura Municipal – compatibilização com PPA														
Ação compatível com PPA: ( X ) NÃO ( ) SIM ( ) PARCIAL Valor total estimado R\$														

\* Os meses demonstram apenas o tempo cronológico necessário para a execução das atividades

\*\* Custo estimado para aquisição dos equipamentos necessários e implementação do PGIRS pela própria Prefeitura.

\*\*\* Monitoramentos são atividades permanentes necessárias após a implantação do PGIRS

### QUADRO 33: AÇÃO – IMPLEMENTAR COLETA SELETIVA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

IMPLEMENTAR COLETA SELETIVA DE RESÍDUOS SÓLIDOS	
Justificativa	<p>Atualmente o município não possui a prática da coleta seletiva para reciclagem de resíduos sólidos.</p> <p>A implementação da coleta seletiva proporcionará benefícios econômicos, sociais e ambientais ao município e sua população, assim como a minimização das quantidades geradas e destinadas ao aterro sanitário (aumentando sua vida útil). Proporcionará também, a partir da construção de uma usina de reciclagem geração de renda e inclusão social à população carente.</p>
Objetivo geral	Minimizar a quantidade de resíduos gerados e dispostos ao aterro sanitário
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Gerar divisas econômicas no município por meio da venda dos recicláveis;</li> <li>▪ Minimizar custos municipais com a coleta e destinação final dos resíduos;</li> <li>▪ Aumentar a vida útil do aterro sanitário;</li> <li>▪ Gerar empregos e renda à população carente (alternativa de renda);</li> <li>▪ Conscientizar e incentivar a população quanto às práticas da reciclagem;</li> <li>▪ Proporcionar a firmiação de parcerias com catadores, empresas, associações ecológicas, escolas, sucateiros, dentre outros.</li> </ul>
Prazo de Implantação	Curto prazo
Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Secretaria Municipal de Viação e Obras;</li> <li>▪ Secretaria Municipal de Agricultura e Expansão Industrial;</li> <li>▪ Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social;</li> <li>▪ Iniciativa Privada.</li> </ul>

Possível fonte de Recursos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Ministério do Meio Ambiente;</li> <li>▪ Ministério das Cidades;</li> <li>▪ SUDERHSA;</li> <li>▪ Recursos próprios;</li> <li>▪ Parceria com iniciativa privada.</li> </ul>													
Caráter da Ação	Pontual													
Atividades	Meses*												valor (Reais)	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12		
Detalhamento do projeto municipal de Coleta Seletiva														-
Readequação da usina de reciclagem existente na área do aterro														30.000,00**
Aquisição de veículo para a coleta seletiva														60.000,00**
Organização dos catadores (cooperativa ou associação) e capacitação														4.000,00
Elaboração e confecção de cartilhas e folders explicativos para orientar a população para a correta separação dos resíduos**														11.000,00
<b>TOTAL</b>														<b>105.000,00</b>
Informação de responsabilidade da Prefeitura Municipal – compatibilização com PPA														
Ação compatível com PPA: ( X ) NÃO ( ) SIM ( ) PARCIAL Valor total estimado R\$														

\* Os meses demonstram apenas o tempo cronológico necessário para a execução das atividades

\*\* Custo estimado.

\*\*\* Ocorrerá nos anos seguintes.

#### QUADRO 34: AÇÃO – OPERACIONALIZAR DE FORMA ADEQUADA O ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL

OPERACIONALIZAR DE FORMA ADEQUADA O ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL	
Justificativa	<p>A geração diária de resíduos em Catanduvas é de aproximadamente 70 toneladas/dia. Os resíduos são encaminhados ao aterro sanitário, distante quase 2 km da sede urbana. Estruturalmente o aterro está adequado, inclusive possui as licenças ambientais necessárias. Contudo, a operacionalização é que está deixando a desejar (cuja responsabilidade desses serviços é de empresa particular). Não está ocorrendo o recobrimento diário das camadas de resíduos, responsabilidade da empresa terceirizada para esse serviço, o que acaba provocando a proliferação de vetores de doenças, além do mau cheiro.</p> <p>Além disso, identificou-se que a área do aterro é circundada por plantações de milho e soja, inclusive dentro dos limites do terreno do aterro.</p>
Objetivo geral	Garantir a qualidade ambiental da área e da população
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Evitar a proliferação de vetores de doenças e conseqüentes riscos à saúde da população;</li> <li>▪ Evitar a contaminação de possíveis consumidores das plantações existentes na área do</li> </ul>

	aterro;																																																																						
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Garantir que os serviços prestados por empresa terceirizada sejam cumpridos conforme contrato, ou seja, realização de recobrimentos diários das camadas de resíduos.</li> </ul>																																																																						
Prazo de Implantação	Imediato																																																																						
Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>Secretaria Municipal de Viação e Obras;</li> <li>Empresa contratada para execução dos serviços de coleta e tratamento dos resíduos.</li> </ul>																																																																						
Possível fonte de Recursos	Empresa terceirizada*																																																																						
Caráter da Ação	Continuada																																																																						
Atividades	<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="12">Meses* **</th> <th rowspan="2">valor (Reais)</th> </tr> <tr> <th>1</th> <th>2</th> <th>3</th> <th>4</th> <th>5</th> <th>6</th> <th>7</th> <th>8</th> <th>9</th> <th>10</th> <th>11</th> <th>12</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Manutenção da área (retirada de plantações existentes)</td> <td>■</td> <td>■</td> <td>■</td> <td></td> <td>2.000,00/ano</td> </tr> <tr> <td>Realização do recobrimento diário das células (solo)</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>■</td> <td>***</td> </tr> <tr> <td><b>TOTAL</b></td> <td colspan="12"></td> <td><b>2.000,00/ano</b></td> </tr> </tbody> </table>		Meses* **												valor (Reais)	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	Manutenção da área (retirada de plantações existentes)	■	■	■											2.000,00/ano	Realização do recobrimento diário das células (solo)				■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	***	<b>TOTAL</b>													<b>2.000,00/ano</b>
	Meses* **												valor (Reais)																																																										
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12																																																											
Manutenção da área (retirada de plantações existentes)	■	■	■											2.000,00/ano																																																									
Realização do recobrimento diário das células (solo)				■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	***																																																									
<b>TOTAL</b>													<b>2.000,00/ano</b>																																																										
Informação de responsabilidade da Prefeitura Municipal – compatibilização com PPA																																																																							
Ação compatível com PPA: ( ) NÃO ( ) SIM ( X ) PARCIAL Valor total estimado R\$																																																																							

\* Caso os serviços passem para o município, então serão utilizados recursos próprios.

\*\* Os meses demonstram apenas o tempo cronológico necessário para a execução das atividades

\*\*\* Esses custos são da empresa responsável pela realização dos serviços (terceirizada), uma vez que o município já paga por esse serviço à empresa.

### QUADRO 35: AÇÃO – IMPLANTAR SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO E ABRIGO EM PONTOS DE ÔNIBUS

IMPLANTAR SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO E ABRIGO EM PONTOS DE ÔNIBUS							
Justificativa	Há mais de 5.000 pessoas residentes na sede urbana de Catanduvas e quantia aproximada na área rural, as quais não contam com um sistema de transporte coletivo. A fim de garantir qualidade da mobilidade e deslocamento da população há a necessidade da implantação de um Sistema de Transporte Coletivo que tenha uma boa abrangência tanto na sede urbana quanto para atendimento das localidades rurais, assim como, sejam instalados pontos de ônibus em locais estratégicos, conforme realização de estudo específico.						
Objetivo geral	Promover o deslocamento público da população no município.						
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aumentar as facilidades de transporte na sede urbana;</li> <li>Dinamizar a mobilidade urbana na sede e no meio rural.</li> </ul>						
Prazo de Implantação	Longo prazo						
Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>Secretaria Municipal de Viação e Obras;</li> <li>Iniciativa privada.</li> </ul>						
Possível fonte de Recursos	<ul style="list-style-type: none"> <li>Recursos próprios;</li> <li>Parceria com a iniciativa privada.</li> </ul>						
Caráter da Ação	Pontual						
Atividades	<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Meses*</th> <th>valor</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>		Meses*	valor			
	Meses*	valor					

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	(Reais)
Elaboração de estudos sobre a demanda de passageiros na área urbana													**
Elaboração de projetos para a implantação de sistema de transporte urbano													**
Construção de infraestrutura de apoio, tais como terminal e abrigos para pontos de ônibus.													**
Aquisição de ônibus ou contratação de empresa terceirizada para o serviço													**
<b>TOTAL</b>													<b>**</b>
Informação de responsabilidade da Prefeitura Municipal – compatibilização com PPA													
Ação compatível com PPA: ( X ) NÃO ( ) SIM ( ) PARCIAL													Valor total estimado R\$

\* Os meses demonstram apenas o tempo cronológico necessário para a execução das atividades

\*\* Os custos de longo prazo não serão computados neste trabalho.

#### QUADRO 36: AÇÃO – ADEQUAR A NUMERAÇÃO PREDIAL DAS EDIFICAÇÕES

ADEQUAR A NUMERAÇÃO PREDIAL DAS EDIFICAÇÕES													
Justificativa	<p>Na sede urbana de Catanduvas há grande quantidade de residências que não possuem padrões de numeração predial por rua, o que dificulta enormemente os serviços de entrega de correspondência pelos correios. O que se observa é a inexistência de uma ordem de numeração (quando existente) e há numerações repetidas em uma mesma rua, assim como números pares e ímpares no mesmo lado de uma rua.</p> <p>Desta forma é necessário um levantamento de todas as ruas da sede urbana, o cadastramento das edificações e a adequação da numeração.</p>												
Objetivo geral	Facilitar a identificação do endereço das edificações												
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Promover o adequado destino de correspondências;</li> <li>▪ Garantir a "identidade" de cada residência.</li> </ul>												
Prazo de Implantação	Curto prazo												
Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Secretaria Municipal de Viação e Obras;</li> <li>▪ Parceria com a comunidade e Correios e Telégrafos.</li> </ul>												
Possível fonte de Recursos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Recursos próprios</li> </ul>												
Caráter da Ação	Pontual												
Atividades	Meses*												valor (Reais)
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	
Realização de levantamento de todas as ruas da sede para identificação de irregularidades													15.000,00
Estabelecimento de parceria com os Correios e Telégrafos para a													10.000,00**

realização do cadastramento e notificação dos proprietários													
Realização da adequação													***
Fiscalização													5.000,00
<b>TOTAL</b>													<b>30.000,00</b>
Informação de responsabilidade da Prefeitura Municipal – compatibilização com PPA													
Ação compatível com PPA: ( X ) NÃO ( ) SIM ( ) PARCIAL Valor total estimado R\$													

\* Os meses demonstram apenas o tempo cronológico necessário para a execução das atividades

\*\* Custo estimado que varia em função da parceria firmada.

\*\*\* Cada proprietário terá um prazo determinado pela Prefeitura para proceder à inserção da numeração na sua edificação.

### QUADRO 37: AÇÃO – AMPLIAR O CEMITÉRIO MUNICIPAL E CONSTRUIR CAPELA MORTUÁRIA

AMPLIAR O CEMITÉRIO MUNICIPAL E CONSTRUIR CAPELA MORTUÁRIA													
Justificativa	<p>A sede urbana de Catanduvas possui um cemitério na porção sudeste (prolongamento da rua Emília Orso), distante cerca de 1,6 km do limite urbano. Contudo, está na sua capacidade de lotação.</p> <p>Faz-se necessária a negociação e aquisição de áreas adjacentes para a ampliação do cemitério, assim como realizar a construção da capela mortuária nessa área.</p> <p>Cabe ressaltar que o cemitério existente e a área de sua ampliação devem estar devidamente licenciados perante o órgão ambiental competente (IAP), para isso, deve ser elaborado um Plano de Controle Ambiental (PCA) que embasará a solicitação da Licença, dentre outros estudos necessários.</p>												
Objetivo geral	Garantir local adequado para o sepultamento e velório.												
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Evitar transtornos pela superlotação do cemitério existente;</li> <li>▪ Prover o município com local adequado para a realização de velório através da capela mortuária;</li> <li>▪ Promover que a área de ampliação do cemitério se instale de acordo com as normas ambientais e licenças pertinentes.</li> </ul>												
Prazo de Implantação	Médio prazo												
Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Secretaria Municipal de Viação e Obras.</li> </ul>												
Possível fonte de Recursos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Recursos próprios;</li> <li>▪ Instituto Ambiental do Paraná (IAP).</li> </ul>												
Caráter da Ação	Pontual												
Atividades	Meses*												valor (Reais)
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	
Realização de estudos ambientais para ampliação do cemitério e dar entrada à proposta de ampliação no órgão ambiental (IAP) e pedido das licenças cabíveis													5.000,00

Realização das obras de ampliação **													80.000,00 ***
Elaboração de estudos e projeto arquitetônico para a capela mortuária													5.000,00
Projeto e Construção da capela mortuária													60.000,00 ***
<b>TOTAL</b>													<b>150.000,00</b>
Informação de responsabilidade da Prefeitura Municipal – compatibilização com PPA													
Ação compatível com PPA: ( <b>X</b> ) NÃO ( ) SIM ( ) PARCIAL													Valor total estimado R\$

\* Os meses demonstram apenas o tempo cronológico necessário para a execução das atividades

\*\* Considerando a instalação dos elementos de controle ambiental como mantas de impermeabilização e poços de monitoramento.

\*\*\* Não estão computados custos de desapropriações ou aquisições de terrenos, se for o caso.

### 3.1.5 Ações Referentes ao Eixo 05 – Garantia de Qualidade de Vida e Bem Estar

QUADRO 38: AÇÃO – IMPLANTAR MINI-POSTO DE SAÚDE NA SEDE URBANA

IMPLANTAR MINI-POSTO DE SAÚDE NA SEDE URBANA														
Justificativa	Atualmente o município dispõe de um Centro de Saúde na área urbana, porém, este atende a toda a população urbana, ocasionando um grande número de atendimentos diários. Desta forma, a implantação de um mini-posto na sede urbana proporcionará melhores condições na prestação dos serviços de saúde no município.													
Objetivo geral	Proporcionar maior qualidade de vida à população que terão locais adequados para cuidar da saúde.													
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Ampliar o atendimento médico no município;</li> <li>▪ Proporcionar um local adequado para o atendimento à população.</li> </ul>													
Prazo de Implantação	Médio prazo													
Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Secretaria Municipal de Viação e Obras;</li> <li>▪ Secretaria Municipal de Saúde.</li> </ul>													
Possível fonte de Recursos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Ministério da Saúde;</li> <li>▪ Parceria com a iniciativa privada</li> <li>▪ Recursos próprios.</li> </ul>													
Caráter da Ação	Pontual													
Atividades	Meses*												valor (Reais)	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12		
Elaboração de Estudo de Viabilidade Locacional	■	■	■											5.000,00
Elaboração de projeto e execução				■	■	■	■	■	■					200.000,00
Contratação e capacitação de profissionais								■	■	■				**
Aquisição de materiais e equipamentos								■	■	■				80.000,00
<b>TOTAL</b>													<b>285.000,00</b>	
Informação de responsabilidade da Prefeitura Municipal – compatibilização com PPA														
Ação compatível com PPA: (X) NÃO ( ) SIM ( ) PARCIAL Valor total estimado R\$														

\* Os meses demonstram apenas o tempo cronológico necessário para a execução das atividades

\*\* Mediante a realização de estudo específico.

QUADRO 39: AÇÃO – APOIAR AS FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA

APOIAR AS FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA	
Justificativa	Verifica-se em Catanduvas a grande concentração de riqueza nas mãos de poucos e a conseqüente má distribuição de renda. De modo geral há famílias carentes e excluídas socialmente, dispersas pelas localidades do município. Algumas dessas localidades são desprovidas de infra-estrutura e saneamento básico. É importantíssimo o apoio a essas famílias, principalmente com a realização de programas que contemplem a promoção social.

Objetivo geral	Promover a inclusão social dos menos favorecidos no município													
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Promover melhorias sociais às famílias de baixa renda;</li> <li>▪ Promover o acesso à infra-estrutura e saneamento básico;</li> <li>▪ Evitar o trabalho em condições desumanas e trabalho infantil;</li> <li>▪ Propiciar educação alimentar;</li> <li>▪ Direcionar as famílias de baixa renda a programas de alfabetização e profissionalização.</li> </ul>													
Prazo de Implantação	Imediato													
Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Secretaria Municipal de Trabalho e ação Social;</li> <li>▪ Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;</li> <li>▪ Secretaria Municipal de Agricultura e Expansão Industrial.</li> </ul>													
Possível fonte de Recursos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Recursos próprios;</li> <li>▪ Parceria com a iniciativa privada.</li> </ul>													
Caráter da Ação	Continuada													
Atividades	Meses*												valor (Reais)	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12		
Elaboração de Programas de Promoção Social														..**
Atualização do cadastro das famílias carentes														..**
Aplicação dos Programas de Alfabetização e Profissionalização														50.000,00/ano***
Realização de cursos														15.000,00/ano
Promoção de atividades de mutirão para melhoria das residências														..****
<b>TOTAL</b>													<b>65.000,00/ano</b>	
Informação de responsabilidade da Prefeitura Municipal – compatibilização com PPA														
Ação compatível com PPA: ( ) NÃO      ( ) SIM      ( X ) PARCIAL      Valor total estimado R\$														

\* Os meses demonstram apenas o tempo cronológico necessário para a execução das atividades

\*\* Atividade realizada por técnicos da própria Prefeitura, sem ônus

\*\*\* Custo estimado para instalações físicas, aquisição de materiais e capacitação de professores para aplicação dos Programas.

\*\*\*\* Atividade sem ônus que conta com doações da população.

#### QUADRO 40: AÇÃO – APLICAR PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR

##### APLICAR PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR

Justificativa	Grande parte da população carente no município não possui uma alimentação adequada, muitas vezes por falta de informação e iniciativa delas mesmas em cultivarem sua própria horta. A consequência é a desnutrição (principalmente infantil), obesidade, anemia dentre outras doenças. Assim, faz-se necessário a realização e aplicação de Programas de Educação Alimentar, de modo que sejam fornecidos mecanismos para essas famílias ensinando-as a plantarem e cultivarem de modo adequado, para a própria subsistência.
Objetivo geral	Proporcionar à população conscientização e treinamento para a prática de uma alimentação

	saudável													
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Combater a fome, através das diversidades e aproveitamento de hortaliças e grãos;</li> <li>▪ Estimular a prática de uma alimentação saudável;</li> <li>▪ Promover lições de higiene e manuseio de alimentos;</li> <li>▪ Evitar doenças relacionadas à prática alimentar.</li> </ul>													
Prazo de Implantação	Imediato													
Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;</li> <li>▪ Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social;</li> <li>▪ Secretaria Municipal de Agricultura e Expansão Industrial.</li> </ul>													
Possível fonte de Recursos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Ministério da Agricultura;</li> <li>▪ Recursos próprios;</li> <li>▪ Parceria com a iniciativa privada.</li> </ul>													
Caráter da Ação	Continuada													
Atividades	Meses*												valor (Reais)	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12		
Elaboração de Programa de Educação Alimentar														5.000,00
Recrutamento de pessoal, treinamento e capacitação destes para aplicação do Programa de Educação Alimentar														10.000,00
Palestras e orientações à população para o incentivo ao cultivo de hortas e doação de sementes														20.000,00/ano
<b>TOTAL</b>													<b>35.000,00</b>	
Informação de responsabilidade da Prefeitura Municipal – compatibilização com PPA														
Ação compatível com PPA: ( ) NÃO ( X ) SIM ( ) PARCIAL Valor total estimado R\$														

\* Os meses demonstram apenas o tempo cronológico necessário para a execução das atividades

#### QUADRO 41: AÇÃO – ELABORAR PROGRAMA DE REDUÇÃO DO DÉFICIT HABITACIONAL NO MEIO URBANO E RURAL

##### ELABORAR PROGRAMA DE REDUÇÃO DO DÉFICIT HABITACIONAL NO MEIO URBANO E RURAL

Justificativa	Conforme dados da Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social há um déficit habitacional no município de aproximadamente 500 moradias, em especial para pessoas que residem em moradias precárias, alugadas e áreas de invasões. Assim, faz-se necessária a elaboração de Programa de redução do déficit habitacional que contemple além do meio urbano, também o meio rural.
Objetivo geral	Promover moradia digna a todos os cidadãos do município
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Minimizar problemas de habitação no município;</li> <li>▪ Realocar famílias instaladas em áreas de invasões e de preservação permanente;</li> <li>▪ Evitar riscos à população carente que reside em residências "frágeis" e em locais</li> </ul>

	inadequados.													
Prazo de Implantação	Curto prazo													
Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Secretaria Municipal de Viação e Obras;</li> <li>▪ Secretaria de Trabalho e Ação Social.</li> </ul>													
Possível fonte de Recursos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Governo Federal (PAC – Programa de Aceleração do Crescimento);</li> <li>▪ Ministério das Cidades</li> <li>▪ COHAPAR;</li> <li>▪ Recursos próprios.</li> </ul>													
Caráter da Ação	Pontual													
Atividades	Meses*												valor (Reais)	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12		
Elaboração do Programa de Redução do Déficit Habitacional														20.000,00
Apoio à construção e reforma de casas no meio rural**														200.000,00
<b>TOTAL</b>													<b>220.000,00</b>	
Informação de responsabilidade da Prefeitura Municipal – compatibilização com PPA														
Ação compatível com PPA: ( ) NÃO ( ) SIM ( X ) PARCIAL Valor total estimado R\$														

\* Os meses demonstram apenas o tempo cronológico necessário para a execução das atividades

#### QUADRO 42: AÇÃO – CONSTRUIR A CASA-LAR PARA IDOSOS

CONSTRUIR A CASA-LAR PARA IDOSOS													
Justificativa	Há no município número significativo de idosos que necessita de atendimento especial, sendo importante a construção da Casa-Lar, a qual proporcionaria aos idosos melhor qualidade de vida, além de assistência especializada.												
Objetivo geral	Proporcionar melhor qualidade de vida aos idosos												
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Promover integração social dos idosos do município;</li> <li>▪ Proporcionar que os idosos sejam assistidos por atividades físicas, culturais, dentre outras;</li> <li>▪ Proporcionar moradia adequada aos idosos que não possuem família.</li> </ul>												
Prazo de Implantação	Médio prazo												
Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Secretaria de Trabalho e Ação Social;</li> <li>▪ Secretaria Municipal de Viação e Obras.</li> <li>▪ Iniciativa privada.</li> </ul>												
Possível fonte de Recursos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Recursos próprios</li> </ul>												
Caráter da Ação	Pontual												
Atividades	Meses*												valor (Reais)
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	

Determinação do local para funcionamento													-
Elaboração de projeto e execução													150.000,00
Contratação e capacitação periódica de profissionais													20.000,00/ano**
Aquisição de materiais e equipamentos													30.000,00
<b>TOTAL</b>													<b>200.000,00</b>
Informação de responsabilidade da Prefeitura Municipal – compatibilização com PPA													
Ação compatível com PPA: ( ) NÃO ( X ) SIM ( ) PARCIAL Valor total estimado R\$													

\* Os meses demonstram apenas o tempo cronológico necessário para a execução das atividades

\*\* Custo estimado referente à capacitação periódica

#### QUADRO 43: AÇÃO – INCENTIVAR O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

INCENTIVAR O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS													
Justificativa	<p>O índice de não alfabetizados no município é bastante elevado. Por conseguinte, está em andamento no município um Programa educacional intitulado: Por um Brasil Alfabetizado, voltado à educação de jovens e adultos. É promovido pelo Serviço Social da Indústria – SESI em parceria com o Governo Federal (MEC-FNDE).</p> <p>Catanduvas é parte integrante do projeto e conta com aproximadamente 23 alunos em formação. O incentivo a este programa e aumento do número de adeptos é uma forma de inclusão social desta população.</p>												
Objetivo geral	Garantir a continuidade do Programa existente e aumentar os índices de alfabetização no município												
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Proporcionar educação de nível fundamental a jovens e adultos;</li> <li>▪ Minimizar a exclusão educacional e a discriminação da população sem alfabetização;</li> <li>▪ Proporcionar melhores oportunidades de emprego à população de baixa renda.</li> </ul>												
Prazo de Implantação	Imediato												
Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;</li> <li>▪ Serviço Social da Indústria – SESI, parceria com o Governo Federal (MEC-FNDE).</li> </ul>												
Possível fonte de Recursos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Governo Federal</li> <li>▪ Recursos próprios</li> </ul>												
Caráter da Ação	Continuada												
Atividades	Meses*												valor (Reais)
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	
Dar continuidade ao Programa educacional em andamento: Por um Brasil Alfabetizado.													-
Aumentar o número de adeptos por meio de campanhas													3.000,00/ano**
<b>TOTAL</b>													<b>3.000,00/ano</b>

Informação de responsabilidade da Prefeitura Municipal – compatibilização com PPA	
Ação compatível com PPA: ( ) NÃO ( X ) SIM ( ) PARCIAL Valor total estimado R\$	

\* Os meses demonstram apenas o tempo cronológico necessário para a execução das atividades

\*\* Custo estimado referente à distribuição de material informativa, propaganda em rádio, jornal, dentre outros.

**QUADRO 44: AÇÃO – FOMENTAR A INSTALAÇÃO DE ESCOLA ESTADUAL (ENSINO FUNDAMENTAL) NA SEDE URBANA**  
**FOMENTAR A INSTALAÇÃO DE ESCOLA ESTADUAL (ENSINO FUNDAMENTAL) NA SEDE URBANA**

Justificativa	Apesar de haver instituições de ensino fundamental na sede urbana, há no município uma crescente demanda, principalmente com relação ao ensino fundamental. Desta forma para o adequado provimento dos serviços públicos de educação no município há necessidade de implantação de mais uma escola de ensino fundamental na sede.													
Objetivo geral	Garantir acesso ao ensino a todos os estudantes do município													
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Evitar o número excessivo de alunos num único espaço físico;</li> <li>▪ Proporcionar melhor qualidade da prestação dos serviços de educação;</li> <li>▪ Garantir a qualidade de aprendizado do aluno por meio de estruturas físicas adequadas e coerentes com o ideal.</li> </ul>													
Prazo de Implantação	Médio prazo													
Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;</li> <li>▪ Secretaria Municipal de Viação e Obras.</li> </ul>													
Possível fonte de Recursos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Governo Estadual;</li> <li>▪ Recursos próprios.</li> </ul>													
Caráter da Ação	Pontual													
Atividades	Meses*												valor (Reais)	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12		
Articulação com o Governo Estadual	■	■	■	■										-
Elaboração de Estudo de Alternativa Locacional			■	■	■	■								**
Elaboração de projeto e execução				■	■	■	■	■	■					**
Contratação e capacitação de profissionais								■	■					**
Aquisição de materiais e equipamentos								■	■	■				**
<b>TOTAL</b>													<b>**</b>	
Informação de responsabilidade da Prefeitura Municipal – compatibilização com PPA														
Ação compatível com PPA: ( X ) NÃO ( ) SIM ( ) PARCIAL Valor total estimado R\$														

\* Os meses demonstram apenas o tempo cronológico necessário para a execução das atividades

\*\* Os custos dependem da articulação e parcerias firmadas com o Governo do Estado

**QUADRO 45: AÇÃO – CONSTRUIR CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL NA SEDE URBANA**  
**CONSTRUIR CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL NA SEDE URBANA**

Justificativa	O município é provido por alguns centros de educação infantil (creches) que segundo dados da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no ano de 2006 havia 172 alunos matriculados na modalidade de ensino infantil – creche, e 173 na modalidade de ensino infantil – pré-escola. Porém, com o crescimento e desenvolvimento do município já deve haver uma previsão para atender a futura demanda desse tipo de equipamento.													
Objetivo geral	Prever a demanda futura de centro de educação infantil no município													
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Dotar o município de estruturas adequadas para absorver a demanda de crianças para o centro de educação infantil;</li> <li>▪ Evitar com que haja falta de locais adequados para as crianças no início da atividade escolar.</li> </ul>													
Prazo de Implantação	Longo prazo													
Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Secretaria Municipal de Viação e Obras;</li> <li>▪ Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.</li> </ul>													
Possível fonte de Recursos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Recursos próprios</li> <li>▪ Parceria com a Iniciativa privada.</li> </ul>													
Caráter da Ação	Pontual													
Atividades	Meses*												valor (Reais)	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12		
Elaboração de Estudo de Alternativa Locacional	■	■	■											**
Elaboração de projeto e execução			■	■	■	■	■	■						**
Contratação e capacitação de profissionais						■	■	■						**
Aquisição de materiais e equipamentos							■	■	■					**
<b>TOTAL</b>													<b>**</b>	
Informação de responsabilidade da Prefeitura Municipal – compatibilização com PPA														
Ação compatível com PPA: ( X ) NÃO ( ) SIM ( ) PARCIAL Valor total estimado R\$														

\* Os meses demonstram apenas o tempo cronológico necessário para a execução das atividades

\*\* Os custos de longo prazo não serão computados neste trabalho.

**QUADRO 46: AÇÃO – CONSTRUIR COBERTURA PARA AS QUADRAS POLIESPORTIVAS**  
**CONSTRUIR COBERTURA PARA AS QUADRAS POLIESPORTIVAS**

Justificativa	O município possui apenas um ginásio municipal coberto e a maioria das quadras poliesportivas são descobertas. Com a construção de cobertura para todas as quadras existentes na sede urbana, a prática de esportes pode ser ampliada.
Objetivo geral	Proporcionar melhores condições para a prática de esportes

Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Proporcionar incentivo à prática de esportes no município;</li> <li>▪ Fazer com que as quadras existentes sejam melhor utilizadas em função da cobertura;</li> <li>▪ Maior comodidade aos desportistas do município ao utilizarem as quadras cobertas.</li> </ul>													
Prazo de Implantação	Médio prazo													
Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Secretaria Municipal de Viação e Obras;</li> <li>▪ Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.</li> </ul>													
Possível fonte de Recursos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Ministério do Esporte;</li> <li>▪ Recursos próprios.</li> </ul>													
Caráter da Ação	Pontual													
Atividades	Meses*												valor (Reais)	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12		
Definição das quadras prioritárias a serem cobertas inicialmente														-
Elaboração de projeto														20.000,00
Execução da obra** (04 quadras)														250.000,00**
<b>TOTAL</b>													<b>270.000,00</b>	
Informação de responsabilidade da Prefeitura Municipal – compatibilização com PPA														
Ação compatível com PPA: ( ) NÃO (X) SIM ( ) PARCIAL Valor total estimado R\$														

\* Os meses demonstram apenas o tempo cronológico necessário para a execução das atividades

\*\* Considerou-se o custo de recobrimento metálico de R\$ 120,00 por metro quadrado para quadras de cerca de (15mx35m). O valor total refere-se a 04 quadras.

#### QUADRO 47: AÇÃO – CONSTRUIR ESTÁDIO MUNICIPAL E GINÁSIO DE ESPORTES NA SEDE URBANA

##### CONSTRUIR ESTÁDIO MUNICIPAL E GINÁSIO DE ESPORTES NA SEDE URBANA

Justificativa	<p>Na sede urbana há uma área prevista para o Estádio Municipal, na porção sudoeste da malha urbana, próximo ao CTG. Contudo a construção do Estádio deve ser efetivada.</p> <p>Ainda, há demanda por mais um ginásio de esportes na sede urbana.</p>													
Objetivo geral	Incentivar atividades esportivas no município													
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Proporcionar nova modalidade de lazer em função do Estádio Municipal, em que há possibilidades de realizações de campeonatos de futebol de campo;</li> <li>▪ Introduzir no município práticas periódicas de esporte.</li> </ul>													
Prazo de Implantação	Médio prazo													
Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Secretaria Municipal de Viação e Obras;</li> <li>▪ Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.</li> </ul>													
Possível fonte de Recursos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Ministério do Esporte;</li> <li>▪ Recursos próprios.</li> </ul>													
Caráter da Ação	Pontual													
Atividades	Meses*												valor (Reais)	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12		
Aquisição de terreno														100.000,00

Elaboração de projeto do estádio e ginásio de esportes													50.000,00**
Execução das obras													1.300.000,00
<b>TOTAL</b>													<b>1.450.000,00</b>
Informação de responsabilidade da Prefeitura Municipal – compatibilização com PPA													
Ação compatível com PPA: ( X ) NÃO ( ) SIM ( ) PARCIAL													Valor total estimado R\$

\* Os meses demonstram apenas o tempo cronológico necessário para a execução das atividades

\*\* Custo estimado em aproximadamente 4% da obra.

#### QUADRO 48: AÇÃO – IMPLEMENTAR PLANO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL

IMPLEMENTAR PLANO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL													
Justificativa	<p>O município de Catanduvas possui a Comissão Municipal de Defesa Civil (COMDEC) criada pela Lei Municipal nº 099/96. Contudo, esta lei não está sendo aplicada ao município e sua composição (membros) está desatualizada. Há, pois, necessidade de atualização, em conformidade com o Manual de Operacionalização da COMDEC- 2005.</p> <p>Isto posto, deverá ser desenvolvido para Catanduvas o Plano Municipal de Defesa Civil, também conhecido por Sistema Municipal de Defesa Civil, que tem o intuito principal de preparar o município para ações de qualquer emergência, ou fatos adversos que possam atingir o município. A estrutura básica desse Plano é a COMDEC, cujos membros devem estar comprometidos com o bem-estar da sociedade e em condições de planejar e preparar ações voltadas à prevenção dos acidentes ou da minimização dos seus efeitos.</p>												
Objetivo geral	Evitar, prevenir ou minimizar os eventos desastrosos que possam atingir a população.												
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Dotar o município de ferramentas adequadas e de prevenção para atuar em situações de risco à população;</li> <li>▪ Proporcionar maior segurança à população no sentido de estarem cientes que podem contar com socorro imediato em casos de desastres naturais, intempéries e forças da natureza em geral;</li> <li>▪ Minimizar riscos à integridade física e bens materiais, restabelecendo o bem-estar social.</li> </ul>												
Prazo de Implantação	Curto prazo												
Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Secretaria Municipal de Administração;</li> <li>▪ Defesa Civil, Corpo de Bombeiros.</li> </ul>												
Possível fonte de Recursos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Ministério da Defesa;</li> <li>▪ Corpo de Bombeiros;</li> <li>▪ Recursos próprios.</li> </ul>												
Caráter da Ação	Pontual												
Atividades	Meses*											valor (Reais)	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	
Atualização da Lei de criação do COMDEC													-
Nomeação de novos membros, atuantes													-



Elaboração de regimento interno													-
Elaboração do Plano de Defesa Civil													**
<b>TOTAL</b>													<b>**</b>
Informação de responsabilidade da Prefeitura Municipal – compatibilização com PPA													
Ação compatível com PPA: <input checked="" type="checkbox"/> NÃO    ( ) SIM    ( ) PARCIAL    Valor total estimado R\$													

\* Os meses demonstram apenas o tempo cronológico necessário para a execução das atividades

\*\* O Plano de Defesa Civil não tem ônus ao município, uma vez que é elaborado em parceria com a Defesa Civil/Corpo de Bombeiros de Cascavel.



### 3.1.6 Ações Referentes ao Eixo 06 – Geração de Emprego e Renda

#### QUADRO 49: AÇÃO – CONSTRUIR BARRACÕES COMUNITÁRIOS E INDUSTRIAL

CONSTRUIR BARRACÕES COMUNITÁRIOS E INDUSTRIAL														
Justificativa	<p>É necessário que sejam implementados meios de geração de emprego e renda à comunidade de Catanduvas. Um desses meios são os barracões comunitários, tanto na sede urbana quanto na área rural e barracão industrial (sede urbana).</p> <p>A construção de barracões pode ter várias destinações, por exemplo na área rural podem funcionar como local para armazenamento de produção comunitária e venda desta por varejo. Já na sede, pode reunir a população carente para elaboração de atividades artesanais e venda desses produtos e ainda, no caso dos barracões industriais, utilizar mão-de-obra capacitada para produção industrial.</p> <p>Atualmente, observa-se um modelo semelhante como os barracões ocupados para as pequenas indústrias (calçados e facções).</p>													
Objetivo geral	Promover alternativas de emprego no município													
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Aumentar oferta de emprego;</li> <li>▪ Oferecer oportunidade de emprego à população carente;</li> <li>▪ Proporcionar alternativas aos produtores rurais que devem se organizar para gerenciar o barracão e seu funcionamento.</li> </ul>													
Prazo de Implantação	Curto prazo													
Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Secretaria Municipal de Viação e Obras;</li> <li>▪ Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social.</li> </ul>													
Possível fonte de Recursos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Recursos próprios;</li> <li>▪ Parcerias com a iniciativa privada</li> </ul>													
Caráter da Ação	Pontual													
Atividades	Meses*												valor (Reais)	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12		
Elaboração de Estudo de Alternativa Locacional e quantidade necessária de barracões comunitários	■	■	■	■										5.000,00
Elaboração de projeto dos barracões				■	■	■	■							7.000,00
Implantação dos barracões **						■	■	■	■	■	■	■	■	528.000,00**
<b>TOTAL</b>													<b>540.000,00</b>	
Informação de responsabilidade da Prefeitura Municipal – compatibilização com PPA														
Ação compatível com PPA: ( ) NÃO ( X ) SIM ( ) PARCIAL Valor total estimado R\$														

\* Os meses demonstram apenas o tempo cronológico necessário para a execução das atividades

\*\* O custo estimado refere-se à construção de dois barracões comunitários (dimensão 10mx30m, R\$ 288.000,00) e um barracão industrial (R\$ dimensão 10mx40m 240.000,00), com utilização de mão-de-obra da comunidade local. Considerou-se o CUB de R\$ 480,00/m².

**QUADRO 50: AÇÃO – APLICAR CURSOS PROFISSIONALIZANTES E DE INICIAÇÃO AO EMPREGO**

<b>APLICAR CURSOS PROFISSIONALIZANTES E DE INICIAÇÃO AO EMPREGO</b>														
Justificativa	Foi identificado no município de Catanduvas a insuficiência de capacitação profissional. O que acaba ocorrendo é a vinda de profissionais capacitados de cidades vizinhas que preenchem cargos e vagas em Catanduvas, justificando a falta de oferta de empregos e alto índice de desemprego. Para solucionar esse problema faz-se necessária a aplicação de cursos profissionalizantes e de iniciação ao emprego através de parcerias com instituições como o SENAI, SENAC, universidades, dentre outras.													
Objetivo geral	Qualificar profissionalmente a população economicamente ativa de Catanduvas													
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Proporcionar melhores ofertas de mão-de-obra aos empregadores do município;</li> <li>▪ Promover maior auto-confiança ao profissional em seu primeiro emprego;</li> <li>▪ Promover a utilização da mão-de-obra local e não a vinda de pessoas de fora para ocupar as vagas disponíveis.</li> </ul>													
Prazo de Implantação	Curto prazo													
Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social;</li> <li>▪ Parcerias com SENAI / SENAC;</li> <li>▪ Iniciativa privada.</li> </ul>													
Possível fonte de Recursos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Recursos próprios;</li> <li>▪ Parcerias com a iniciativa privada.</li> </ul>													
Caráter da Ação	Continuada													
Atividades	Meses*												valor (Reais)	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12		
Estabelecimento de parcerias SENAI / SENAC e iniciativa privada														-
Contratação de profissionais, elaboração de material didático e divulgação														20.000,00/ano
Promover ajuda de custos a alunos da rede pública para a realização de cursos profissionalizantes														20.000,00/ano
Estabelecer programa de estágio/primeiro emprego na prefeitura municipal e demais órgãos públicos														-
<b>TOTAL</b>													<b>40.000,00/ano</b>	
Informação de responsabilidade da Prefeitura Municipal – compatibilização com PPA														
Ação compatível com PPA: ( ) NÃO ( ) SIM ( X ) PARCIAL Valor total estimado R\$														

\* Os meses demonstram apenas o tempo cronológico necessário para a execução das atividades

QUADRO 51: AÇÃO – FOMENTAR A INSTALAÇÃO DE ESCOLA TÉCNICA NO MUNICÍPIO

FOMENTAR A INSTALAÇÃO DE ESCOLA TÉCNICA NO MUNICÍPIO														
Justificativa	Conforme exposto no quadro acima, há necessidade de capacitação profissional no município. Dentre as ações já previstas é interessante o fomento para a instalação de uma escola técnica no município													
Objetivo geral	Promover a formação de profissionais técnicos no município													
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Ampliar a oferta de mão-de-obra qualificada;</li> <li>▪ Incentivar o emprego e renda;</li> <li>▪ Evitar o preenchimento de vagas no município por profissionais de cidades vizinhas.</li> </ul>													
Prazo de Implantação	Médio prazo													
Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social;</li> <li>▪ Secretaria Municipal de Agricultura e Expansão Industrial;</li> <li>▪ Parcerias com a iniciativa privada</li> </ul>													
Possível fonte de Recursos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Recursos próprios;</li> <li>▪ Parcerias com a iniciativa privada</li> </ul>													
Caráter da Ação	Pontual													
Atividades	Meses*												valor (Reais)	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12		
Estabelecimento de parcerias com a iniciativa privada														-
Elaboração de estudos de alternativa locacional e viabilidade econômica														20.000,00
<b>TOTAL</b>													<b>20.000,00</b>	
Informação de responsabilidade da Prefeitura Municipal – compatibilização com PPA														
Ação compatível com PPA: ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO      ( <input type="checkbox"/> ) SIM      ( <input type="checkbox"/> ) PARCIAL      Valor total estimado R\$														

\* Os meses demonstram apenas o tempo cronológico necessário para a execução das atividades

QUADRO 52: AÇÃO – FIRMAR PARCERIAS COM A INICIATIVA PRIVADA PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS LOCAIS PARA MERENDA ESCOLAR

FIRMAR PARCERIAS COM A INICITAVIA PRIVADA PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS LOCAIS PARA MERENDA ESCOLAR	
Justificativa	<p>Atualmente há no município 11 estabelecimentos escolares que trabalham com o ensino infantil, fundamental e médio. Aqueles que oferecem merenda escolar aos alunos, adquirem de terceiros e algumas vezes de fornecedores de fora do município.</p> <p>A fim de dar apoio aos produtores do município, faz-se necessária a firmação de uma parceria entre a Prefeitura e os produtores rurais, para utilização e compra dos produtos produzidos no próprio município pela prefeitura, para a merenda escolar, como leite, frutas, grãos, hortaliças, dentre outros.</p> <p>Tal ação deve ser realizada mediante divulgação e cadastro dos produtores interessados nessa parceria.</p>
Objetivo geral	Incentivar a produção rural local

Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Possibilitar ao produtor rural a venda do excedente de produção;</li> <li>▪ Aumentar a renda dos produtores rurais e a circulação de divisas no próprio município;</li> <li>▪ Minimizar gastos com o transporte dos produtos utilizados na merenda escolar;</li> <li>▪ Garantir qualidade e produtos frescos aos estudantes.</li> </ul>												
Prazo de Implantação	Imediato												
Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Secretaria Municipal de Agricultura e Expansão Industrial;</li> <li>▪ Secretaria Municipal de Administração;</li> <li>▪ Iniciativa privada.</li> </ul>												
Possível fonte de Recursos	Recursos próprios												
Caráter da Ação	Continuada												
Atividades	Meses*												valor (Reais)
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	
Cadastro dos produtores rurais com interesse na parceria													2.000,00
Realização de capacitações e orientações quanto à sanidade dos alimentos													13.000,00/ano
Aquisição dos alimentos locais													**
<b>TOTAL</b>													<b>15.000,00***</b>
Informação de responsabilidade da Prefeitura Municipal – compatibilização com PPA													
Ação compatível com PPA: ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO      ( <input type="checkbox"/> ) SIM      ( <input type="checkbox"/> ) PARCIAL      Valor total estimado R\$													

\* Os meses demonstram apenas o tempo cronológico necessário para a execução das atividades

\*\* Os gastos do município para aquisição dos alimentos para merenda devem ser redirecionados para os produtores locais

\*\*\* Custo estimado que varia em função da quantidade de parcerias firmadas e de produtos a serem adquiridos.

### 3.1.7 Ações Referentes ao Eixo 07 – Desenvolvimento Histórico-Cultural

QUADRO 53: AÇÃO – IMPLEMENTAR O PLANO DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

IMPLEMENTAR O PLANO DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO														
Justificativa	<p>Catanduvas não possui um Plano de Desenvolvimento Turístico, o qual se faz necessário para prever e organizar ações fundamentais para o correto desenvolvimento do turismo no município, o qual apresenta belas paisagens (propicia ao desenvolvimento de cavalgadas, trilhas, motocross), além de quedas d'água e rios como o Adelaide. Destaca-se também o potencial histórico-cultural (conflitos da Coluna Prestes e Cemitério de 1924).</p> <p>Ressalta-se que para subsidiar a elaboração desse documento seria importante, inicialmente, se fazer um inventário de todos os elementos com potencialidades turísticas.</p>													
Objetivo geral	Desenvolver o turismo em Catanduvas													
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Estabelecer plano e metas de desenvolvimento turístico;</li> <li>▪ Priorizar ações relacionadas ao turismo rural e histórico-cultural;</li> <li>▪ Atrair investimentos para o setor turístico;</li> <li>▪ Dotar a área rural do município com infra-estrutura adequada para recepção de turistas.</li> </ul>													
Prazo de Implantação	Curto prazo													
Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Secretaria Municipal de Agricultura e Expansão Industrial;</li> <li>▪ Secretaria Municipal de Administração.</li> </ul>													
Possível fonte de Recursos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Recursos próprios;</li> <li>▪ Ministério do Turismo;</li> <li>▪ Instituições de ensino superior;</li> <li>▪ Parcerias com a iniciativa privada.</li> </ul>													
Caráter da Ação	Pontual													
Atividades	Meses*												valor (Reais)	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12		
Realização do inventário turístico	■	■	■											5.000,00
Elaboração do Plano de Desenvolvimento Turístico**			■	■	■	■	■							20.000,00
Firmar parceria com a iniciativa privada para a implementação do Plano	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	-
Implantação dos projetos previstos no Plano de Desenvolvimento Turístico							■	■	■	■	■	■	■	70.000,00**
<b>TOTAL</b>													<b>95.000,00**</b>	
Informação de responsabilidade da Prefeitura Municipal – compatibilização com PPA														
Ação compatível com PPA: ( X ) NÃO ( ) SIM ( ) PARCIAL Valor total estimado R\$														

\* Os meses demonstram apenas o tempo cronológico necessário para a execução das atividades

\*\* O valor corresponde a uma etapa inicial. O Plano definirá as obras prioritárias e estabelecerá um cronograma físico-financeiro.

**QUADRO 54: AÇÃO – INCENTIVAR PROPRIETÁRIOS DE GLEBAS COM QUEDAS D'ÁGUA A ABRIR SUAS PROPRIEDADES PARA O TURISMO RURAL**

<b>INCENTIVAR PROPRIETÁRIOS DE GLEBAS COM QUEDAS D'ÁGUA A ABRIR SUAS PROPRIEDADES PARA O TURISMO RURAL</b>														
Justificativa	Como já exposto anteriormente o município apresenta grandes potencialidades turísticas, com destaque para as belezas naturais como quedas d'água espalhadas pela área rural, em propriedades particulares. Dessa forma, cabe à administração pública incentivar e fornecer subsídios e contrapartidas econômicas para inserir os proprietários de glebas com quedas d'água em um roteiro turístico, em que serão beneficiados além do proprietário, também o município.													
Objetivo geral	Conscientizar esses proprietários rurais da importância econômica de suas propriedades													
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Incentivar a realização de atividades turísticas no município;</li> <li>▪ Promover incrementos e alternativas econômicas de renda;</li> <li>▪ Estimular a preservação ambiental no município;</li> <li>▪ Mostrar aos proprietários rurais com quedas d'água em suas propriedades que podem lucrar com a conservação e implementação de estruturas voltadas à visitação e turismo em suas propriedades.</li> </ul>													
Prazo de Implantação	Médio prazo													
Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Secretaria Municipal de Agricultura e Expansão Industrial;</li> <li>▪ Secretaria Municipal de Administração.</li> </ul>													
Possível fonte de Recursos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Ministério do Turismo;</li> <li>▪ Recursos próprios.</li> </ul>													
Caráter da Ação	Continuada													
Atividades	Meses*												valor (Reais)	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12		
Identificação (com base no inventário turístico), dos proprietários de glebas com interesse turístico														-
Elaboração de um sistema de cadastro desses proprietários														-
Incentivo à realização de melhorias na infraestrutura das propriedades														-
Realização de promoção e divulgação dessas propriedades**														3.000,00/ano
<b>TOTAL</b>														<b>3.000,00/ano</b>
Informação de responsabilidade da Prefeitura Municipal – compatibilização com PPA														
Ação compatível com PPA: ( ) NÃO ( ) SIM ( X ) PARCIAL Valor total estimado R\$														

\* Os meses demonstram apenas o tempo cronológico necessário para a execução das atividades

\*\* O roteiro turístico em que serão inseridas as propriedades já deverá estar estabelecido no Plano de Desenvolvimento Turístico

**QUADRO 55: AÇÃO – INTRODUIZIR POLÍTICAS DE COMPENSAÇÃO PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL**

<b>INTRODUZIR POLÍTICAS DE COMPENSAÇÃO PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL</b>														
Justificativa	<p>Dentre os atrativos histórico-culturais do município destacam-se a arquitetura religiosa, histórica e cultural, que de modo geral se apresenta em estados regulares de conservação. Fato este que se deve ao desconhecimento, tanto da administração pública quanto da população, em relação à importância desses atrativos. Um atrativo histórico de destaque é Cemitério de 1924 e locais de conflitos da Coluna Prestes, em mal estado de conservação, evidenciando o descaso dos municípios com o valor histórico. Também há a Gruta de Nossa Senhora de Caravaggio, a qual está em bom estado de conservação.</p> <p>É importante que o município introduza mecanismos e políticas de compensação aos donos de propriedades com caráter histórico-cultural, para que preservem esse patrimônio e até mesmo abram a propriedade para alguma atividade turística.</p>													
Objetivo geral	Preservar o patrimônio histórico-cultural existente no município													
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Conscientizar os proprietários com patrimônio significativo quanto à importância de sua preservação;</li> <li>▪ Incentivar a realização de atividades turísticas no município.</li> </ul>													
Prazo de Implantação	Médio prazo													
Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;</li> <li>▪ Secretaria Municipal de Administração.</li> </ul>													
Possível fonte de Recursos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Recursos próprios</li> </ul>													
Caráter da Ação	Pontual													
Atividades	Meses*												valor (Reais)	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12		
Elaboração de inventário específico das edificações com caráter histórico-cultural	■	■	■											3.000,00
Elaboração de Políticas de compensação			■	■	■	■	■							-
Captação de recursos							■	■	■	■	■	■	■	-
<b>TOTAL</b>													<b>3.000,00</b>	
Informação de responsabilidade da Prefeitura Municipal – compatibilização com PPA														
Ação compatível com PPA: ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO ( <input type="checkbox"/> ) SIM ( <input type="checkbox"/> ) PARCIAL Valor total estimado R\$														

\* Os meses demonstram apenas o tempo cronológico necessário para a execução das atividades

**QUADRO 56: AÇÃO – APOIAR AS FESTIVIDADES E TRADIÇÕES LOCAIS**

<b>APOIAR AS FESTIVIDADES E TRADIÇÕES LOCAIS</b>	
Justificativa	<p>O município de Catanduvas, de acordo com a Secretaria responsável, apresenta várias atividades culturais dentre elas algumas festividades típicas do município como a Festa do dia de São Sebastião (padroeiro da cidade); Festa do Vinho; Festival de Valores da Terra; Festa da Terceira Idade. Ainda em fevereiro é realizado o Rodeio Crioulo Interestadual (que conta com a</p>

	participação de diversos CTGs, além de atividades como cavalgadas laçada, dentre outros. A fim de que os eventos citados sejam ampliados e resultem em maiores ganhos à população e município, por meio da participação popular (divulgação), é necessário que o município apóie as festividades típicas locais.													
Objetivo geral	Promover a continuidade e tradição das festividades típicas locais													
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Divulgar o município de Catanduvas localmente e regionalmente;</li> <li>▪ Incentivar que a população participe e dê continuidade ao longo das gerações, a realização das festas locais;</li> <li>▪ Incentivar o espírito de equipe e participação comunitária voltada a um objetivo comum.</li> </ul>													
Prazo de Implantação	Curto prazo													
Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;</li> <li>▪ Secretaria Municipal de Agricultura e Expansão Industrial.</li> </ul>													
Possível fonte de Recursos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Ministério do Turismo;</li> <li>▪ Recursos próprios.</li> </ul>													
Caráter da Ação	Continuada													
Atividades	Meses*												valor (Reais)	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12		
Formação de equipe da comunidade para organização de eventos														-
Manutenção do local para a realização das festividades														35.000,00/ano
Divulgação das festividades através de meios de comunicação local														5.000,00/ano
Busca de outras atrações como apresentações de grupos de teatro, comediantes, provenientes também de outras cidades para intercâmbio de culturas e maior diversidade														5.000,00/ano
<b>TOTAL</b>														<b>45.000,00/ano</b>
Informação de responsabilidade da Prefeitura Municipal – compatibilização com PPA														
Ação compatível com PPA: ( ) NÃO ( ) SIM ( X ) PARCIAL Valor total estimado R\$														

\* Os meses demonstram apenas o tempo cronológico necessário para a execução das atividades

### 3.1.8 Ações Referentes ao Eixo Gestão em Ações Internas

QUADRO 57: AÇÃO – IMPLANTAR A SECRETARIA GERAL

IMPLANTAR A SECRETARIA GERAL														
Justificativa	Recomenda-se a implantação desse órgão com objetivo de serviço central de suporte administrativo e documental a todos outros órgãos que compõem a estrutura administrativa. Atualmente, a questão documental (leis, decretos, normas) está dispersa pelas Secretarias e Departamentos. Assim como, nesse órgão pode ser implantando a função de protocolo geral, ou seja, quando o contribuinte necessita de algum serviço da prefeitura, este teria o devido controle, desde a solicitação até o atendimento final do processo. Este órgão estaria sob a subordinação da Secretaria de Administração.													
Objetivo geral	Centralizar os serviços de suporte administrativo a toda estrutura administrativa													
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Organizar um sistema de arquivo geral, atual e histórico;</li> <li>▪ Controlar todo recebimento e expedição de correspondência;</li> <li>▪ Assegurar os serviços de protocolo, encaminhando e acompanhando a finalização dos requerimentos solicitados pelos munícipes.</li> </ul>													
Prazo de Implantação	Curto prazo													
Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Secretaria de Administração</li> </ul>													
Possível fonte de Recursos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Recursos próprios</li> </ul>													
Caráter da Ação	Pontual													
Atividades	Meses*												valor (Reais)	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12		
Definição das competências da Secretaria Geral														-
Elaboração da minuta de lei criando a Secretaria Geral														-
Encaminhamento ao Poder Legislativo para aprovação														-
Promoção de conhecimento a todos os órgãos da existência dessa Secretaria														-
<b>TOTAL</b>													-	
Informação de responsabilidade da Prefeitura Municipal – compatibilização com PPA														
Ação compatível com PPA: ( X ) NÃO ( ) SIM ( ) PARCIAL Valor total estimado R\$														

\* Os meses demonstram apenas o tempo cronológico necessário para a execução das atividades

**QUADRO 58: AÇÃO – IMPLANTAR DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO**

<b>IMPLANTAR DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO</b>														
Justificativa	A implantação desse órgão preenche uma lacuna na estrutura administrativa. Atualmente o controle patrimonial de bens da prefeitura está comprometido pela falta de informação. Estes dados faltantes referem-se desde equipamentos de informática, quanto ao mobiliário municipal e os equipamentos que atendem as funções urbanas.													
Objetivo geral	Zelar pelo patrimônio da prefeitura													
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Identificar a localização de todos os bens patrimoniais;</li> <li>▪ Assegurar o controle patrimonial da prefeitura;</li> <li>▪ Controlar o tombamento e a movimentação dos bens patrimoniais;</li> </ul>													
Prazo de Implantação	Curto prazo													
Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Secretaria de Administração</li> </ul>													
Possível fonte de Recursos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Recursos próprios</li> </ul>													
Caráter da Ação	Pontual													
Atividades	Meses*												valor (Reais)	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12		
Definição das competências do Departamento de Patrimônio														-
Elaboração da minuta de lei criando o Departamento de Patrimônio														-
Encaminhamento ao Poder Legislativo para aprovação														-
Promoção de conhecimento a todos os órgãos da existência desse Departamento														-
Aquisição de equipamentos e profissionais**														10.000,00
<b>TOTAL</b>													<b>10.000,00</b>	
Informação de responsabilidade da Prefeitura Municipal – compatibilização com PPA														
Ação compatível com PPA: ( X ) NÃO ( ) SIM ( ) PARCIAL Valor total estimado R\$														

\* Os meses demonstram apenas o tempo cronológico necessário para a execução das atividades

\*\* Uma das atividades iniciais deste Departamento é levantar todos os bens patrimoniais da Prefeitura.

**QUADRO 59: AÇÃO – CRIAR DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO**

<b>CRIAR DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO</b>	
Justificativa	Entre as prioridades alinhavadas na elaboração do Plano Diretor Municipal se faz necessária a existência do órgão responsável pelas questões de habitação no município, tendo em vista a construção dos eixos de desenvolvimento municipal e diretrizes, que retratam as áreas prioritárias para intervenção, proposições para o ordenamento do espaço municipal e urbano.
Objetivo geral	Cumprir as demandas habitacionais

Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Avaliar e implementar as demandas de habitação;</li> <li>▪ Instituir e coordenar um sistema de dados e informações relativo à habitação;</li> <li>▪ Realizar estudos sobre problemas fundiários no Município para fundamentar a ação do Governo Municipal.</li> </ul>													
Prazo de Implantação	Curto Prazo													
Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Secretaria de Urbanismo, Viação e Obras</li> </ul>													
Possível fonte de Recursos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Recursos próprios</li> </ul>													
Caráter da Ação	Pontual													
Atividades	Meses*												Valor (Reais)	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12		
Definição das competências do Departamento de Habitação														-
Elaboração da minuta de lei criando o Departamento de Habitação														-
Encaminhamento ao Poder Legislativo para aprovação														-
Promoção de conhecimento a todos os órgãos da existência desse Departamento														-
Capacitação de pessoal														5.000,00
<b>TOTAL</b>													<b>5.000,00</b>	
Informação de responsabilidade da Prefeitura Municipal – compatibilização com PPA														
Ação compatível com PPA: ( X ) NÃO ( ) SIM ( ) PARCIAL Valor total estimado R\$														

\* Os meses demonstram apenas o tempo cronológico necessário para a execução das atividades

#### QUADRO 60: AÇÃO – IMPLANTAR DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA

##### IMPLANTAR DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA

Justificativa	<p>Considerando a necessidade de haver um controle centralizado de informática, em razão da quantidade de informações que necessitam circular no âmbito da prefeitura, bem como regulamentar o uso dos recursos de informática, se faz necessário criar um departamento especializado que atenda as carências do processo de informatização interna.</p> <p>A Prefeitura Municipal está fazendo uso de equipamentos de informática (computadores) e softwares (programas de informática) bastante antigos que devem ser atualizados em suas versões mais recentes. Ainda, devem adquirir novas máquinas e implementar novos Programas de computador para otimizar os serviços, que sejam compatíveis com os produtos finais do próprio Plano Diretor como: Auto Cad, Adobe e Corel Draw, dentre outros.</p> <p>Dessa forma, é necessária a capacitação dos recursos humanos para operacionalizar tais equipamentos e programas, com o objetivo de se ter um Sistema Integrado de</p>
---------------	--

Informações digitais que abranja todas as especialidades (secretarias).														
Objetivo geral	Coordenar e desenvolver projetos de informatização													
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Planejar, supervisionar e manter o controle dos equipamentos, programas e aplicativos de informática no âmbito da administração municipal;</li> <li>▪ Supervisionar a contratação de estudos e projetos para sistemas de processamentos de dados;</li> <li>▪ Atualizar o site oficial;</li> <li>▪ Regulamentar os endereços eletrônicos dos servidores municipais;</li> <li>▪ Utilizar recursos (equipamentos e software) recentes.</li> </ul>													
Prazo de Implantação	Médio prazo													
Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Secretaria de Administração</li> </ul>													
Possível fonte de Recursos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Recursos próprios</li> </ul>													
Caráter da Ação	Pontual													
Atividades	Meses*												Valor (Reais)	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12		
Definição das competências do Departamento de Informática														-
Elaboração da minuta de lei criando o Departamento de Informática														-
Encaminhamento ao Poder Legislativo para aprovação														-
Promoção de conhecimento a todos os órgãos da existência desse Departamento														-
Mapeamento dos recursos de informática (equipamentos e software) existentes.														-
Aquisição de softwares e equipamentos														30.000,00
Capacitação de pessoal para operacionalizar os equipamentos e informatizar os dados do município **														25.000,00
<b>TOTAL</b>													<b>55.000,00</b>	
Informação de responsabilidade da Prefeitura Municipal – compatibilização com PPA														
Ação compatível com PPA: ( X ) NÃO ( ) SIM ( ) PARCIAL Valor total estimado R\$														

\* Os meses demonstram apenas o tempo cronológico necessário para a execução das atividades

\*\* A equipe componente deste Departamento será a responsável pela implementação do Sistema de Informações Municipais e pelo Sistema de Informações de Geoprocessamento (SIG).

QUADRO 61: AÇÃO – IMPLANTAR SITE OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL

IMPLANTAR SITE OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL														
Justificativa	Verifica-se a ausência desse importante canal de comunicação e divulgação de informações municipais. É importante a Prefeitura Municipal ter um site oficial.													
Objetivo geral	Proporcionar informação pública municipal, por meio canal de acesso mundial.													
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Disponibilizar informações municipais (legislação e ações municipais);</li> <li>▪ Padronizar endereço eletrônico;</li> <li>▪ Divulgar os serviços que são prestados aos munícipes (requerimentos).</li> </ul>													
Prazo de Implantação	Curto prazo													
Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Secretaria de Administração</li> </ul>													
Possível fonte de Recursos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Recursos próprios</li> </ul>													
Caráter da Ação	Pontual													
Atividades	Meses*												valor (Reais)	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12		
Elaborar projeto de construção do site	■	■												-
Contratar o profissional para desenvolver o projeto do site			■	■	■									20.000,00
Implantar o site					■	■								10.000,00
Manter o site no ar							■	■	■	■	■	■	■	12.000,00/ano
<b>TOTAL</b>													<b>42.000,00</b>	
Informação de responsabilidade da Prefeitura Municipal – compatibilização com PPA														
Ação compatível com PPA: ( X ) NÃO ( ) SIM ( ) PARCIAL Valor total estimado R\$														

\* Os meses demonstram apenas o tempo cronológico necessário para a execução das atividades

QUADRO 62: AÇÃO – IMPLANTAR SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE GEOPROCESSAMENTO

IMPLANTAR SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE GEOPROCESSAMENTO	
Justificativa	O Sistema de Informações de Geoprocessamento (SIG) é uma importante ferramenta para a obtenção de informações sobre os dados das famílias residentes no município, os serviços utilizados pelos munícipes, os serviços e equipamentos oferecidos pela prefeitura e a contrapartida de cada munícipe. Isso possibilitará à prefeitura um maior controle e gestão dos recursos públicos, além de melhorias no acesso às informações dos técnicos de diversas áreas da prefeitura, através da organização e integração das bases de dados.
Objetivo geral	Estabelecer base de dados com informações municipais
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Maximizar o controle e a gestão sobre os recursos disponíveis na Prefeitura;</li> <li>▪ Ter disponibilizado informações municipais;</li> <li>▪ Integrar base de dados dos subsistemas de informações por munícipe;</li> </ul>
Prazo de Implantação	Longo prazo
Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Secretaria de Administração</li> </ul>



Possível fonte de Recursos	▪ Recursos próprios													
Caráter da Ação	Pontual													
Atividades	Meses*												valor (Reais)	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12		
Elaboração de projeto de implantação do sistema SIG	■	■												**
Contratação de consultoria especializada para o desenvolvimento do sistema (levantamento de dados, desenvolvimento, parametrização, validação e implantação)		■	■	■	■	■	■	■	■					**
Readequação da rede lógica, elétrica, física, cabeamentos, links para integração do sistema								■	■					**
Aquisição de equipamentos de informática e eletrônicos para informatização								■	■					**
Treinamento da equipe interna para operar o sistema SIG										■				**
Cadastramento dos dados municipais no sistema										■	■			**
<b>TOTAL</b>													<b>**</b>	
Informação de responsabilidade da Prefeitura Municipal – compatibilização com PPA														
Ação compatível com PPA: ( X ) NÃO ( ) SIM ( ) PARCIAL Valor total estimado R\$														

\* Os meses demonstram apenas o tempo cronológico necessário para a execução das atividades

\*\* Os custos de longo prazo não serão computados neste trabalho.

#### QUADRO 63: AÇÃO – READEQUAR O AMBIENTE FÍSICO DA SEDE DA PREFEITURA

READEQUAR O AMBIENTE FÍSICO DA SEDE DA PREFEITURA	
Justificativa	<p>A sede da prefeitura municipal comporta alguns órgãos da estrutura administrativa, no entanto, a disposição das secretarias e departamentos comprometem o desenvolvimento dos trabalhos internos, tendo em vista o dimensionamento e ocupação dos ambientes.</p> <p>Dessa forma, faz-se necessária a readequação do espaço físico, para que fique mais harmônico e funcional. Para isso, podem-se firmar parcerias com universidades que tenham o curso de arquitetura, cujo objeto de trabalho seja a Prefeitura Municipal de Catanduvas. Assim, ambos saem lucrando, os alunos, pelo aprendizado prático e o município, que não terá gastos com projetos arquitetônicos.</p>
Objetivo geral	Propiciar um ambiente funcional para execução das atividades públicas
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Otimizar o espaço físico do ambiente de trabalho;</li> <li>▪ Readequar a disposição do mobiliário, piso, cor e iluminação dos ambientes;</li> <li>▪ Melhorar a logística interna.</li> </ul>
Prazo de Implantação	Curto Prazo

Responsabilidade	▪ Secretaria de Administração													
Possível fonte de Recursos	▪ Recursos próprios ▪ Parcerias com a iniciativa privada (estudantes do curso de arquitetura da faculdade de Cascavel)													
Caráter da Ação	Pontual													
Atividades	Meses*												valor (Reais)	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12		
Formação de grupo gestor para esta ação com representantes de diferentes órgãos internos														-
Firmação de parceria com faculdade que tenha curso de Arquitetura **														-
Elaboração de projeto de readequação, com aprovação do grupo gestor														-
Implantação do novo layout físico														50.000,00***
<b>TOTAL</b>													<b>50.000,00</b>	
Informação de responsabilidade da Prefeitura Municipal – compatibilização com PPA														
Ação compatível com PPA: ( X ) NÃO ( ) SIM ( ) PARCIAL Valor total estimado R\$														

\* Os meses demonstram apenas o tempo cronológico necessário para a execução das atividades

\*\* A parceria com faculdade que tenha o curso de arquitetura se dá para evitar custos, assim, os alunos terão seu aprendizado aplicado na prática.

\*\*\* Considerando-se pinturas no espaço físico e remodelação de piso, dentre outros.

#### QUADRO 64: AÇÃO – RECUPERAR RECEITAS PRÓPRIAS MUNICIPAIS

RECUPERAR RECEITAS PRÓPRIAS MUNICIPAIS														
Justificativa	Verifica-se em Catanduvas elevado índice de inadimplência dos tributos municipais, sendo 20% no ISS e 30% no IPTU. A inadimplência dos contribuintes restringe a capacidade de ação da prefeitura, assim, deve-se efetivar a ação de recuperar as receitas próprias municipais.													
Objetivo geral	Baixar o nível de inadimplência municipal													
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Minimizar o percentual de inadimplência no ISS e IPTU;</li> <li>▪ Atualizar cadastro das empresas instaladas na cidade;</li> <li>▪ Diminuir os processos de cobrança de impostos em dívida ativa.</li> </ul>													
Prazo de Implantação	Curto prazo													
Responsabilidade	▪ Secretaria de Finanças													
Possível fonte de Recursos	▪ Recursos próprios													
Caráter da Ação	Continuada													
Atividades	Meses*												valor (Reais)	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12		
Identificação dos níveis exatos de inadimplência dos tributos municipais														-



sobre as receitas arrecadadas no Município													
<b>TOTAL</b>													<b>5.000,00/ano</b>
Informação de responsabilidade da Prefeitura Municipal – compatibilização com PPA													
Ação compatível com PPA: (X) NÃO ( ) SIM ( ) PARCIAL													Valor total estimado R\$

\* Os meses demonstram apenas o tempo cronológico necessário para a execução das atividades

**QUADRO 66: AÇÃO – ATUALIZAR PLANTA GENÉRICA DE VALORES**

<b>ATUALIZAR PLANTA GENÉRICA DE VALORES</b>														
Justificativa	<p>A Planta Genérica de Valores, segundo a Secretaria do Patrimônio da União (SPU), é a representação gráfica de uma localidade em escala conveniente, em que estão indicados os códigos de logradouros correspondentes aos valores de metros quadrados (m<sup>2</sup>) de terreno em moeda vigente, determinados em uma mesma data e segundo um padrão de comparação.</p> <p>A Planta Genérica de Valores de Catanduvas encontra-se desatualizada e não há representação gráfica, portanto a atualização é imprescindível uma vez que é a base de valoração dos imóveis e fixação de impostos como o IPTU e ITBI, além de possibilitar a aplicação de alguns mecanismos e instrumentos urbanísticos.</p> <p>A atualização tributária municipal também fornece informações ao município para que este possa realizar uma cobrança justa de impostos referente aos imóveis e terrenos municipais. Além disso, esta ação permitirá que os cadastros dos imóveis registrados estejam atualizados com dimensões e localização corretas; que sejam incluídos aqueles imóveis atualmente não registrados; e que sejam renovados os benefícios para os contribuintes que se enquadram no perfil de isenção e/ou incentivo.</p>													
Objetivo geral	Aplicar corretamente os valores imobiliários, impostos e instrumentos urbanísticos.													
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Recadastrar os imóveis, revisando metragens, localização, ocupação e propriedade;</li> <li>▪ Atualizar o sistema de informações tributárias com os dados do recadastro;</li> <li>▪ Fixar valores dos impostos de forma mais adequada e compatível com cada imóvel;</li> <li>▪ Possibilitar à Prefeitura ter um controle mais efetivo dos imóveis e terrenos municipais;</li> <li>▪ Embasar a aplicação de instrumentos urbanísticos;</li> <li>▪ Renovar benefícios para os contribuintes que se enquadram no perfil de isenção e/ou incentivo.</li> </ul>													
Prazo de Implantação	Médio prazo													
Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Secretaria de Finanças</li> </ul>													
Possível fonte de Recursos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Recursos próprios</li> </ul>													
Caráter da Ação	Pontual e Continuada													
Atividades	Meses*												valor (Reais)	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12		
Planejamento e organização dos trabalhos de atualização da planta genérica de valores														-



Possível fonte de Recursos	▪ Recursos próprios													
Caráter da Ação	Continuada													
Atividades	Meses*												valor (Reais)	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12		
Realização de levantamento junto às áreas da Prefeitura sobre as prioridades de capacitação do quadro de pessoal, para melhor desempenho funcional														-
Definição dos parâmetros orçamentários para custear as despesas com o programa de capacitação														-
Realização, contratação ou encaminhamento do servidor para a capacitação														15.000,00/ano**
Avaliação da efetividade da capacitação para o servidor na execução das atividades														-
<b>TOTAL</b>													<b>15.000,00/ano</b>	
Informação de responsabilidade da Prefeitura Municipal – compatibilização com PPA														
Ação compatível com PPA: ( ) NÃO ( X ) SIM ( ) PARCIAL Valor total estimado R\$														

\* Os meses demonstram apenas o tempo cronológico necessário para a execução das atividades

\*\* Custo estimado que vai depender do tipo de capacitação realizada e periodicidade.

#### QUADRO 68: AÇÃO – PROMOVER O MAPEAMENTO DAS COMPETÊNCIAS DOS SERVIDORES MUNICIPAIS

PROMOVER O MAPEAMENTO DAS COMPETÊNCIAS DOS SERVIDORES MUNICIPAIS	
Justificativa	Nunca o desafio das organizações públicas ou privadas dependeu tanto de uma boa gestão de Recursos Humanos. Além de ser básica para conseguir vencer desafios, esta gestão é estratégica. Sendo assim, as questões que devem ser respondidas são: - <i>Quantas pessoas na organização têm de fato o perfil necessário para desenvolver suas competências, de maneira a efetivamente contribuir para atingir metas e resultados? Quantos estão efetivamente deslocados? Quantos precisariam ser redirecionados para outras funções?</i> Dessa forma deve ser realizado o mapeamento das competências dos servidores municipais.
Objetivo geral	Adequar os servidores municipais aos cargos/funções
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Elevar a motivação intrínseca do trabalho;</li> <li>▪ Promover o desempenho de alta qualidade no trabalho.</li> </ul>
Prazo de Implantação	Curto prazo
Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Secretaria de Administração/Recursos Humanos</li> </ul>
Possível fonte de Recursos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Recursos próprios</li> </ul>
Caráter da Ação	Pontual
Atividades	Meses* valor

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	(Reais)
Realização de levantamento das competências existentes no quadro de pessoal													-
Relacionamento das competências individuais com as atividades desenvolvidas													-
Elaboração do mapeamento das competências													- **
<b>TOTAL</b>													
Informação de responsabilidade da Prefeitura Municipal – compatibilização com PPA													
Ação compatível com PPA: ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO ( ) SIM ( ) PARCIAL Valor total estimado R\$													

\* Os meses demonstram apenas o tempo cronológico necessário para a execução das atividades

\*\* Não está prevista a contratação de uma empresa de consultoria para a realização do mapeamento

### 3.1.9 Ações Referentes ao Eixo Gestão Democrática Permanente

QUADRO 69: AÇÃO – PROMOVER ARTICULAÇÃO COM ATORES MUNICIPAIS E ESFERAS ESTADUAIS E FEDERAIS

PROMOVER ARTICULAÇÃO COM ATORES MUNICIPAIS E ESFERAS ESTADUAIS E FEDERAIS														
Justificativa	O esforço conjunto com os diversos atores da sociedade local, para atingir um objetivo comum – Implementação do Plano Diretor Municipal, reforça a necessidade de uma articulação entre o Poder Executivo Municipal, Poder Legislativo Municipal, Sociedade Civil Organizada e demais órgãos governamentais nas esferas estadual e federal. Assim, viabiliza-se de modo mais efetivo a captação de recursos para a realização dos projetos estratégicos para a cidade.													
Objetivo geral	Otimizar relacionamento com os atores da sociedade													
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Ampliar relacionamento entre os atores locais para objetivo comum;</li> <li>▪ Viabilizar a captação de recursos para projetos estratégicos;</li> <li>▪ Compartilhar soluções.</li> </ul>													
Prazo de Implantação	Curto Prazo													
Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Gabinete da Prefeitura</li> </ul>													
Possível fonte de Recursos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Recursos próprios</li> </ul>													
Caráter da Ação	Continuada													
Atividades	Meses*												valor (Reais)	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12		
Definição de data com periodicidade trimestral e do local, horário e duração das reuniões														-
Estabelecimento de pauta de discussão e encaminhamento com no mínimo 24 horas de antecedência.														-
Registro em ata das principais discussões														-
Encaminhamento da Ata aos participantes														-
<b>TOTAL</b>														-
Informação de responsabilidade da Prefeitura Municipal – compatibilização com PPA														
Ação compatível com PPA: (X) NÃO ( ) SIM ( ) PARCIAL Valor total estimado R\$														

\* Os meses demonstram apenas o tempo cronológico necessário para a execução das atividades

QUADRO 70: AÇÃO – AMPLIAR A PARTICIPAÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS NA GESTÃO MUNICIPAL

AMPLIAR A PARTICIPAÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS NA GESTÃO MUNICIPAL	
Justificativa	A atuação de alguns conselhos do município é pouco expressiva na elaboração, acompanhamento e gestão das políticas públicas para a cidade, isto causa pouco envolvimento e falta de entendimento sobre as suas atribuições. Assim propõe-se ampliar a participação efetiva dos conselhos na criação, acompanhamento e gestão das políticas públicas da cidade.

	Aos conselhos já atuantes, a implantação desta ação representa motivação e melhoria contínua na sua forma de atuar.													
Objetivo geral	Dinamizar a participação dos conselhos na gestão municipal													
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Expandir a interação entre o poder público e os Conselhos;</li> <li>▪ Analisar e acompanhar as Políticas Públicas;</li> <li>▪ Promover a elaboração de novos projetos;</li> <li>▪ Ampliar o <i>Networking</i> para resultados efetivos e imediatos.</li> </ul>													
Prazo de Implantação	Curto Prazo													
Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Gabinete da Prefeitura</li> </ul>													
Possível fonte de Recursos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Recursos próprios</li> </ul>													
Caráter da Ação	Continuada													
Atividades	Meses*												valor (Reais)	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12		
Promoção de ação de capacitação junto aos Conselhos Municipais clarificando seus papéis, responsabilidades e autoridades														1.000,00/ano
Promoção de “Oficinas” motivacionais para os membros dos Conselhos - Dinâmicas de Grupo - para entendimento das relações interpessoais														1.000,00/ano
Criação de Fórum Semestral/Anual dos Conselhos Municipais de Catanduvas para: apresentação das ações, interação entre os Conselhos, <i>benchmarking</i> das melhores práticas, e “Cases de Sucesso”.														2.000,00/ano
Elaboração de agenda de reuniões com pauta pré-definida pela Presidência dos Conselhos														**
Tornar público o local, horário e assuntos a serem discutidos para participação das lideranças locais														**
Promoção de política de aproximação com a comunidade local para obtenção de apoio para a realização das ações de interesse comum														**
<b>TOTAL</b>													<b>4.000,00/ano</b>	
Informação de responsabilidade da Prefeitura Municipal – compatibilização com PPA														
Ação compatível com PPA: ( X ) NÃO ( ) SIM ( ) PARCIAL Valor total estimado R\$														

\* Os meses demonstram apenas o tempo cronológico necessário para a execução das atividades

\*\* Atividade a ser desenvolvida pela equipe do Gabinete do Prefeito e/ou órgão de Assessoramento/Planejamento



QUADRO 71: AÇÃO – IMPLANTAR O CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL (CDM)

IMPLANTAR O CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL (CDM)														
Justificativa	Após a aprovação deste PDM deverá ser criado por lei o Conselho de Desenvolvimento Municipal (CDM), o qual ficará responsável pela implementação, monitoramento e revisão das propostas e ações e respectivas Leis.  A grande maioria dos integrantes do Conselho é proveniente da Comissão de Acompanhamento de Elaboração do Plano Diretor.													
Objetivo geral	Efetivar a implementação do Plano Diretor Municipal													
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Acompanhar a implementação das propostas e ações apontadas no PDM e Leis;</li> <li>▪ Promover revisões e adequações do PDM quando se fizerem necessárias;</li> <li>▪ Promover o debate contínuo de questões relativas ao desenvolvimento municipal.</li> </ul>													
Prazo de Implantação	Tão logo seja aprovado o Plano Diretor Municipal													
Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Gabinete da Prefeitura</li> </ul>													
Possível fonte de Recursos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Recursos próprios</li> </ul>													
Caráter da Ação	Pontual													
Atividades	Meses*												valor (Reais)	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12		
Realização de reuniões preparatórias para eleger os representantes da sociedade civil e os demais integrantes do CDM, conforme estabelece a Lei do Plano Diretor														-
Eleição do Conselho de Desenvolvimento Municipal														-
Aprovação do Regimento Interno do conselho														-
<b>TOTAL</b>													-	
Informação de responsabilidade da Prefeitura Municipal – compatibilização com PPA														
Ação compatível com PPA: ( X ) NÃO ( ) SIM ( ) PARCIAL Valor total estimado R\$														

\* Os meses demonstram apenas o tempo cronológico necessário para a execução das atividades

QUADRO 72: AÇÃO – IMPLANTAR O FÓRUM DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

IMPLANTAR O FÓRUM DE DESENVOLVIMENTO LOCAL	
Justificativa	O Fórum de Desenvolvimento Local é o órgão responsável pela coordenação da Comunidade Ativa na localidade. Um Fórum é composto, por consenso, pelas principais lideranças locais, convocadas, para tanto pelo Prefeito. Em Catanduvas não foi identificado nenhuma estrutura desta natureza, sendo pois, bastante produtiva para a comunidade, que pode se dar em paralelo com o Plano Diretor Municipal.
Objetivo geral	Fomentar o desenvolvimento municipal
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Planejar o desenvolvimento de ações integradas;</li> </ul>



	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Propiciar mais um canal de intervenção direta da população no desenvolvimento municipal;</li> <li>▪ Coordenar estudos que impulsionem o desenvolvimento municipal.</li> </ul>													
Prazo de Implantação	Curto Prazo													
Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Gabinete da Prefeitura</li> </ul>													
Possível fonte de Recursos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Recursos próprios;</li> <li>▪ Parcerias com a iniciativa privada.</li> </ul>													
Caráter da Ação	Pontual													
Atividades	Meses*												valor (Reais)	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12		
Composição do Fórum com o envolvimento das principais lideranças locais														-
Definição das competências do Fórum														-
Capacitação dos membros que integram o fórum, nível gestor, técnico e operacional														3.000,00
Planejamento do desenvolvimento de ações integradas														-
Atuação como agente da promoção do desenvolvimento local														-
<b>TOTAL</b>													<b>3.000,00</b>	
Informação de responsabilidade da Prefeitura Municipal – compatibilização com PPA														
Ação compatível com PPA: ( X ) NÃO ( ) SIM ( ) PARCIAL Valor total estimado R\$														

\* Os meses demonstram apenas o tempo cronológico necessário para a execução das atividades

## 4 RESUMO FINANCEIRO DOS INVESTIMENTOS

Para facilitar a visualização dos prazos de implantação das ações, seguem os quadros abaixo.

QUADRO 73: PRIORIDADE DE IMPLANTAÇÃO DAS AÇÕES DOS EIXOS DE DESENVOLVIMENTO

EIXOS DE DESENVOLVIMENTO	AÇÕES	Prazo de Implantação			
		Imediato	Curto	Médio	Longo
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA ÁREA RURAL	Criar mecanismos de incentivo à instalação de agroindústrias no município				
	Capacitar os produtores para agregar valor aos produtos e implantar alternativas de cultura como a fruticultura, apicultura, piscicultura, produção de mamona (Biodiesel)				
	Intensificar as atividades de inseminação artificial do gado leiteiro				
	Promover a organização das associações rurais				
	Promover e manter atualizado o cadastramento dos produtores rurais				
	Promover exposições e feiras agropecuárias (hortifrutigranjeiros)				
	Reativar o abatedouro municipal				
	Criar parceria com universidades e instituições de pesquisa com o objetivo de inserção no Programa de Biodiesel				
	Adquirir veículos, equipamentos, maquinário e insumos para a área rural (apoio à patrulha mecanizada)				
	Orientar e apoiar as famílias para obtenção de financiamento de microcrédito agrícola				
	Intensificar a produção de mudas no viveiro municipal para o reflorestamento e recuperação de mata ciliar				
	Promover melhorias na fertilidade do solo				
CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	Recuperar as matas ciliares				
	Promover cursos e palestras voltados à educação ambiental				
	Reativar o bosque municipal				
	Preservar a bacia do rio Passo Liso (manancial de abastecimento público de água)				
	Fiscalizar o uso abusivo de agroquímicos e o cumprimento quanto à preservação das matas ciliares				
	Conscientizar os proprietários de terras quanto à importância das RPPNs				

<b>ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL</b>	Efetivar o novo perímetro urbano através da implantação dos marcos de concreto				
	Regularizar a pedreira municipal				
	Realizar Regularização Fundiária				
	Realocar famílias em áreas de preservação permanente				
	Promover fiscalização urbana				
<b>READEQUAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA URBANA</b>	Implantar sistema de coleta e tratamento coletivo de esgoto sanitário na sede urbana				
	Elaborar e implementar Plano de Drenagem Urbana				
	Ampliar rede de energia elétrica				
	Realizar a padronização das calçadas para pedestres				
	Elaborar e implementar Plano de Arborização Urbana e Paisagismo				
	Recuperar e/ou pavimentar as vias urbanas				
	Implantar alternativa de desvio de fluxo pesado da PR-471				
	Promover a manutenção periódica das vias rurais				
	Elaborar Plano Municipal de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos (PGIRS)				
	Implementar coleta seletiva de resíduos sólidos				
	Operacionalizar de forma adequada o Aterro Sanitário Municipal				
	Implantar sistema de transporte coletivo e abrigo em pontos de ônibus				
	Adequar a numeração predial das edificações				
	Ampliar o cemitério municipal e construir capela mortuária				
<b>GARANTIA DA QUALIDADE DE VIDA E BEM ESTAR</b>	Implantar mini-posto de saúde na sede urbana				
	Apoiar as famílias de baixa renda				
	Aplicar Programas de Educação Alimentar				
	Elaborar programa de redução do déficit habitacional no meio urbano e rural				
	Construir a Casa-Lar para idosos				
	Incentivar o Programa de Educação de Jovens e Adultos				
	Fomentar a instalação de Escola Estadual (ensino fundamental) na sede urbana				
	Construir Centro de Educação Infantil na sede urbana				
	Construir cobertura para as quadras poliesportivas				
	Construir Estádio Municipal (futebol) e ginásio de esportes na sede urbana				
	Implementar Plano Municipal de Defesa Civil				

<b>GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA</b>	Construir barracões comunitários e industrial				
	Aplicar cursos profissionalizantes e de iniciação ao emprego				
	Fomentar a instalação de Escola Técnica no município				
	Firmar parcerias com a iniciativa privada para aquisição de produtos locais para merenda escolar				
<b>DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO-CULTURAL</b>	Implementar o Plano de Desenvolvimento Turístico				
	Inserir proprietários de glebas com quedas d'água num roteiro turístico misto de patrimônio cultural e natural				
	Introduzir políticas de compensação para a preservação do patrimônio histórico-cultural				
	Apoiar as festividades e tradições locais				

QUADRO 74: PRIORIDADE DE IMPLANTAÇÃO DAS AÇÕES REFERENTES À GESTÃO ADMINISTRATIVA

<b>GESTÃO ADMINISTRATIVA</b>	<b>AÇÕES</b>	<b>Prazo de Implantação</b>			
		<b>Imediato</b>	<b>Curto</b>	<b>Médio</b>	<b>Longo</b>
<b>AÇÕES INTERNAS</b>	Implantar a Secretaria Geral				
	Implantar Departamento de Patrimônio				
	Criar Departamento de Habitação				
	Implantar Departamento de Informática				
	Implantar site oficial da Prefeitura Municipal				
	Implantar Sistema de Informações de Geoprocessamento - SIG				
	Readequar o ambiente físico da sede da Prefeitura				
	Recuperar receitas próprias municipais				
	Promover campanha para incentivo de emissão de notas fiscais				
	Atualizar Planta Genérica de Valores				
	Promover programa de capacitação dos servidores municipais				
	Promover o mapeamento das competências dos servidores Municipais				
	<b>GESTÃO DEMOCRÁTICA PERMANENTE</b>	Promover Articulação com Atores Municipais e Esferas Estaduais e federais			
Ampliar a participação dos conselhos municipais na Gestão municipal					
Implantar o Conselho de Desenvolvimento Municipal Urbano					
Implantar o Fórum de Desenvolvimento Local					

Como pode ser observado, nos quadros anteriores, a maioria das ações possui prazo curto ou médio de implantação, que juntamente com as ações de prazo imediato, fazem parte deste Plano de Ação e Investimentos. No Quadro 75, a seguir, as ações estão apresentadas na forma de um resumo de investimentos

em que podem ser visualizados tais investimentos por Eixos de Desenvolvimento e Gestão Municipal, e os gastos anuais durante os próximos cinco anos. Cabe salientar, novamente, que as ações que possuem prazo longo de implantação não tiveram seus custos computados neste documento.

Observa-se que o eixo que mais necessitará de investimentos para sua concretização, conforme o Quadro 75, é o eixo de **Readequação da Infra-estrutura Urbana**, já que depende, em sua maioria da realização de obras de melhoria de infra-estrutura municipal e principalmente de saneamento (esgotamento sanitário). Devido à necessidade destas obras de implantação ser de curto e médio prazo, a maior parte dos investimentos concentra-se no terceiro e quarto e quinto ano que contempla este Plano de Ação e Investimentos.

Quadro 75: RESUMO DOS INVESTIMENTOS POR EIXO DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO ADMINISTRATIVA

Eixo	Ações	Investimento Anual					Total de investimentos em 5 anos por ação	Fonte de recursos
		Ano 01	Ano 02	Ano 03	Ano 04	Ano 05		
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA ÁREA RURAL	Criar mecanismos de incentivo à instalação de agroindústrias no município	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00			R\$ 300.000,00	SEDU; Secretaria de Indústria e Comércio; MDA.
	Capacitar os produtores para agregar valor aos produtos e implantar alternativas de cultura como a fruticultura, apicultura, piscicultura, produção de mamona (Biodiesel)	R\$ 27.000,00	R\$ 135.000,00	Recursos próprios; PRONAF/MDA; Ministério de Minas e Energia.				
	Intensificar as atividades de inseminação artificial do gado leiteiro		R\$ 504.000,00	R\$ 504.000,00	R\$ 504.000,00	R\$ 504.000,00	R\$ 2.016.000,00	Recursos próprios; SEAB; SETI
	Promover a organização das associações rurais				R\$ 8.000,00		R\$ 8.000,00	Recursos próprios; MDA.
	Promover e manter atualizado o cadastramento dos produtores rurais	R\$ 10.500,00	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00	R\$ 16.500,00	Recursos próprios.
	Promover exposições e feiras agropecuárias (hortifrutigranjeiros)		R\$ 12.000,00	R\$ 12.000,00	R\$ 12.000,00	R\$ 12.000,00	R\$ 48.000,00	Recursos próprios; PRONAF/MDA.
	Reativar o abatedouro municipal	R\$ 11.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 51.000,00	Recursos próprios; Empresas privadas.
	Criar parceria com universidades e instituições de pesquisa com o objetivo de inserção no Programa de Biodiesel		R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 8.000,00	Recursos próprios; PRONAF/MDA; Empresas privadas.
	Adquirir veículos, equipamentos, maquinário e insumos para a área rural (apoio à patrulha mecanizada)			R\$ 208.000,00	R\$ 100.000,00		R\$ 308.000,00	Recursos próprios; CODAPAR; MDA; SEAB.
	Orientar e apoiar as famílias para obtenção de financiamento de microcrédito agrícola			R\$ 13.000,00	R\$ 13.000,00	R\$ 13.000,00	R\$ 39.000,00	Recursos próprios.
Intensificar a produção de mudas no viveiro municipal para o reflorestamento e recuperação de mata ciliar		R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 60.000,00	Recursos próprios; PRONAF/MDA; MMA; SEMA.	
Promover melhorias na fertilidade do solo		R\$ 16.000,00	R\$ 16.000,00	R\$ 16.000,00	R\$ 16.000,00	R\$ 64.000,00	MDA.	
<b>Total de Investimentos ano a ano EIXO 01</b>		<b>R\$ 248.500,00</b>	<b>R\$ 637.500,00</b>	<b>R\$ 858.500,00</b>	<b>R\$ 708.500,00</b>	<b>R\$ 600.500,00</b>		
<b>Total de investimentos em 5 anos EIXO 01</b>						<b>R\$ 3.053.500,00</b>		
CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	Recuperar as matas ciliares	R\$ 45.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 85.000,00	Recursos próprios; Governo Estadual.
	Promover cursos e palestras voltados à educação ambiental		R\$ 35.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 80.000,00	Recursos próprios; MMA; SEMA; Parcerias com a iniciativa privada.
	Reativar o bosque municipal				R\$ 35.000,00	R\$ 35.000,00	R\$ 70.000,00	Recursos próprios; MMA; SEMA.
	Preservar a bacia do rio Passo Liso (manancial de abastecimento público de água)	R\$ 15.000,00			R\$ 30.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 55.000,00	Recursos próprios; MMA; IAP; SANEPAR.
	Fiscalizar o uso abusivo de agroquímicos e o cumprimento quanto à preservação das matas ciliares			R\$ 25.000,00	R\$ 25.000,00	R\$ 25.000,00	R\$ 75.000,00	Recursos próprios; MMA; SEAB; EMATER.
	Conscientizar os proprietários de terras quanto à importância das RPPNs				R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 20.000,00	Recursos próprios; MMA; IAP; Parcerias iniciativa privada.
<b>Total de Investimentos ano a ano EIXO 02</b>		<b>R\$ 60.000,00</b>	<b>R\$ 45.000,00</b>	<b>R\$ 50.000,00</b>	<b>R\$ 125.000,00</b>	<b>R\$ 105.000,00</b>		
<b>Total de investimentos em 5 anos EIXO 02</b>						<b>R\$ 385.000,00</b>		
ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL	Efetivar o novo perímetro urbano através da implantação dos marcos de concreto	R\$ 25.500,00					R\$ 25.500,00	Recursos próprios.
	Regularizar a pedreira municipal					R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00	DNPM; MINEROPAR.
	Realizar Regularização Fundiária		R\$ 180.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 480.000,00	Recursos próprios; Ministério Público; Ministério das Cidades; COHAPAR; empreendedor loteador.
	Realocar famílias em áreas de preservação permanente			R\$ 220.000,00			R\$ 220.000,00	Ministério das Cidades; COHAPAR; Habitar-Brasil/BID; empréstimos FGTS/FAT; doações agências bilaterais e multilaterais de cooperação.
	Promover fiscalização urbana	R\$ 15.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 35.000,00	Recursos próprios.
<b>Total de Investimentos ano a ano EIXO 03</b>		<b>R\$ 40.500,00</b>	<b>R\$ 185.000,00</b>	<b>R\$ 325.000,00</b>	<b>R\$ 105.000,00</b>	<b>R\$ 120.000,00</b>		
<b>Total de investimentos em 5 anos EIXO 03</b>						<b>R\$ 775.500,00</b>		

READEQUAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA URBANA	Implantar sistema de coleta e tratamento coletivo de esgoto sanitário na sede urbana				R\$ 2.201.000,00	R\$ 3.000.000,00	R\$ 5.201.000,00	Governo Federal (PAC); Governo Estadual: FUNASA; SANEPAR.
	Elaborar e implementar Plano de Drenagem Urbana		R\$ 532.000,00	R\$ 1.000.000,00			R\$ 1.532.000,00	Governo Federal (PAC); PARANACIDADE, Ministério das Cidades.
	Ampliar rede de energia elétrica		R\$ 350.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 410.000,00	Recursos próprios; Ministério das Cidades.
	Realizar a padronização das calçadas para pedestres					R\$ 25.000,00	R\$ 25.000,00	Recursos próprios; Proprietários.
	Elaborar e implementar Plano de Arborização Urbana e Paisagismo		R\$ 65.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 80.000,00	Recurso Próprio; Ministério das Cidades.
	Recuperar e/ou pavimentar as vias urbanas	R\$ 1.080.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.280.000,00	Recursos próprios; DER; SEDU/PARANACIDADE.
	Implantar alternativa para desvio de fluxo pesado da PR-471*						R\$ -	Recursos próprios e DER.
	Promover a manutenção periódica das vias rurais	R\$ 700.000,00	R\$ 3.500.000,00	Recursos próprios.				
	Elaborar Plano Municipal de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos (PGIRS)			R\$ 45.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 55.000,00	Recursos próprios; Ministério das Cidades; MMA; SUDERHSA.
	Implementar coleta seletiva de resíduos sólidos		R\$ 55.000,00	R\$ 50.000,00			R\$ 105.000,00	Recursos próprios; Ministério das Cidades; MMA; SUDERHSA, Parcerias iniciativa privada.
	Operacionalizar de forma adequada o Aterro Sanitário Municipal	R\$ 2.000,00	R\$ 10.000,00	Empresa terceirizada.				
	Implantar sistema de transporte coletivo e abrigo em pontos de ônibus*						R\$ -	Recursos próprios; Parcerias iniciativa privada.
	Adequar a numeração predial das edificações			R\$ 30.000,00			R\$ 30.000,00	Recursos próprios.
Ampliar o cemitério municipal e construir capela mortuária				R\$ 50.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 150.000,00	Recursos próprios; IAP.	
<b>Total de Investimentos ano a ano EIXO 04</b>		<b>R\$ 1.782.000,00</b>	<b>R\$ 1.754.000,00</b>	<b>R\$ 1.902.000,00</b>	<b>R\$ 3.033.000,00</b>	<b>R\$ 3.907.000,00</b>		
<b>Total de investimentos em 5 anos EIXO 04</b>							<b>R\$ 12.378.000,00</b>	
GARANTIA DA QUALIDADE DE VIDA E BEM ESTAR	Implantar mini-posto de saúde na sede urbana				R\$ 250.000,00	R\$ 35.000,00	R\$ 285.000,00	Recursos próprios; Ministério da Saúde; Parcerias iniciativa privada.
	Apoiar as famílias de baixa renda	R\$ 65.000,00	R\$ 325.000,00	Recursos próprios; Parcerias iniciativa privada.				
	Aplicar Programas de Educação Alimentar	R\$ 35.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 115.000,00	Recursos próprios; Parcerias iniciativa privada; Ministério da Agricultura.
	Elaborar programa de redução do déficit habitacional no meio urbano e rural		R\$ 200.000,00	R\$ 20.000,00			R\$ 220.000,00	Recursos próprios; Ministério das Cidades; COHAPAR; Governo Federal (PAC).
	Construir a Casa-Lar para idosos			R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 220.000,00	Recursos próprios.
	Incentivar o Programa de Educação de Jovens e Adultos	R\$ 3.000,00	R\$ 15.000,00	Recursos próprios; Governo Federal.				
	Fomentar a instalação de Escola Estadual (ensino fundamental) na sede urbana						R\$ -	Recursos próprios; Governo Federal.
	Construir Centro de Educação Infantil na sede urbana						R\$ -	Recursos próprios; Parcerias iniciativa privada.
	Construir cobertura para as quadras poliesportivas			R\$ 170.000,00	R\$ 100.000,00		R\$ 270.000,00	Recursos próprios; Ministério do Esporte.
	Construir Estádio Municipal (futebol) e ginásio de esportes na sede urbana			R\$ 1.000.000,00	R\$ 250.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 1.450.000,00	Recursos próprios; Ministério do Esporte.
Implementar Plano Municipal de Defesa Civil						R\$ -	Bombeiros.	
<b>Total de Investimentos ano a ano EIXO 05</b>		<b>R\$ 103.000,00</b>	<b>R\$ 288.000,00</b>	<b>R\$ 1.378.000,00</b>	<b>R\$ 788.000,00</b>	<b>R\$ 343.000,00</b>		
<b>Total de investimentos em 5 anos EIXO 05</b>							<b>R\$ 2.900.000,00</b>	

GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	Construir barracões comunitários e industrial	R\$ 500.000,00	R\$ 40.000,00				R\$ 540.000,00	Recursos próprios; Parcerias iniciativa privada.
	Aplicar cursos profissionalizantes e de iniciação ao emprego			R\$ 40.000,00	R\$ 40.000,00	R\$ 40.000,00	R\$ 120.000,00	Recursos próprios; Parcerias iniciativa privada.
	Fomentar a instalação de Escola Técnica no município					R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	Recursos próprios; Parcerias iniciativa privada.
	Firmar parcerias com a iniciativa privada para aquisição de produtos locais para merenda escolar.	R\$ 15.000,00	R\$ 13.000,00	R\$ 13.000,00	R\$ 13.000,00	R\$ 13.000,00	R\$ 67.000,00	Recursos próprios.
<b>Total de Investimentos ano a ano EIXO 06</b>		<b>R\$ 515.000,00</b>	<b>R\$ 53.000,00</b>	<b>R\$ 53.000,00</b>	<b>R\$ 53.000,00</b>	<b>R\$ 73.000,00</b>		
<b>Total de investimentos em 5 anos EIXO 06</b>							<b>R\$ 747.000,00</b>	
DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO-CULTURAL	Implementar o Plano de Desenvolvimento Turístico			R\$ 40.000,00	R\$ 55.000,00		R\$ 95.000,00	Recursos próprios; Ministério do Turismo; Instituições de ensino superior; Parcerias iniciativa privada.
	Inserir proprietários de glebas com quedas d'água num roteiro turístico misto de patrimônio cultural e natural			R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00	R\$ 9.000,00	Recursos próprios; Ministério do Turismo.
	Introduzir políticas de compensação para a preservação do patrimônio histórico-cultural				R\$ 3.000,00		R\$ 3.000,00	Recursos próprios.
	Apoiar as festividades e tradições locais			R\$ 45.000,00	R\$ 45.000,00	R\$ 45.000,00	R\$ 135.000,00	Recursos próprios.
<b>Total de Investimentos ano a ano EIXO 07</b>		<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ 88.000,00</b>	<b>R\$ 106.000,00</b>	<b>R\$ 48.000,00</b>		
<b>Total de investimentos em 5 anos EIXO 07</b>							<b>R\$ 242.000,00</b>	
<b>Total de Investimentos ano a ano para os EIXOS DE DESENVOLVIMENTO</b>		<b>R\$ 2.749.000,00</b>	<b>R\$ 2.962.500,00</b>	<b>R\$ 4.654.500,00</b>	<b>R\$ 4.918.500,00</b>	<b>R\$ 5.196.500,00</b>		
<b>TOTAL de Investimentos em cinco anos para os EIXOS DE DESENVOLVIMENTO</b>							<b>R\$ 20.481.000,00</b>	
AÇÕES INTERNAS	Implantar a Secretaria Geral						R\$ -	Recursos próprios.
	Implantar Departamento de Patrimônio				R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 10.000,00	Recursos próprios.
	Criar Departamento de Habitação		R\$ 5.000,00				R\$ 5.000,00	Recursos próprios.
	Implantar Departamento de Informática			R\$ 30.000,00	R\$ 25.000,00		R\$ 55.000,00	Recursos próprios.
	Implantar site oficial da Prefeitura Municipal			R\$ 42.000,00	R\$ 12.000,00	R\$ 12.000,00	R\$ 66.000,00	Recursos próprios.
	Implantar Sistema de Informação de Geoprocessamento - SIG*						R\$ -	Recursos próprios.
	Readequar o ambiente físico da sede da Prefeitura	R\$ 50.000,00					R\$ 50.000,00	Recursos próprios; Parcerias iniciativa privada.
	Recuperar receitas próprias municipais			R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 30.000,00	Recursos próprios.
	Promover campanha para incentivo de emissão de notas fiscais				R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 10.000,00	Recursos próprios.
	Atualizar Planta Genérica de Valores			R\$ 55.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 65.000,00	Recursos próprios.
	Promover programa de capacitação dos servidores municipais			R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 45.000,00	Recursos próprios.
	Promover o mapeamento das competências dos servidores Municipais						R\$ -	Recursos próprios.
<b>Total de Investimentos ano a ano para AÇÕES INTERNAS</b>		<b>R\$ 50.000,00</b>	<b>R\$ 5.000,00</b>	<b>R\$ 152.000,00</b>	<b>R\$ 77.000,00</b>	<b>R\$ 52.000,00</b>		
<b>Total de investimentos em 5 anos para GESTÃO ADMINISTRATIVA EM AÇÕES INTERNAS</b>							<b>R\$ 336.000,00</b>	
GESTÃO DEMOCRÁTICA PERMANENTE	Promover articulação com atores municipais e esferas estaduais e federais						R\$ -	Recursos próprios.
	Ampliar a participação dos conselhos municipais na gestão municipal			R\$ 4.000,00	R\$ 4.000,00	R\$ 4.000,00	R\$ 12.000,00	Recursos próprios.
	Implantar o Conselho de Desenvolvimento Municipal (CDM)						R\$ -	Recursos próprios.
	Implantar o Fórum de Desenvolvimento Local	R\$ 3.000,00					R\$ 3.000,00	Recursos próprios; Parcerias iniciativa privada.
<b>Total de Investimentos ano a ano para GESTÃO ADMINISTRATIVA EM AÇÕES EXTERNAS</b>		<b>R\$ 3.000,00</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ 4.000,00</b>	<b>R\$ 4.000,00</b>	<b>R\$ 4.000,00</b>		
<b>Total de investimentos em 5 anos para GESTÃO ADMINISTRATIVA EM AÇÕES EXTERNAS</b>							<b>R\$ 15.000,00</b>	
<b>Total de Investimentos ano a ano para a GESTÃO ADMINISTRATIVA</b>		<b>R\$ 53.000,00</b>	<b>R\$ 5.000,00</b>	<b>R\$ 156.000,00</b>	<b>R\$ 81.000,00</b>	<b>R\$ 56.000,00</b>		
<b>TOTAL de Investimentos em cinco anos para a GESTÃO ADMINISTRATIVA</b>							<b>R\$ 351.000,00</b>	
<b>Total de Investimentos ano a ano para os EIXOS DE DESENVOLVIMENTO e para a GESTÃO ADMINISTRATIVA</b>		<b>R\$ 2.802.000,00</b>	<b>R\$ 2.967.500,00</b>	<b>R\$ 4.810.500,00</b>	<b>R\$ 4.999.500,00</b>	<b>R\$ 5.252.500,00</b>		
<b>Total de Investimentos em cinco anos para os EIXOS DE DESENVOLVIMENTO e para a GESTÃO ADMINISTRATIVA</b>							<b>R\$ 20.832.000,00</b>	

\* Os custos para ações de longo prazo não estão computados nesse documento, apenas as ações prioritárias (início em 5 anos).

OBS: O Montante final é custo total das ações, sem compatibilização com o PPA.

## 5 ORIENTAÇÕES PARA IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS

Conforme já explicitado neste documento e nos volumes anteriores que compõe o Plano Diretor (P03 – Diretrizes e Proposições e P04 – Processo de Planejamento e Gestão Municipal), as ações aqui apresentadas, bem como os respectivos conteúdos e prazos, foram debatidas e priorizadas ao longo do processo de construção deste PDM.

Vários foram os fatores que orientaram a hierarquização de implantação das ações:

- Potencial para provocar rápida e eficiente melhora nas condições sociais e de qualidade de vida da população, especialmente daquela mais oprimida;
- Efetivação de pré-requisitos para implantação de outras atividades;
- Possibilidade de ingresso de novas receitas para o erário municipal, principalmente tendo em vista a atual baixa capacidade de endividamento e pagamento do município (explorado no Produto 02 – Avaliação Temática Integrada, e no item 5.5, na seqüência);
- Existência real de recursos e/ou alternativas de parcerias para efetivação das ações;
- Amplitude dos pré-requisitos e/ou procedimento necessários anteriormente à execução das ações.

No entanto, a implementação destas ações depende de uma conjuntura favorável, e, portanto podem ser definidas novas hierarquias e alternativas de execução ao longo do tempo. Esta flexibilidade é a razão deste Plano de Ação e Investimentos ser de certa forma independente do PDM. Assim, este Plano de Ação e Investimentos deve ser objeto de constante apreciação e eventuais alterações se julgadas necessárias, pelo Conselho de Desenvolvimento Municipal (CDM). Inclusive, destaca-se que necessariamente modificações das ações, respectivos conteúdos e priorização devem ser objeto de avaliação e deliberação pelo CDM.

Na seqüência, aspectos referentes a questões financeiras são apresentados em detalhe para melhor subsidiar complementações necessárias e eventuais alterações.

### 5.1 Compatibilização do Plano de Ação e Investimentos com o Plano Plurianual 2006-2009

Definição de ações por parte do Poder Público Municipal já é prática necessária para a definição do Plano Plurianual (PPA). No entanto, se antes estas eram definidas de maneira autocrática, após a promulgação da Lei Federal n.º 10.257/01 – Estatuto da Cidade, é obrigatória a relação direta entre o Plano Diretor (fundamentalmente elaborado democraticamente) e o PPA, bem como com a Lei Orçamentária Anual (LOA) e Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

A partir do estabelecimento deste Plano de Ação e Investimentos, o município deverá proceder a compatibilização deste com o PPA 2006-2009 e demais instrumentos, de forma a evitar dupla oneração e estudar equivalência de despesas já previstas, já que as ações do PAI deverão ser objeto de complementação dos próximos PPAs, LDOs e LOAs. Da mesma forma, sempre que houverem alterações deliberadas para este PAI, deverá ser promovida a devida compatibilização com os instrumentos necessários.

Sugere-se a utilização do seguinte roteiro para futuras compatibilizações a serem realizadas:

- Identificação de similaridade e/ou sobreposição de ações;
- Avaliação de compatibilidade de recursos;
- Identificação do montante de recursos orçamentários que necessitam de aporte de outras fontes, caso os valores previstos para o desenvolvimento das ações não sejam compatíveis;
- E, por fim, identificação das fontes de recursos que possam complementar o valor excedente.

A seguinte planilha, esquemática, pode facilitar a visualização desses dados:

TABELA 1: FORMAS DE FINANCIAMENTO DAS AÇÕES DO PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS (PAI)

PDM		PPA 2006-2009		Diferença de Valor	Fonte de Recurso Complementar
Ações	Valor Previsto	Ações	Valor Previsto		
A	R\$ 700.000,00	A	R\$ 200.000,00	R\$ 500.000,00	Recursos próprios
B	R\$ 265.000,00	B	R\$ 130.000,00	R\$ 135.000,00	SUS
C	R\$ 950.000,00	C	R\$ 450.000,00	R\$ 500.000,00	Recursos próprios
...					

Ao finalizar a etapa de identificação, o próximo passo é totalizar o excedente existente por fonte de recurso complementar, facilitando a implantação das ações pelo Gestor Municipal, conforme a seguinte planilha:

TABELA 2: RESUMO DO FINANCIAMENTO DAS AÇÕES DO PAI ATRAVÉS DE FONTES DE RECURSOS COMPLEMENTARES

Fonte de Recurso Complementar	Diferença de Valor
Recursos próprios	R\$ 1.000.000,00
SUS – Sistema Único de Saúde	R\$ 135.000,00
Recursos não Previstos no PPA	R\$ 2.565.000,00
...	R\$

## 5.2 Fontes de Recursos

Para custear as ações que constam no Plano de Ação e Investimentos, pode-se contar com recursos (i) próprios, (ii) de terceiros, onerosos ou não, ou (iii) mistos (através de parcerias). Estes são melhores detalhados na seqüência, explorando os fatores que levariam a optar por esta ou aquela alternativa.

### 5.2.1 Fontes de Recursos a Fundo Perdido

Para a utilização de Recursos a Fundo Perdido é necessária, principalmente, a identificação de programas com estas características e as respectivas regras de contratação, que regulamentam as atividades desde a elaboração do projeto até a prestação de contas dos recursos obtidos. A partir de então, deve-se proceder à identificação das ações do PDM que poderão ser realizadas através desta linha de fomento. Na seqüência, é elementar a preparação de um projeto contemplando-as.

Ressalta-se que mesmo sendo uma fonte de recursos de terceiros sem ônus ou dívida para o Município, é comum a exigência de contrapartidas orçamentárias e financeiras pelos agentes de financiamento. Isto significa que o Município deverá alocar parte de seus recursos orçamentários na execução destas ações. Para orientar este processo de identificação, sugere-se a elaboração da seguinte tabela:

TABELA 3: RESUMO DO FINANCIAMENTO DAS AÇÕES DO PAI ATRAVÉS DAS FONTES DE RECURSOS A FUNDO PERDIDO

PDM		Recursos de Terceiros a Fundo Perdidos		Valor Contrapartida (Recursos próprios)
Ações	Valor Previsto	Descrição da Fonte	Valor a ser Obtido	
	R\$		R\$	R\$
	R\$		R\$	R\$
	R\$		R\$	R\$

Ao final da identificação será necessário totalizar os valores de contrapartida que serão acomodados nos orçamentos anuais da Prefeitura para a realização das ações do PDM.

### 5.2.2 Fonte de Recursos próprios

Verificada a capacidade operacional do município para gerar os Recursos próprios, isto é, receitas livres de vinculação às despesas, necessários para a execução de ações do PDM, sugere-se que sejam identificadas as ações que podem ser fomentadas por este tipo de recurso e sua devida aplicação ao longo dos anos.

### 5.2.3 Fontes de Recursos de Empréstimos e Financiamentos

As ações que **não** serão viabilizadas através de Fontes de Recursos a Fundo Perdidos, ou, ainda, por conta de superávits financeiros gerados com as operações normais da Prefeitura (Recursos próprios), poderão ser realizadas mediante empréstimos e financiamentos de longo prazo.

Esta modalidade de fonte de recurso é de característica “**onerosa**”, isto é, o valor total financiado será devolvido em parcelas mensais durante o período contratado, sendo embutidas nestas parcelas juros e correções monetárias sobre o valor principal.

Para a contratação destes recursos é necessário que o Município possua capacidade de endividamento e de pagamento dos recursos financiados. A capacidade de endividamento é realizada através da aplicação da

Resolução do Senado Federal nº 40/2001, que determina que o saldo da dívida consolidada líquida não seja superior a 1,2 vezes a sua Receita Corrente Líquida – RCL. Para o cálculo da capacidade de pagamento será utilizado o limite máximo para pagamento de serviços da dívida de 11,5% da RCL, conforme a Resolução do Senado Federal nº 43/2001. Ele auxilia o gestor na determinação do impacto do pagamento das parcelas da dívida traz à execução do Orçamento Anual e na determinação do montante máximo de crescimento da dívida da cidade.

Em virtude da dívida gerar obrigações financeiras em mais de um orçamento, deve-se utilizar o resultado primário como forma de identificar os impactos da dívida sobre o planejamento municipal. Neste sentido, compara-se o resultado primário previsto para cada ano com os gastos com serviços da dívida fixada para o ano acrescidas dos desembolsos provenientes das dívidas a serem contraídas a partir da implantação do Plano Diretor. Se o resultado da aplicação da fórmula anterior for um valor negativo, interpreta-se que o município não tem capacidade de gerar recursos operacionais suficientes para arcar com os pagamentos da dívida e executar as ações previstas no seu planejamento anual, sem buscar a geração de receitas não primárias como rendimentos de aplicação financeira, operações de crédito (novas dívidas) e alienação de bens.

Ressalta-se que a maioria dos empréstimos e financiamentos pressupõe uma contrapartida do seu tomador, sendo necessário que seja incluso nos orçamentos anuais a parcela de investimentos realizados por conta de recursos próprios do Município.

É importante identificar as fontes de financiamentos e suas regras de contratação, que regulamentam as atividades desde a elaboração do projeto até a prestação de contas dos recursos obtidos, para então avaliar as ações do PDM que poderão ser realizadas através destas fontes de recursos, preparando um projeto contemplando-as. Para orientar este processo de identificação, sugere-se a elaboração da seguinte tabela:

TABELA 4: RESUMO DO FINANCIAMENTO DAS AÇÕES DO PAI ATRAVÉS DE RECURSOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

PDM		Recursos de Empréstimos e Financiamentos		Valor Contrapartida (Recursos próprios)
Ações	Valor Previsto	Descrição da Fonte	Valor a ser Obtido	
	R\$		R\$	R\$
	R\$		R\$	R\$
	R\$		R\$	R\$

Ao final da identificação será necessário totalizar os valores de contrapartida que serão acomodados nos orçamentos anuais da Prefeitura para a realização das ações do PDM.

#### 5.2.4 Parcerias com a iniciativa privada ou Intergovernamentais

Outra possibilidade de execução das ações do PDM é a das parcerias que o Município pode realizar junto com instituições privadas e públicas. Nesta modalidade de parceria, ambos os lados participam dos investimentos

necessários para a execução das ações, seja com recursos materiais, humanos e financeiros, uma vez que o resultado obtido favorecerá todos os parceiros envolvidos.

Para estudar esta possibilidade, primeiramente devem ser identificadas ações que tragam benefícios mútuos, transformando-as em projeto para fomentar a negociação com as partes interessadas e beneficiárias.

Ressalta-se que toda parceria pressupõe contrapartida de ambos os lados, sendo necessário que seja incluso nos orçamentos anuais a parcela de investimentos realizados por conta de Recursos próprios do Município. Para orientar este processo de identificação, sugere-se a elaboração da seguinte tabela:

TABELA 5: RESUMO DO FINANCIAMENTO DAS AÇÕES DO PAI ATRAVÉS DE PARCERIAS

PDM		Parcerias		Valor Contrapartida (Recursos próprios)
Ações	Valor Previsto	Descrição da Fonte	Valor Total	
	R\$		R\$	R\$
	R\$		R\$	R\$
	R\$		R\$	R\$

Ao final da identificação será necessário totalizar os valores das contrapartidas que serão acomodados nos orçamentos anuais da Prefeitura para a realização das ações do PDM.

### 5.3 Despesas de Caráter Continuada

O plano de ação do PDM possui ações de caráter pontual e de caráter Continuada. As ações de caráter pontual serão realizadas em um tempo determinado, isto é, não necessitará que o Município crie ações de manutenção. Já para as ações continuadas, além do custo estimado para sua implantação devem ser analisados os custos de manutenção destas atividades, incorporando-as, se for o caso, às operações rotineiras da Prefeitura.

### 5.4 Análise Geral dos Recursos próprios Necessários

Após o levantamento das fontes de recursos que serão utilizadas pelo Município, é fundamental uma análise global onde sejam detectadas as contrapartidas financeiras necessárias para a execução do Plano de Ação e Investimentos, além dos Recursos próprios já determinados. Para orientar este processo de identificação, bem como a contabilização total dos recursos a serem despendidos pela Prefeitura Municipal ano a ano, sugere-se a elaboração da seguinte tabela:

TABELA 6: NECESSIDADES DE RECURSOS PRÓPRIOS PARA IMPLANTAÇÃO DO PAI

Período	PPA 2006-2009		Recursos próprios	Amortização e Juros de Empréstimos e Financiamentos	Contrapartidas			Despesas de Caráter Continuada	TOTAL
	Recursos inseridos	Complementações			de Empréstimos e Financiamentos	de Fundo Perdido	de Parceria		
2006	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
2007	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
2008	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
2009	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
2010			R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
TOTAIS	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$

## 5.5 Capacidade de Endividamento e de Pagamento de Dívidas

A capacidade de endividamento identifica a condição do município de assumir novas dívidas de características onerosas ou não. Para medir a capacidade de endividamento, utiliza-se o limite estabelecido no inciso II do artigo 3º da Resolução do Senado Federal nº 40/2001, o que estipulado que a condição máxima permitida aos municípios é de o endividamento líquido não ser superior a 1,2 vezes a sua geração de Receita Corrente Líquida (RCL).

A capacidade de endividamento do Município de Catanduvas está demonstrada na tabela abaixo:

TABELA 7: CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO PARA CONTRAÇÃO DE NOVAS DÍVIDAS

CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO PARA CONTRAIR NOVAS DÍVIDAS Estimado 2007	
RCL – Receita Corrente Líquida no período de 12 meses [1]	R\$ 10.300.000,00
Valor Máximo Permitido para o Saldo da Dívida Consolidada Líquida [2] = 1,2 x [1]	R\$ 12.360.000,00
Saldo da Dívida Consolidada Líquida apurada no período [3]	R\$ 6.098.000,00
Capacidade de Endividamento Total [4] = [2] – [3]	R\$ 6.262.000,00
Total das ações do PPA (2006-2009) de fonte onerosa (*) não incluída no PDM [5]	R\$ 530.000,00
Saldo disponível para endividamento do PDM [6] = [4] – [5]	R\$ 5.732.000,00
Montante Total para Execução do Plano de Ação do PDM	R\$ 5.786.500,00**
Está dentro do limite permitido pela legislação? (sim ou não)	SIM***
Capacidade de Endividamento Máximo Anual [8] = 16% x [1]	R\$ 1.648.000,00
Tempo em Anos para Execução do Plano de Ação do PDUOS [9] = [7 + 5] / [8]	4
Tempo para implantação integral do PDM?	( x ) [9] inferior a 5 anos ( ) [9] superior a 10 anos

(\*) Valor extraído das operações de crédito 2006-2008.

(\*\*) Custo descontados os valores do Plano Plurianual (PPA), a fim de evitar duplicidade de custos.

(\*\*\*) Algumas ações deverão ser revistas, em termos de custos, para que o saldo suporte a execução do Plano de Ações e Investimentos..

Conforme o Quadro 75, exposto anteriormente, verifica-se que o custo total das ações propostas neste Plano de Ações e Investimentos (PAI) é de **R\$ 20.832.000,00** em 5 anos (considerando-se também as ações de caráter continuado, que se repetem ao longo dos anos). Após a compatibilização destas com o Plano Plurianual do município, descontou-se R\$ 15.045.500,00 (custo este já considerado no PPA e descontados os orçamentos de concessionárias como a SANEPAR). Portanto, o montante necessário para a execução das ações do PAI é de **R\$ 5.786.500** como indica a Tabela 7.

Há situações em que o valor constante do PPA é maior que o indicado na ação. Dessa forma, no momento da elaboração do projeto da ação essa diferença de custos poderá ser remanejada para outra ação.

Ainda com base na Tabela 7, constata-se que o município de Catanduvas tem capacidade de endividamento, porém, nesta simulação os custos são estimados dentro do que se prevê como sendo necessário para a realização das ações, portanto, reforça-se a necessidade de revisão de algumas ações, a fim de que o saldo suporte a execução deste Plano.

A previsão de que há capacidade de endividamento está sendo baseada em estimativas máximas de 2007. O roteiro explicitado acima irá auxiliar o município na realização dos cálculos internamente durante a implantação do Plano de Ação e Investimentos.

A idéia, inclusive, é que por esta análise o município deva orientar os técnicos para captar recursos novos que não elevem as dívidas e, se possível, não necessitem de contrapartidas com Recursos Próprios.

### 5.5.1 Capacidade de Pagamento da Dívida Pública

A capacidade de pagamento da Prefeitura é dada pela aplicação da Resolução Federal nº 43/2001, isto é, o limite é de 11,5% da RCL no ano. Para projetar o dimensionamento da dívida é necessário identificar o limite para crescimento da dívida que o município possui para os próximos 5 anos.

Fórmula	Orçamento 2007	Orçamento 2008	Orçamento 2009	Orçamento 2010	Orçamento 2011
RCL – Receita Corrente Líquida no período de 12 meses [1]	R\$ 10.300.000,00	R\$ ?	R\$ ?	R\$ ?	R\$ ?
Capacidade Máxima de Pagamento Anual das Parcelas da Dívida [2] = 11,5% x [1]	R\$ 1.184.500,00	R\$ ?	R\$ ?	R\$ ?	R\$ ?
Valor Anual Fixado para Pagamento das Parcelas da Dívida [3]	R\$ 830.000,00	R\$ 944.000,00	R\$ 1.090.000,00	R\$ ?	R\$ ?
Capacidade de Crescimento da Dívida no Ano [4] = [2] – [3]	R\$ 354.000,00	R\$ ?	R\$ ?	R\$ ?	R\$ ?

<b>Incremento na Parcela da Dívida do Ano Proveniente da Implantação do PDM [5]</b>	R\$ ?				
<b>Está dentro do limite permitido pela legislação? SIM ( ) [5] inferior a [4] NÃO ( ) [5] superior a [4]</b>					

Fonte: Prefeitura Municipal de Catanduvas, 2007

### 5.5.2 Resultado Primário e Capacidade de Pagamento da Dívida Pública

A Prefeitura está prevendo obter déficits primários nos três anos que seguem 2007 a 2009. Isto significa que a geração de receitas primárias não será suficiente para financiar os serviços da dívida contratada, sendo necessária à aquisição de novas operações de crédito para liberar as receitas primárias para o pagamento dos encargos e amortizações da dívida.

Considerando a necessidade de financiamento oneroso para implantação do plano de ação do PDM, pode-se determinar o impacto que o novo endividamento trará sobre as contas públicas, principalmente, para as metas fiscais do município, e o esforço orçamentário e financeiro para acomodar todos os gastos da dívida nos orçamentos anuais.

TABELA 9: IMPACTO DO PAGAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA SOBRE AS METAS FISCAIS

Fórmula	Orçamento 2007	Orçamento 2008	Orçamento 2009	Orçamento 2010	Orçamento 2011
Resultado Primário [1]	R\$ 2.000,00	R\$ 33.000,00	R\$ 70.000,00	R\$ ?	R\$ ?
Valor Anual Fixado para Pagamento das Parcelas da Dívida [2]	R\$ 830.000,00	R\$ 944.000,00	R\$ 1.090.000,00	R\$ ?	R\$ ?
<b>Incremento na Parcela da Dívida do Ano Proveniente da Implantação do PDM [3]</b>	<b>R\$ ?</b>	<b>R\$ ?</b>	<b>R\$ ?</b>	<b>R\$ ?</b>	<b>R\$ ?</b>
<b>Resultado Primário Ajustado [4] = [ 1 – 2 – 3 ]</b>	<b>R\$ ?</b>	<b>R\$ ?</b>	<b>R\$ ?</b>	<b>R\$ ?</b>	<b>R\$ ?</b>

Fonte: Análise dos dados informados pela Prefeitura de Catanduvas.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este produto apresentou o detalhamento de cada ação do PDM, contendo principalmente atividades, cronograma e respectivos custos, a fim de que a Prefeitura Municipal de Catanduvas, por meio de suas Secretarias e demais segmentos, as coloque em prática, cumprindo os prazos estabelecidos.

Cabe destacar que os custos das ações são estimados e a Prefeitura Municipal, juntamente com auxílio da consultoria procedeu à compatibilização destas com as ações constantes do Plano Plurianual, para, assim, não haver duplicidade de custos no montante final. Há situações em que o valor constante do PPA é maior que o indicado na ação. Dessa forma, no momento da elaboração do projeto da ação essa diferença de custos poderá ser remanejada para outra ação e assim por diante.

O Plano de Ação e Investimentos deve ser executado de forma compatível com as diretrizes formuladas, e representa a principal visibilidade de efetivação do PDM. Se por motivos adversos estas ações não forem implementadas, outras, em consonância aos objetivos e diretrizes do PDM (estabelecidos em legislação própria), devem ser praticadas.

Não obstante, a existência de um Plano de Ação e Investimentos plausível é imprescindível, e é a partir deste e das orientações para a sua implementação que se torna possível ao município planejar suas atividades de forma compatível com o planejamento financeiro, principalmente com sua capacidade de endividamento e pagamento.